



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB**  
**CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**“JUVENTUDE DO GUETO CONTRA O EXTERMÍNIO DOS PRETOS”:**

A PRÁTICA ANTIRRACISTA DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE NA CIDADE DE  
SALVADOR - BAHIA

**BRASÍLIA**

**2018**

GUILHERME FERREIRA DUARTE BARBOSA

“JUVENTUDE DO GUETO CONTRA O EXTERMÍNIO DOS PRETOS”:

A PRÁXIS ANTIRRACISTA DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE NA CIDADE DE SALVADOR -  
BAHIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de mestre em Direitos Humanos e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Direitos humanos, democracia, construção de identidades/ diversidades e movimentos sociais.

**Orientador:** Alexandre Bernardino Costa.

BRASÍLIA

2018

GUILHERME FERREIRA DUARTE BARBOSA

“JUVENTUDE DO GUETO CONTRA O EXTERMÍNIO DOS PRETOS”:

A PRÁXIS ANTIRRACISTA DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE NA CIDADE DE SALVADOR -

BAHIA

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Alexandre Bernardino Costa – UnB

(Orientador)

---

Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento – UnB

(Examinador interno)

---

Prof. Dr. Antônio Sérgio Escrivão Filho – FD/UnB

(Examinador externo)

---

Profa. Dra. Maria Salete Kern Machado – UnB

(Examinadora interna - Suplente)

*A Carlos Alberto Guerra (in memoriam)*

<i>“ Do alto</i>	<i>que é a mesma coisa que</i>	<i>Pelo camburão</i>
<i>mergulhar</i>		
<i>Y naufrágio</i>	<i>As políticas</i>	<i>Caveirão</i>
<i>Y now frágil, frágil, frágil</i>	<i>Úterinas</i>	<i>111 tiros contra</i>
	<i>De extermínio</i>	<i>5 corpos</i>
<i>O mágico da diáspora: Des</i>	<i>Dum povo que não é</i>	<i>111 corpos</i>
<i>Melhar terra-chão</i>	<i>Reconhecidos como</i>	<i>Mortos</i>
	<i>civilização</i>	<i>Na prisão</i>
<i>Mas se eu já fui trovão</i>	<i>(mas eu sei ser trovão</i>	<i>Eu sei ser trovão?</i>
<i>Que nada desfez</i>	<i>É eu sei ser trovão</i>	<i>Que nada desfez?</i>
<i>Eu sei ser</i>	<i>Que nada desfez</i>	
	<i>Eu vou ser trovão</i>	<i>Eu já fui trovão e se eu já fui</i>
<i>Trovão</i>	<i>Que nada des</i>	<i>trovão eu sei</i>
	<i>Faz)</i>	<i>Ser trovão!</i>
<i>Que nada desfaz, nem</i>		<i>Eu sei ser trovão que nada</i>
<i>O capataz</i>	<i>Nem a solidão</i>	<i>Nada</i>
<i>Nem a solidão</i>	<i>Nem o capataz</i>	<i>Desfaz</i>
<i>Nem estupro corretivo</i>	<i>Estupro corretivo contra</i>	
<i>contra</i>	<i>Sapatão a loucura da</i>	
<i>Sapatão</i>	<i>Solidão capataz queimarem</i>	<i>E Epahey oyá!</i>
<i>Os complexos de contenção</i>		
<i>Hospício é mesma coisa</i>	<i>A herança</i>	<i>Eu sei ser</i>
<i>que presídio</i>	<i>De minhas</i>	<i>Trovão</i>
<i>que é a mesma coisa que</i>	<i>Ancestrais</i>	<i>E nada</i>
<i>Escola é a mesma coisa</i>		<i>Me desfaz”</i>
<i>que prisão</i>	<i>Arrastarem</i>	
<i>que é mesma coisa que</i>	<i>Claúdia</i>	
<i>Hospício</i>		

*Iodo - Luedji Luna*

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Cássia e José Carlos, que, com amor e suporte, depositaram confiança em minhas escolhas que determinaram a realização desse trabalho.

Aos meus irmãos e mais fiéis amigos - Liu, Tata, Gabriel e Carol – a eles todo amor e gratidão.

Aos amigos, dos mais antigos aos mais recentes, em especial à Naira, que insiste em ocupar um lugar em minha vida a mais de uma década.

À Joyce Bueno, amiga, colega de graduação e companheira de luta que, com paciência, leu, releu e opinou sobre o texto. Nega, esse trabalho fala muito de nós e não poderia ser materializado sem você.

Agradeço também demasiadamente aos colegas de mestrado, responsáveis diretos para que minha passagem por Brasília fosse repleta dos mais sinceros sentimentos de companheirismo e solidariedade. A eles, minha admiração e respeito.

Aos militantes do Levante Popular da Juventude, especialmente aos da cidade Salvador por aceitarem junto comigo construir esse trabalho com tanto compromisso e carinho.

Aos colegas e amigos do MARE, em particular, Rodrigo Portela e Deise Benedito. Me aquilombar com vocês fortaleceu meu espírito para a tarefa de desvelar as agruras de vidas racializadas.

Aos colegas e amigos da extinta Assessoria Jurídica Popular Universitária da Universidade Estadual de Londrina – LUTAS – pela presença forte dos processos de resistência compartilhados à época da graduação e que se materializaram nas escolhas feitas no percurso da pós-graduação.

A Alexandre Bernardino Costa, orientador e amigo, pela humildade e paciência ao transmitir lições acadêmicas e de vida que certamente seguirão comigo para sempre.

A Wanderson Flor do Nascimento, amigo e coorientador, pelo exemplo de uma atuação acadêmica comprometida com a luta antirracista e pelos *insights* precisos na construção dessa pesquisa.

A Antônio Escrivão Filho, professor e acadêmico exímio, pelos ensinamentos

compartilhado em sala de aula e por topar avaliar esse trabalho.

À CAPES, por subsidiar financeiramente o desenvolvimento da pesquisa.

Por fim, a todos que fizeram e fazem parte de maneira decisiva da minha vida, mas que não mencionei aqui, meu muito obrigado.

## RESUMO

Esta dissertação é resultado da pesquisa sobre as práticas e as reflexões teóricas do Levante Popular da Juventude (LPJ) na cidade de Salvador, estado da Bahia, pela promoção da igualdade racial e pelo fim da violência policial letal contra a juventude negra e moradora da periferia. A partir de entrevistas com militantes do Movimento Social que compõem o setor de negros e negras, espaço auto-organizado de formulação de práxis antirracistas e de análise de outras fontes primárias, foram estabelecidas categorias analíticas para a compreensão da violência letal perpetrada pelo Estado contra jovens negros e periféricos, bem como dos fenômenos que a envolvem e da práxis do Movimento para enfrentá-la. O trabalho aponta para a emergência do LPJ como sujeito coletivo de direitos que desenvolve novas formas de organização, mobilização e luta antirracista, popular e de juventude capazes de fomentar a denúncia de violações dos direitos humanos e a garantia e efetivação de direitos.

**Palavras-Chave:** Luta antirracista, Extermínio da juventude negra e periférica. Sujeitos coletivos de direitos. Levante Popular da Juventude. Salvador.

## **ABSTRACT**

This dissertation is result of the research on the practices and the theoretical reflections of the Levante Popular da Juventude (LPJ) in the Salvador city, in the state of Bahia, for promotion of the racial equality and end of the lethal police violence against the black youth and the resident of the periphery. From interviews with militants of the Social Movement who compose the sector of black men and black womens, autoorganized space of formulation of praxis antiracist and analysis of other primary sources, analytical categories were established for the understanding of the lethal violence perpetrated by the State against young black men and peripheric, of the phenomena involved and praxis of the movement to face it. The work points to the emergence of the LPJ as collective subject of rights that develops the new forms of organization, mobilization and struggle antiracists, popular and of youth able to promote the denunciation of violations human rights and guarantee and effectiveness of rights.

**Key words:** Necropolitic. Extermination of black and peripheric youth. Collective rights subjects. Levante Popular da Juventude. Salvador.

## LISTA DE ABREVIACES

ABSP/2018 - Anuário de Brasileiro de Segurança Pública 2018

CPI - Comissão de Inquérito Parlamentar

CONUNE - Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes

DHM/DHPP - Delegacia de Homicídios Múltiplos/Departamento de Homicídios e de Proteoo  Pessoa

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

GPS - *Global Positioning System*

IDC - Incidente de Deslocamento de Competência

IPEA - Instituto de Pesquisas Econmicas Aplicadas

LPJ - Levante Popular da Juventude

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MMM - Marcha Mundial das Mulheres

MP/BA - Ministério Público do Estado da Bahia

MPF - Ministério Público Federal

ONU - Organizao das Nações Unidas

PGR - Procuradoria Geral da República

PC - Polícia Civil

PIC - Procedimento Investigatório Criminal

PM - Polícia Militar

Rondesp - Rondas Especiais da Polícia Militar do Estado da Bahia

TJBA - Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

STJ - Superior Tribunal de Justiça

SUS - Sistema nico de Saúde

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UPP - Unidades de Polícia Pacificadora

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa topográfico do relevo da cidade de Salvador – BA	42
Figura 2 – Mapa Racial de Pontos da cidade de Salvador – BA	45
Figura 3 – Mapa dos bairros da cidade de Salvador – BA	46
Figura 4 - Mapa dos homicídios em Salvador, com base nos dados divulgados pela Secretaria da Segurança Pública (SSP) cruzados com informações do IBGE	58

## SUMÁRIO

1.	13	
2.	17	
2.1	A construção da política e sociológica de Raça e Juventude	17
2.2	“A Juventude é fogo no pavio”: apresentando os sujeitos da pesquisa	22
3.	26	
3.1	Estrutura organizativa do Movimento Social de Juventude	29
3.2	O levante Popular da Juventude na cidade de Salvador	31
3.3	O espaço autoorganizado dos militantes negros e negras	32
3.4	A abordagem interseccional	37
4.	“A JUVENTUDE É O ALVO”: TERRITORIALIZAÇÃO, RACISMO E O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA E PERIFÉRICA	40
4.1	As Dinâmica Raciais da cidade de Salvador	47
4.2	“Não é a que mais mata, é a que mais morre!”: A economia de morte do Estado brasileiro	51
4.3	A Chacina do Chacina	60
5.	“JUVENTUDE É REVOLUÇÃO”: PRÁXIS ANTIRRACISTA DO LEVANTE POPULAR DA CIDADE DE SALVADOR	72
5.1	Processos de fortalecimento da identidade de negra	75
5.2	Os processos coletivos de emancipação e a inclusão perversa	77
5.3	Sujeitos Coletivo de Direitos	81
6.	Conclusão	86
7.	REFÊRENCIAS BIBLIOGRAFICAS	88
	Anexo 1 - Roteiro do Grupo Focal	94
	Anexo 2 - Roteiro de Entrevista Semi Estruturado A	95
	Anexo 3 - Roteiro de Entrevista Semi Estruturado B	96
	Anexo 4 - Roteiro de Entrevista Semi Estruturada C	97
	Anexo 5 - Carta Compromisso do Levante Popular da Juventude	98
	Anexo 6 - Síntese da Atuação do Levante Popular - RAP do 5 Anos	102



## 1. INTRODUÇÃO

*“Não importa nada:  
Nem o traço do sobrado  
Nem a lente do fantástico,  
Nem o disco de Paul Simon  
Ninguém, ninguém é cidadão  
Se você for a festa do pelô, e se você não for  
Pense no Haiti, reze pelo Haiti  
O Haiti é aqui  
O Haiti não é aqui”  
Caetano Veloso - Haiti*

Abro essa dissertação com o trecho da música “Haiti” que, em sua completude, versa sobre o que essa dissertação pretende discorrer através de histórias construídas em processos de resistência. A Necropolítica (MBEMBE, 2011), que se materializa na forma de uma economia de morte contra corpos racializados, é uma realidade presente no território da cidade de Salvador, onde “pretos e pobres que, de tão pobres, como pretos são tratados”, como canta Caetano.

Nesse sentido, o reconhecimento do racismo estrutural e estruturante do Estado brasileiro perpassa por reconhecer que o fenômeno do racismo, junto com a colonialidade do poder, saber e do ser opera também através do extermínio das formas de saber a realidade dos grupos racializados.

Segundo Sueli Carneiro (2005) a “negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade” é uma das facetas do genocídio da população negra expresso pela morte simbólica e subjetiva.

Na contramão do racismo na produção intelectual que nega à população negra a possibilidade de produção de conhecimento, as epistemologias afrocêntricas apresentam a proposta epistemológica do lugar

enquanto “um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses.” (ASSANTE, 2009:93). Tal perspectiva abarca africanos e negros em diáspora em todo mundo.

Nesse sentido, alguns pressupostos devem ser observados na produção afrocentrada: a valorização do lugar psicológico em que os sujeitos estão inseridos e seus marcadores temporais e espaciais (central ou à margem em relação a sua cultura); a afirmação do africano enquanto sujeito; a defesa de elementos culturais africanos; a refinação lexical para coibir distorções acerca da histórica africana; e compromisso com outra narrativa da história da África.

Aspectos metodológicos também fazem parte do projeto afrocêntrico e norteiam a produção de conhecimento em prol das narrativas negras e subalternizadas dentro de um contexto de hegemonia das epistemologias eurocentradas.

Nessa seara, expoentes do pensamento negro brasileiro sistematizaram metodologias coloridas que servem ao desenvolvimento de pesquisas sob perspectiva afrocêntrica.

Abdias do Nascimento apresenta a categoria de quilombismo, que se constrói a partir do reconhecimento dos quilombos enquanto territórios de resistência cultural e física de negros, fundamental à reconstrução da dignidade e liberdade dos africanos escravizados. Enquanto metodologia, o “quilombismo expressa a ciência do sangue escravo, do suor que os africanos derramaram como pés e mãos edificadores da economia deste país.” (Nascimento, 2009:205)

Lélia Gonzales, por sua vez, desenvolveu a categoria político-cultural da Amefricanidade. Segundo a autora, “Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e a criação de novas formas) que é afrocentrada (...)” (Gonzalez, 1988. p. 76).

Nesse sentido, as metodologias coloridas se caracterizam por uma abordagem racial crítica e teoricamente fundamentada, tendo como

pressupostos metodológicos: colocar a raça e o racismo em evidência no processo de investigação, interseccionando as opressões de raça, classe e gênero; desafiar os critérios estabelecidos pela modernidade, tais como objetividade, meritocracia e *color blindness*, que perpetuam o privilégio branco e são usados para explicar a subalternização dos negros; evidenciar o potencial emancipatório das vivências de raça, classe e gênero, centrando a produção do conhecimento em técnicas que evidenciam as narrativas e histórias dos negros e negras; utilizar a base do conhecimento interdisciplinar em detrimento do foco ahistórico e unidisciplinar das análises tradicionais acerca das desigualdades raciais e, por último, produzir uma pesquisa comprometida com a eliminação do racismo, do sexismo e da pobreza dos grupos subalternizados. (Solóraano, Yosso, 2002).

À luz dessas considerações iniciais, a presente pesquisa, comprometida com os pressupostos de uma metodologia racial e crítica, utiliza como método principal a contra-história para evidenciar o caráter emancipatório das vivências dos sujeitos dessa pesquisa, organizados no corpo coletivo do Movimento Social de Juventude.

A contra-história se apresenta enquanto possibilidade metodológica de dizer a história dos sujeitos marginalizados em uma sociedade e se dá, entre outras formas, por histórias compostas que recorrem a diversos dados para apresentar as vivências e experiências raciais, de gênero e classe dos negros. (Solóraano, Yosso, 2002).

Nesse sentido, a opção metodológica cumpre o papel de desvelar a realidade do extermínio físico e sistemático a que está submetida a juventude negra e moradora da periferia da cidade de Salvador - BA, bem como de apresentar as dinâmicas de resistência forjadas na cidade pelo coletivo de negros e negras do Levante Popular da Juventude.

As narrativas desses jovens que estruturam este trabalho guiaram o percurso descritivo e as escolhas teóricas feitas. Mais que sujeitos, eles são protagonistas na construção dessa pesquisa por meio de suas vivências individuais e coletivas, sobretudo sob a perspectiva de construir um Movimento Social de Juventude que se debruça sobre o compromisso de

entender a história do povo brasileiro para que assim possam transformar a realidade concreta e material.

As narrativas apresentadas foram colhidas por meio da realização de um grupo focal e de entrevistas semiestruturadas com os militantes do setor de negros e negras do Levante Popular da Juventude em Salvador, gravadas em áudio e posteriormente transcritas. Os roteiros das entrevistas e do grupo focal podem ser consultados nos anexos de 1 a 4 deste trabalho.

Assim sendo, o primeiro capítulo dessa dissertação traz a apresentação sociológica das categorias de juventude e de raça, que são os dois marcadores que nortearam toda construção do trabalho. A apresentação dos sujeitos dessa pesquisa se faz explicitando como se deu o meu encontro com eles no contexto das lutas sociais.

No segundo capítulo é apresentada a historicidade do Movimento Social passando pelas esferas organizativas nacionais e estaduais até chegar na apresentação da estrutura organizativa a nível municipal da cidade de Salvador. As narrativas apresentam as formas em que a questão racial atravessa a dinâmica dentro do movimento social assentado em uma cidade fortemente marcada pelos processos de segregação racial. Por fim, se investiga como se dão as abordagens interseccionais no Levante Popular da Juventude.

No terceiro capítulo, tomando a cidade de Salvador como palco vivo das dinâmicas sociais dos sujeitos dessa pesquisa, é feito o levantamento dos processos históricos de ocupação e segregação racial do território, apresentando as dinâmicas raciais percebidas pelos sujeitos. Em uma segunda parte, são apresentadas as diversas formas em que a Necropolítica incide contra a vida da população negra de Salvador, explicitada pela a Chacina do Cabula ocorrida em 2015.

Por fim, no quarto e último capítulo desse trabalho são apresentados os processos de resistência e luta criados pelos militantes do Levante Popular da Juventude contra o genocídio da juventude negra, evidenciando a formação de sujeitos coletivos de direitos e os processos de formação e fortalecimento da identidade negra, passando pela discussão da inclusão perversa e da construção do sujeito de direitos.

## **2. ANTES DE TUDO, QUEM FALA?**

### **2.1 A construção política e sociológica de Raça e Juventude**

Antes de adentrar as narrativas que compõem e dão forma às contra-histórias que pretendo apresentar neste trabalho, é necessário dialogar com as categorias centrais que configuram os sujeitos e donos das narrativas que serão apresentadas: Juventude e Raça. São elas que dão o ponto de partida para pesquisa e sem as quais as contra-histórias de resistência ao racismo estrutural aqui apresentadas não se fariam contar, uma vez que estamos diante de uma realidade de extermínio de uma parcela da população com marcadores etários e raciais específicos.

A junção das categorias Raça e Juventude determinam as condições sociais e políticas a que estão submetidas os/as sujeitos/as dessa pesquisa e as percepções, ações e reações que se farão ouvir nessa pesquisa, seja na forma de organização política e coletiva em que se apresentam, seja nas experiências individuais que o racismo lhes submete.

Sob uma perspectiva histórica, a valorização da racionalidade em detrimento da explicação mitológica e religiosa do mundo se hegemonizou no ocidente com o surgimento da modernidade. Sob essa nova forma de organização do estar no mundo do homem ocidental, branco e europeu, é criada a categoria de Juventude enquanto resultado da organização dos indivíduos em grupos de etários de acordo com os papéis sociais exercidos a partir de uma referência cronológica.

O jovem sob o *modus operandi* da racionalidade moderna é identificado enquanto pessoa que está na faixa etária de 15 a 29 anos. Enquanto categoria social, Juventude é uma situação social e uma representação sociocultural criada por determinada sociedade e pelos próprios sujeitos jovens para justificar e significar comportamentos, condutas e atitudes (GROPPO; ZAIDEM FILHO:MACHADO, 2000, p. 08). Sendo assim, a Juventude é uma categoria social que se caracteriza por não apresentar uma concepção estática e homogeneizada. As diversas agrupações juvenis formam um conjunto heterogêneo que vivenciam de múltiplas maneiras as possibilidades, dificuldades e o poder nas sociedades.

De acordo com cada contexto e realidade sociocultural surgem grupos juvenis com comportamentos, símbolos e identidade próprios. Da construção sociocultural de Juventude é preciso considerar diversos fatores que interferem na construção do conceito de Juventude, tais como o momento histórico e as diferentes posições de classe, raça, gênero, orientação sexual, etnia, etc (ESTEVEZ; ABRAMOWAY. 2007, p. 21). Podemos dizer que cada juventude tem seu próprio modo de ver o mundo e constrói para si seu conceito do que é ser jovem atrelado sua condição de gênero, classe, raça e orientação sexual.

Luis Antônio Groppo discorre acerca dos processos gerais da construção da juventude na modernidade e suas contradições e ressalta o fato de que, inicialmente, a juventude era uma experiência única da burguesia e da aristocracia. Sua ampliação para as demais classes sociais subalternizadas só foi conquistada enquanto um direito tardiamente. Nesse sentido, a concepção de juventude construída pela modernidade é a representação de uma juventude urbana, branca, masculina e ocidental (GROPPO, 2000, p 16). Tal recorte hegemônico esconde as opressões que estruturam a sociedade patriarcal, racista e capitalista em que vivemos.

Se temos a Juventude enquanto uma construção político social advinda na modernidade sob a perspectiva branca eurocêntrica, a construção da categoria Raça não é diferente muito em sua origem e perspectiva. Podemos situar o nascimento da Raça na Idade Moderna enquanto um construto social e político cunhado sob o pretexto da missão civilizatória que parte da Europa para o restante do mundo com o objetivo de salvar as populações consideradas bárbaras e atrasadas em relação à égide das luzes e da razão em que se encontravam os países líderes desse processo. Para Anibal Quijano,

a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. (QUIJANO, 2005, p. 117)

Ainda para o mesmo autor a América constituiu o espaço-tempo que inaugurou a Modernidade, uma vez que atrelou a nomeação da diferença com o uso da categoria de Raça à uma nova forma de organizar o trabalho, as mercadorias e o capital a nível mundial, dando início ao capitalismo mundial e à divisão racial do trabalho (QUIJANO, 2005).

Nesse contexto, África e o Negro eram considerados manifestações de uma existência objectual, o exemplo total do ser outro, trabalhado pelo vazio, confundido com o animal e detentor de uma consciência desprovida de universalidades (MBEMBE, 2014).

Sob um olhar pós-colonial e africano, o autor Aquile Mbembe infere:

Raça não existe enquanto um construto natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projeção ideológica cuja a função é desviar a atenção de conflitos antigamente entendidos como mais verosímeis – a luta de classes ou a luta de sexos. (MBEMBE, 2014, pg. 27)

Nesse sentido, a colonização reduziu os africanos a negros, em uma escala de inferioridade ontológica e instrumentalizou essa inferiorização para financiamento do capitalismo em expansão ultramarino. A raça, o racismo e o capitalismo são faces do mesmo processo de organização social e econômica.

Por outro lado, a conceituação de raça cunhada por Aquile Mbembe faz parte de um fenômeno complexo impossível de ser capturado em sua subjetividade e nuances apenas sob a perspectiva econômica. Há na constituição da raça e do racismo, conforme se estabeleceu na modernidade, ingerências nos processos da construção da subjetividade do ser tanto para aquele é objeto de desumanização e coisificação, ou seja, racializado, quanto para aquele que racializa a diferença e se aprisiona em sua superioridade. Segundo Franz Fanon (2008. p. 28), podemos “constatar que o preto, escravo de sua inferioridade e o branco, escravo de sua superioridade, ambos se comportam segundo uma linha de orientação neurótica. “

A constituição dos Estados-nações na América não fez com que os princípios democráticos que formalmente os constituíram sobressaíssem às estruturas coloniais e racistas que os antecederam. Nesse sentido, Quijano afirma que “A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio na maior parte da América

Latina, contra a democracia, a cidadania” (QUIJANO, 2005, p. 136). Os processos de democratização dessas sociedades nunca ocorreram de fato e os Estados se mantiveram sob estruturas coloniais, excluindo da participação política e cidadã a maioria da sua população formada por negros, indígenas e mestiços.

No caso do Brasil, em específico, logo após o processo de abolição da escravidão se construiu mecanismos de apagamento das tensões raciais e correntes de pensamento que forjaram o mito acerca da democracia racial – ideia em que se creditava validade a noção de harmonia plena entre brancos e negros em solo brasileiro, apagando, dessa maneira, opressões e processos de subalternização históricos de setores da população.

O entrevistado 3 faz uma leitura desse período apontando como a população negra teve negada a existência de diversas formas, seguindo os padrões do que Abdias do Nascimento nomeou de Genocídio da População Negra (NASCIMENTO, 2016)

Quando você vai fazer o debate do Brasil enquanto nação ali na década de 20, década de 30, era um debate de que pode um Brasil com tantos negros dar certo, assim. Pode ser esse processo ser vitorioso? Aí, você vai ter duas correntes de pensadores. Todas as duas racistas que diziam que por um lado que a miscigenação pode sobrepujar a negritude. E você conseguir clarear a sociedade brasileira, o processo de branqueamento que foi inclusive impulsionado pelo Estado. E da mesma forma um projeto que dizia que não, que você não conseguia branquear a sociedade o suficiente e você precisava de um projeto genocida. Da mesma forma a lei da vadiagem é considerada o passo que deu início ao encarceramento do povo negro. Então, são várias coisas que a gente percebe como consequência como genocídio em marcha, o apagamento dos espaços de poder, o branqueamento da sociedade, a solidão da mulher negra, todas essas coisas que vem acontecendo que tem raízes na conformação do Brasil na transição do império para República e na constituição do Brasil enquanto País.(Entrevistado 3)

Por Genocídio entendemos “o uso de medidas deliberadas e sistemáticas (como mortes, injúria corporal e mental, impossíveis condições de vida, prevenção de nascimentos), calculadas para o extermínio de um grupo racial, político ou cultural ou para destruir a língua, a religião ou a cultura de um grupo” (NASCIMENTO, 2019, p. 15). E nesse sentido, a população negra, ora focalizada em sua parcela jovem, é a mais atingida pelo extermínio físico, uma das facetas do

genocídio que se utiliza da violência letal como instrumento de gestão da morte realizada pelas estruturas racistas do Estado brasileiro.

Em um dos raros estudos acerca da Juventude Negra, Joana Célia dos Passos, em sua tese de Doutorado no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, esboça o conceito de juventude negra ao apresentar as trajetória dos/das jovens negros/as no programa de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) da cidade de Florianópolis – SC:

Ao nos aproximarmos do conceito “juventude negra”, temos uma categoria social com elementos peculiares a um determinado grupo – jovens negros – entendidos como constituídos de identidade racial, com suas variações e diversidade social, sexual, de gênero, de valores, de localização geográfica, de classe etc., influenciados pelo meio social concreto no qual se desenvolvem e pela qualidade das trocas que esse meio proporcionam. Portanto, a homogeneidade ou heterogeneidade dos sujeitos jovens negros é resultado dos seus percursos biográficos e suas experiências socializadoras. Muito embora ser negro ou negra seja um desafio em qualquer idade, sendo a juventude também um recorte geracional carregado de outros conflitos, o constituir-se negro avoluma os desafios. (PASSOS, 2010. pg 142)

É perceptível que o conceito pouco difere do conceito da juventude sem o recorte racial trazidos por outros autores, a sutileza na diferença teórica desvela o “peso” que a racialização traz para a existência de pessoas negras. O racismo que incide sobre a população negra é um sistema que, por meio de marcas e signos, estabelece uma hierarquia entre as pessoas, ditando uma escala de humanização/desumanização. No caso do racismo brasileiro, essas marcas estão associadas às características fenotípicas das pessoas negras.

Franz Fanon, em sua contribuição ao pensamento decolonial, nomeou o lugar simbólico em que o olhar colonial aprisiona o negro. A Zona do Não Ser enquanto representação da inferiorização ontológica do negro sob a perspectiva racista e colonial é “uma região extremamente estéril e árida” (FANON, 2008, p. 16). Por se tratar de uma região não homogênea e que foge de maniqueísmos, é uma importante categoria para pensarmos as outras formas de opressões que incidem sobre a juventude negra e que em muito contribui para pensarmos como a juventude se organiza politicamente, se insere nos processos de construção de identidade e constrói processos de resistências e existências possíveis em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista.

## **2.2 “A Juventude é fogo no pavio”: os sujeitos da pesquisa**

O processo de encontro com as vozes que serão guia e direção para os caminhos da escrita daqui para frente perpassa pela minha trajetória de militância em movimentos sociais e se deu a partir dos encontros felizes que essa trajetória de lutas contra hegemônicas me proporcionaram.

Em março de 2015 participei do Encontro Nacional dos Estudantes Negros e Negras da UNE realizado na Universidade do Estado da Bahia - UNEB - localizada no bairro do Cabula, na capital baiana. A escolha da UNEB para sediar o encontro estudantil não foi fruto do acaso ou de definições de cunho meramente logístico, mas, sim, nasceu de uma decisão política da entidade estudantil para dar visibilidade à um caso de extermínio ocorrido um mês antes, no mesmo bairro, que atentou diretamente contra a vida de 18 jovens negros, assassinando 12 deles. O episódio ficou mundialmente conhecido como Chacina do Cabula e tem como réus policiais militares da Ronda Especial (Rondesp) do Estado da Bahia.

Ainda em solo baiano, em meio a discussões acerca do papel dos estudantes negros e negras no debate sobre educação, políticas de ações afirmativas e racismo no meio universitário, presenciei a mobilização de jovens negros e negras, integrantes do movimento social Levante Popular da Juventude, em suas diversas formas de agitação e propaganda que visou naquele encontro e contexto denunciar o Genocídio da Juventude Negra e Periférica evidenciado com a Chacina do Cabula.

Dado as particularidades da cidade de Salvador – a cidade mais negra fora da África onde os índices de violência letal contra negros e negras explicita o genocídio da população negra em curso -, meu interesse acerca da questão racial e da mobilização dos movimentos sociais pela garantia e efetivação de direitos e denúncia de violações dos direitos humanos, me vi impelido a pesquisar essas narrativas e compreender as dinâmicas sociais e políticas que as conformam.

Se por um lado as vozes negras em questão trazem experiências semelhantes às que tive enquanto jovem negro em certa medida, por outro lado me abriram a sensibilidade para as particularidades que a dinâmica viva das relações sociais e raciais que em outro território são geradas. O palco da dinâmica ativa desses sujeitos e sujeitas se circunscreve à cidade de Salvador, em seus bairros,

periferias e universidades.

O trânsito desse corpo coletivo rompe silêncios, denuncia a segregação espacial racializada e apresenta saídas coletivas anticapitalistas, antirracistas e antipatriarcais para a juventude através das práxis de um movimento social que aglutina em si a juventude da classe trabalhadora em seus variados recortes para construção de um projeto político de emancipação e soberania popular.

O encontro que se deu 2015 se estendeu por meio de pesquisas exploratórias a distância durante o ano de 2016 e se estreitou em 2017 e 2018 durante dois momentos distintos que reservei para realizar a pesquisa de campo e experienciar a construção coletiva do movimento social em lócus, na cidade de Salvador. Do universo de cerca de 50 militantes do Levante Popular da Juventude, três vozes negras ditam essa contra-história que passarei a apresentar.

A escolha dessas vozes foi feita por meio de um processo dialogado com a coordenação municipal do movimento. A partir dos vínculos e contatos estabelecidos na etapa exploratória da pesquisa, o coletivo de militantes negros e negras destacou três militantes para participarem da pesquisa e darem voz às práticas produzidas pelo movimento. Foram observados nesse processo os critérios de paridade de gênero e orientação sexual, bem como o envolvimento e participação desses militantes no setor de negros e negras, espaço auto-organizado de formação teórica acerca da questão racial e de formulação de estratégias de luta antirracistas que compõem a organicidade do Levante Popular da Juventude.

Por vontade dos participantes, foi acordado a não divulgação dos nomes dos militantes ouvidos. Assim sendo, eles e ela serão representados pelos números 1, 2 e 3. Em relação ao gênero dos participantes, todos são cisgênero, sendo dois do gênero masculino e uma do gênero feminino. Os/as três jovens possuem trajetórias de vida semelhantes. Nascidos no interior do estado da Bahia, o início da militância no movimento social de juventude dos três militantes se deram concomitantemente quando do ingresso no Ensino Superior em uma instituição pública da capital baiana.

Familiarizados com dinâmica social e racial da cidade de Salvador, a atuação política desses militantes passou a observar questões atinentes à juventude negra em uma cidade complexa e atravessada pela questão racial. São jovens racializados e submetidos às ingerências do racismo e do machismo que sobrecarregam suas

existências em uma sociedade racista, patriarcal e capitalista.

Entrevistada 1:

Eu entrei na universidade junto com “entrevistado 2”. Então, repito apresentação da faculdade... Estou no Levante desde 2014, não me recordo de ter me organizado em 2013 não. É, enfim... então estou na organização desde do iniciozinho de 2014 e estou na organização do setor de negros e negras desde do início que era, sempre foi, né, uma das minhas tarefas prioritárias na organização. Também conheci o Levante na Universidade, a partir do movimento estudantil. Estou na frente estudantil. Continuo na frente estudantil só migrei de trabalho, não toco mais tarefa na UFBA, que é a universidade que eu estudo, estou lotada em outras Universidades, e tenho 23 anos.

Entrevistado 2:

Eu faço psicologia. Éaquela história meio o prato feito das apresentações da vida. Mas estou no Levante desde o final de 2013 na verdade. Mas, tipo, de uma forma mais orgânica minha primeira reunião de célula e tudo mais foi em 2014, no iniciozinho. Eu justamente quando o entrevistado 3 estava saindo e eu cheguei.. Enfim, acho que conheci o Levante muito através da universidade mesmo. Eu vim de uma cidade do interior na verdade. Moro em salvador e foi o primeiro contato que tive com um movimento de juventude. Meus outros contatos foram de uma forma mais tradicional de organização mesmo. E aí, estou no setor na verdade esse ano muito a partir também da UNE, a partir do último CONUNE, que é o congresso da une. A gente assumiu também uma diretoria, que é uma diretoria de combate ao racismo, que é o que estou compondo essa diretoria e, a partir disso, eu me entreguei ao setor para também conseguir pensar coletivamente esses desafios não só para diretoria da UNE, mas como para o Brasil como um todo, para formular uma política antirracista aliado a um projeto de transformação da sociedade como um todo.

Entrevistado 3:

Eu estou com 25 anos, estou no LPJ desde de 2012, logo que a galera voltou do primeiro acampamento nacional eu entrei. Estou no setor desde que começou a organização do setor depois do segundo acampamento nacional, logo na volta do segundo acampa eu entrei. E acho que é isso, comecei a militância na frente estudantil - fiquei dois anos na frente estudantil. Depois fui para frente territorial, estou há 4 anos na frente territorial e é mais ou menos isso.

A pesquisa em todo seu percurso e nos registros das narrativas que serão

apresentados a seguir respeitou o livre desejo dos militantes em compartilhar suas vivências, desafios e projetos dentro do movimento social de juventude. A confiança depositada pelos sujeitos dessa pesquisa no desenvolvimento da mesma e na escrita dessa dissertação veio no sentido de reconhecer o caráter político que a construção de conhecimento produzido nas universidades possui ao se pautar no conhecimento popular, no acúmulo político dos movimentos sociais e nas lutas por garantia de direitos.

Nesse sentido, a disputa de narrativas dentro da academia consiste, sob a ótica do Levante Popular da Juventude, uma estratégia de luta que visa o rompimento com os processos de apagamento do conhecimento popular.

Antes do início formal dessa pesquisa, já havia compartilhado com militantes do movimento social experiências em espaços de lutas que possibilitaram o conhecimento prévio da dinâmica do movimento social e fortaleceu os vínculos que me aproximaram dos sujeitos dessa pesquisa, resultando na construção coletiva de um texto que cumpre tanto aos objetivos finalísticos do curso de pós-graduação quanto à necessidade de ecoar em outros meios e espaços de poder as vozes negras e as práticas sociais de luta contra estruturas racistas de opressão do Estado.

### 3. “JUVENTUDE QUE OUSA LUTAR”: O LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POPULAR

*“E aí, Levante!! Somos herdeiros da luta! MST, via campesina por toda américa latina! LPJ começou 2012, ano feitos dos amantes. Amantes de um povo querendo seguir a diante. Segue como? Sendo rastro do comum, nos bebe do passado, mas vai ser com 10 pra 1. E começou...”*

*Amanda Rosa – Militante do LPJ – RAP dos 5 anos LPJ<sup>1</sup>*

Ainda sobre a concepção de Juventude, Paulo Freire constata que a rebeldia é uma característica inata do jovem (FREIRE, 2001). Tal rebeldia, segundo Manheim (1968), leva os jovens a se engajarem nos processos de transformações e se deve, entre outros motivos, ao fato de que juventude não esteja completamente integrada à ordem social vigente. Na fase de transição entre a infância e a adolescência, o jovem entra em contato mais direto e intenso com a comunidade e com as esferas da vida pública, percebendo diversos valores conflitantes:

Sociologicamente, o jovem, penetra num mundo em que os hábitos, costumes e sistemas de valores são diferentes dos que até aí conheceu. O que para ele é uma novidade diferenciadora, para o adulto é algo com que já está habituado e aceita com naturalidade. Por isso, essa penetração vinda de fora torna a juventude especialmente apta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos que, por razões bem diferentes das suas, estão insatisfeitos com estado de coisas existentes (MANNHEIM, 1968, p. 75).

Maria da Glória Gohn (2014a) pensa sobre a juventude e a sua relação com a sociologia dos movimentos sociais hoje no contexto nacional e internacional. A preocupação central do pensamento dela é identificar quem são os jovens que estão nos movimentos sociais e protestos políticos atuais, quais são as formas de

---

<sup>1</sup> O Rap dos 5 de autoria de uma militante negra do levante Popular da Juventude de Salvador condensa por meio da música os primeiros 5 anos de existência do movimento social apresentando as principais bandeiras lutas e desafios impostos para juventude. A letra inteira da música pode ser consultada no anexo 6 dessa dissertação.

associativismo que eles estão construindo e quais são suas demandas (GOHN, 2014a, p.12). Ela identifica diferentes formas de se expressar através da política, de repertório da construção de identidades, de pautas políticas e das relações com classe, raça e gênero que esses jovens transplantam para o movimento social.

De acordo com Boaventura de Souza Santos (1999. p. 256.), a difusão social da produção a partir da década de 1960 veio como resposta ao capitalismo. A crise do regime fordista que este modelo econômico forjou gerou, por consequência, o isolamento político das classes trabalhadoras.

Esta difusão social da produção contribuiu para desvelar as novas formas de opressão e o isolamento político do movimento operário e facilitou a emergência de novos sujeitos sociais e de novas práticas de mobilização social.

Para Maria Gloria Gonh (2014b), os novos movimentos sociais se inserem em uma sociedade tecnológica em que a informação é difundida rapidamente, favorecendo novas formas de organização social. Assim sendo, esses novos movimentos diferem dos modelos de organização social e política de até então por estarem vinculados ao campo internacional e à esfera tecnológica; por meio da inserção de novos sujeitos e sujeitas nos processos de lutas políticas, atrelando a construção de identidades a esses processos, e por fazerem uso da cultura enquanto mecanismo de luta por direitos.

Sob a luz dessas considerações iniciais, o movimento social Levante Popular da Juventude, movimento de juventude que se posiciona ao lado de outros movimentos populares tradicionais de luta por direitos no contexto nacional e internacional, é experiência inédita no contexto político em que a juventude está inserida e ocupa categoria de novo movimento social de acordo com as concepções aqui apresentadas.

O Levante Popular da Juventude surgiu nos bairros periféricos da cidade de Porto Alegre entre os anos de 2005 e 2006 no estado do Rio Grande do Sul. Ligado aos movimentos sociais do campo, especialmente, da Via Campesina, a organicidade do movimento ganhou contornos próprios em um acampamento de jovens no ano de 2006, na cidade de São Gabriel (RS). Esse evento teve como símbolo de luta e homenagem a figura de Sepé Tiaraju, índio guarani que liderou uma rebelião contra a invasão e dominação portuguesa e espanhola, considerada o ato fundacional do movimento social.

O campo popular em que o Levante Popular da Juventude está inserido é apresentado enquanto um campo ligado às lutas por soberania popular:

Então, o LPJ se insere dentro de um campo político, obviamente, que é o mesmo campo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Atingidos por Barragens, da Consulta Popular, de setores da Marcha Mundial das Mulheres e por aí vai. (Campo) que entende que só consegue implementar esse projeto de país quando o povo brasileiro consegue dominar a classe dominante no Brasil hoje, isso passa por um processo de revolução, nos falamos da revolução brasileira. (Entrevistado 3)

Nesse sentido, o LPJ surge com o objetivo de organizar a juventude do campo, da cidade, das periferias e estudantil para a luta pelo Projeto Popular, que visa uma transformação estrutural na sociedade brasileira. Hoje, o movimento encontra-se em espalhado por 25 estados da federação e por mais de 300 cidades.

O projeto político do movimento se fundamenta na construção coletiva e é baseado em valores como: a solidariedade, visando construir uma organização de sociedade em que o poder reflita os anseios da população das classes populares; a disciplina consciente que supera a lógica da disciplina militarizada e realoca o sujeito enquanto protagonista de suas ações e na mística, que reafirma processos de memória coletiva e subsidia processos de valorização de símbolos e lutas.

Aí, colocar o projeto popular em pauta e materializar o projeto popular passa por disputar o que hoje se tem como estabelecido para juventude. Principalmente, que é caminho dentro do capitalismo, o caminho da competição, um caminho de que cada pessoa tem que construí seu próprio caminho e que valores como solidariedade, companheirismo não importam muito. E aí todo método de trabalho do levante é para que os espaços coletivos consigam forjar essas pessoas, que a gente chama de homens e mulheres novos, homens e mulheres de uma nova sociedade. Enquanto isso, trabalhar na luta pelo poder. (Entrevistado 3)

O movimento ganha repercussão nacional em fevereiro de 2012<sup>2</sup> devido à campanha criada pelos militantes, cunhada de *Levante pela Memória, Verdade e Justiça - Levante pela Verdade!*, uma estratégia de luta em apoio à criação e

---

<sup>2</sup> No mesmo ano, O Levante Popular da Juventude foi premiado com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos do governo federal por causa da sua ação em prol da abertura dos arquivos da ditadura militar. Já em 2014, os militantes do movimento da cidade de Vitória da Conquista (BA) participam do programa “+Direitos+Humanos”, do canal aberto de televisão TV Brasil, expondo no programa de entrevista as ações desenvolvidas pelos movimentos junto à escolas públicas e nos bairros periférico da cidade.

instalação da Comissão Nacional da Verdade. Essa campanha constituiu em um ato nacional de “escrachos”: ações diretas de denúncia de torturadores da ditadura cívico-militar, que seguem impunes.

A base dos movimentos populares tanto nacionais quanto internacionais e os exemplos dos processos revolucionários ocorridos em outros países da América Latina são referência e servem de modelo para as estratégias de trabalho de base e de expansão territorial da atuação política do Movimento.

Pensando um pouco do leito onde é que o levante se insere para começar sua militância tem um outro texto, que é um pouco do que aconteceu aqui, que é uma orientação a nível nacional do Levante que é um texto da Frente Sandinista de Libertação Nacional, que fez a revolução na Nicarágua, que chama “Dos Estudantes aos Bairros”. E explica um pouco do trajeto que a frente sandinista fez, explicando a atuação da galera lá. E isso se repetiu aqui em Salvador isso lá em 2012 quando os militantes que vieram a ser do Levante receberam a tarefa de construir o Levante. A galera fazia um trabalho em um bairro daqui de Salvador chamado Cajazeiras, que é um extremamente populoso, que é uma periferia, tem todas as características de uma periferia. Que a nossa leitura sobre as periferias é que elas são um espaço de ausência de direitos e não necessariamente um espaço longe, mas um espaço em que o Estado se ausenta de garantir questões como saúde de qualidade, educação de qualidade, mobilidade de qualidade cultura e por aí vai. (entrevistada 3)

### **3.1 Estrutura organizativa do Movimento Social de Juventude**

No que tange a organicidade, o movimento segue a concepção de organização do Centralismo Democrático<sup>3</sup>, o que significa que as estratégias e rumos do movimento são decididas nas instâncias deliberativas de direção e coordenação nacional, estadual e municipal. Por meio de circulares nacionais, o movimento propõe e orienta estratégias das ações nos Estados. A coordenação nacional é composta por representantes de cada Estado sob a orientação de se respeitar a paridade de gênero, raça e orientação sexual em sua composição.

Nas células - unidade básica de organização a nível local - são planejadas as atividades de formação, de agitação e propaganda, que são ações de mobilização e promoção política. Atentos às demandas locais e nacionais, são realizadas ações

---

<sup>3</sup> Doutrina marxista-leninista de organização político-partidária, que teve grande desenvolvimento a partir da revolução russa de 1905. Entende-se por Centralismo Democrático toda a centralização da ação resultante da liberdade de opinião e da discussão de ideias. Centralismo Democrático in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. [consult. 2018-05-15 22:30:54]. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$centralismo-democratico](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$centralismo-democratico)

diretas de mobilização da juventude sempre com propósito final de construção de um Projeto Popular de sociedade. Sobre o que seria o projeto Popular proposto pelo Levante Popular Juventude:

Então, quando eu penso em um projeto popular eu penso muito em um projeto que coloque no centro o povo Brasileiro, as necessidades do povo brasileiro. Então, consiga priorizar questão como soberania. O Brasil é extremamente rico em vários aspectos, tipo, água, petróleo, minérios, em uma série de questões. E mesmo ainda hoje, 500 anos depois do início de seu processo de construção enquanto nação, segue sendo subordinado no cenário internacional. Então, o Projeto Popular tem esse caráter de colocar o povo brasileiro como centro, questão, construir uma sociedade em que o povo seja o centro. (Entrevistado 3)

A práxis do Movimento se fundamenta na tríade: formação, luta e organização. A formação que orienta o movimento parte do princípio de que a juventude trabalhadora deve conhecer e se apropriar de sua história e dos processos de resistência do povo brasileiro. Nesse sentido, a escolha da bibliografia e dos aportes teóricos valoriza a produção intelectual de sujeitos que refletem a história a partir do olhar daqueles tidos como subalternizados.

Suas ações e lutas são feitas por meio da prática contundente da agitação e propaganda - *agitprop* -, que combina as mais diversas técnicas de comunicação e expressão popular incluindo teatro, *fanzines*, bateria, músicas, estêncil, muralismo, grafite, *slam*, rimas e palavras de ordem.

A organização do Movimento é estruturada em células que, por sua vez, são compostas por frentes e setores que orientam a formação e a ação dos militantes de acordo com as estratégias gerais e o projeto político. Assim, cada célula do movimento se organiza em três frentes de atuação: *a frente estudantil*, que pensa e organiza a militância nas universidades e escolas secundaristas; *a frente territorial*, que se detém a organizar e formar a juventude das periferias das cidades; e a frente do campo, referente a militância dos jovens da zona rural.

Sob uma periodicidade de dois anos, o Movimento realiza o Acampamento Nacional, espaço que reúne grande parte da militância para debater a conjuntura política do país e os próximos passos do Movimento. Essa oportunidade de reunião da militância nacional se configura como um espaço deliberativo permeado pela formação e mística. Paralelamente a essa organização nacional, os estados também

organizam espaços de formação e análise de conjuntura semelhantes ao acampamento nacional que reúne a militância a nível estadual.

O primeiro Acampamento Nacional ocorreu em fevereiro de 2012 na cidade de Santa Cruz do Sul – RS e reuniu cerca de mil jovens com o lema “Juventude que ousa Lutar constrói o Poder Popular”. Nessa ocasião o Movimento contava com militantes espalhados por dezessete unidades da federação. A segunda edição ocorreu em 2014 na cidade de Cotia, no interior do estado de São Paulo, e reuniu cerca de três mil jovens, dessa vez sob o grito de ordem “Ousar Lutar, organizar a juventude para o Projeto Popular.” A terceira e última edição ocorreu em 2016 em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. Nessa ocasião o Movimento reuniu cerca de sete mil jovens de todo o Brasil bradando no estádio do Mineirinho o lema “Nossa ousadia é o povo no Poder”. Quanto ao quarto Acampamento Nacional, que seria realizado em 2018, devido à conjuntura política instável e às eleições presidenciais, a coordenação nacional do Movimento orientou a sua realização em 2019, comprometendo e direcionando seus militantes para lutas concretas que refletissem a defesa da democracia e a denúncia do golpe parlamentar de 2016, que ainda produz efeitos na sociedade brasileira.

### **3.2 . O Levante Popular da Juventude na cidade de Salvador**

O Levante Popular da Juventude na cidade de Salvador iniciou sua atuação política em 2012 no bairro de Cajazeiras<sup>4</sup>.

Contudo, até o momento de conformação definitiva do Movimento houveram processos de descenso e ascenso no que tange o acúmulo de militantes e o avanço das lutas antes de consolidação do movimento na capital baiana.

Então, a galera faz essa leitura: passa quatro meses trabalhando na Universidade, em um momento de greve também. E aí faz um salto de militantes do Levante desses quatro ,sete nesse primeiro momento para um conjunto de cinquenta militantes depois. E aí faz divisão de células. Isso em 2012/2013... Porque o primeiro acampamento foi em 2012, a galera volta com essa tarefa, esses quatro meses de greve é em 2012 ainda e aí na virada de 2012 para 2013 que faz essa divisão de células. Aí faz essa divisão e cria duas células no território e mais

---

<sup>4</sup> Cajazeiras é primeiro bairro planejado de Salvador e o segundo em população negra. Pesquisa realizada pelo o Jornal Correio aponta que nos anos de 2012 e 2017 o bairro ficou em primeiro lugar no quesito mortes violentas, sendo que a maior parte das vítimas são do sexo masculino entre a faixa etária de 15 a 29 anos. Disponível em <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mil-vidas-cajazeiras-lidera-ranking-de-bairros-com-mais-mortes-violentas/> [acessado em 2016-05-21]

três ou quatro células nas Universidades. Aí de lá para cá a gente expandiu isso para... é pensando nos locais dentro da Universidade Federal da Bahia a gente continuou o trabalho, um conjunto de quatro universidades particulares e conjunto dos bairros, que aí já cresceram e diminuíram de número. A gente durante um tempo éramos quatro células, aí reduziram para duas, aí passaram a ser uma e agora são duas de novo. (Entrevistado 3)

Hoje, o Levante Popular na cidade de Salvador é composto de duas células localizadas no bairro de Cajazeiras e no bairro do Calabar e conta com cerca de cinquenta militantes divididos entre esses dois territórios.

### **3.3 O espaço auto-organizado dos militantes negros e negras**

Em paralelo à organização das frentes o movimento propôs, a partir do ano de 2014, construir setores auto-organizados de negros e negras, mulheres e LGBTs. Esses espaços formados por militantes que são sujeitos das pautas que os conformam são transversais à organização das frentes e realizam o trabalho de aprofundar a formação e o debate acerca da questão racial, do feminismo e da diversidade sexual, trazendo para o conjunto total de militantes demandas específicas, sugestões de bibliografia para formação e diretrizes para lutas relacionadas ao combate ao racismo, ao machismo e à lgbtfobia.

A demanda dos setores elas vem depois com o crescimento do levante porque existia militante que faziam os debates em torno da negritude, entorno da questão do feminismo, entorno da questão lgbt, mas isso não estava organizado, não estava dentro da estrutura orgânica no movimento. Aí no caminho de 2012/2014, primeiro para segundo acampamento nacional é que o levante vai formulando esse espaço. O setor, que é um espaço pensado para que um conjunto de militantes que são o sujeito da pauta, consiga pensar uma linha política em torno dessas questões da negritude, do patriarcado para pode apresentar e poder caminhar junto com a direção política da organização. (Entrevistado 3)

Em conformidade com a formação racial da cidade, os militantes do LPJ em Salvador são compostos majoritariamente por jovens negros e negras e a questão racial atravessa o coletivo e se apresenta enquanto recorte necessário ao debate político desde a primeira formação do Movimento na cidade. Nesse sentido, a formação do setor de negros e negras em Salvador veio seguindo as diretrizes nacionais da organização. Porém, alguns desafios específicos se apresentaram como questões a serem superadas:

Então, quando começou a formação do setor em Salvador tinha algumas pessoas que tinham mais acúmulo que outras no setor. Aí houve um primeiro momento que era muito a função de primeiro, socializar esses acúmulos e socializar um pouco do que já tinha acumulado em pessoas e não na organização. Transformar esse acúmulo individual em acúmulo coletivo. Segundo, conseguir colocar ele na linha política do projeto popular, porque desde sempre percebeu que muita gente fala sobre a questão racial da mesma forma que muita gente fala sobre o feminismo. Existe uma série de correntes teóricas para dentro da mesma questão e para nós era fundamental que isso estivesse dialogando com conjunto da linha política, da linha teórica do movimento. Esses dois movimentos foram os principais dentro do setor no primeiro ano, no primeiro ano e meio da criação do setor aqui. (Entrevistado 3)

Alinhar o debate racial feito por alguns militantes à linha política do movimento significa entender que a luta de classes pautada como prioritária por setores da esquerda é intrinsecamente atrelada à questão racial, ao processo de sequestro e escravidão dos africanos em solo brasileiro e à contribuição dos negros e negras para formação da população brasileira. Perpassa, também, por reconhecer que a classe trabalhadora no Brasil, em sua essência, é negra e que o racismo é estrutural e estruturante do sistema de exploração capitalista.

E a partir do momento que a gente começou a entender que isso estava consolidado que era a formação histórica social política e econômica do povo Brasileiro com o olhar aqui na Bahia, a gente começou avançar para questão mais profundas, né, questão como o racismo científico, questão como o colorismos de hoje em dia e expressão disso na luta mais concreta, né? Como o surgimento da marcha do empoderamento crespo, a marcha contra o genocídio. Então, o setor hoje cumpre o papel até hoje de fazer a leitura da luta de classes alinhando ela a questão racial. O que é que aqui em Salvador existe de luta de racial dentro da luta de classes e conseguir apresentar isso para o conjunto da coordenação municipal, da operativa para ajudar nos rumos do movimento. (Entrevistado 3)

Para além do processo de construção e fortalecimento da identidade de jovens negros e negras que esses espaços auto-organizados oferecem ao colocar os agentes da pauta para discutir e compartilhar vivências de opressão semelhantes, atuação do setor também vem ao encontro de revelar a identidade da população brasileira e de desvelar os processos que forjaram uma identidade nacional de apagamento das raças e manutenção de exclusões e extermínios.

Aí para nós trabalhar com esses sujeitos, com os negros e negras do Brasil é dizer pelo menos, no mínimo, a metade da população do Brasil que elas podem determinar o seu lugar na história. Que elas não precisam se ver como algo inferior, enquanto algo negado né? A história do povo negro no Brasil é a história do povo negado, desde do sequestro dos nossos antepassados africanos para cá, um passado de escravização, que é colocada sempre a frase “ você é

descendente de escravo” e escravo é menos, escravo não é gente, escravo não tem beleza, escravo não tem cultura, escravo não tem nada, né? Não tem um processo de humanidade. Então, quando a gente começa trabalhar com negros e negras é inverter essa lógica, né? É apresentar essa lógica hoje que conformou essa situação que elas vivenciam. (Entrevistado 3)

A pesquisa de Amostragem Por Domicílio Contínua elaborada pelo IBGE apontou que a porcentagem de pretos e pardos na população brasileira em 2016<sup>5</sup> chegou a 54,9%. Considerando que preto e pardo são quesitos estabelecidos pelo IBGE baseados na cor da pele, mas também são fenótipos atrelados à raça negra sob os quais incidem a racialização e exclusões, podemos dizer que a população brasileira é formada em sua maioria absoluta por negros.

A composição majoritária de negros/as da população faz com que se perceba a discriminação racial estruturante de nossa sociedade ao se constatar a presença ínfima de negros e negras nos espaços de poder. E nesse sentido revela processos de resistência construídos ao longo da história por movimentos sociais que fizeram frente às estruturas racistas de nossa sociedade, ressignificando e promovendo a valorização da estética, da cultura e da história afrobrasileira.

Em termos organizativos, o setor de negros e negras enquanto uma demanda posterior à estrutura organizativa inicial do Levante Popular da Juventude se apresenta enquanto espaço auto-organizado dos militantes negros e negras das células que foram indicadas pelo coletivo para estruturar e conduzir o espaço ou que sentem impelidos a somar a organização do setor. O setor possui uma estrutura organizativa própria se relacionando com os outros espaços organizativos que estruturam a célula.

Aí, a nível mais organizativo, o setor tem reuniões mais periódicas. Mais ou menos uma ou duas reuniões por mês e um espaço auto-organizado e uma plenária/reunião, com o conjunto da militância de negros e negras no movimento. E aí em alguns momentos do ano a gente faz esses espaços abertos para conjunto da militância toda para socializar com todo mundo o que vem sendo discutido, quais foram as sínteses em que foi chegando. Entre isso, nos espaços de direção política tem os repasses. Quando tem reunião da coordenação municipal, tem um momento que tem o repasse de como está o setor, como tem sido o funcionamento, quais tem sido os debates com o conjunto dos militantes responsáveis. (Entrevistado 3)

---

<sup>5</sup> Disponível em :

[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad\\_continua/default.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm)  
[acessado em 2018-06-22]

As reuniões fomentam formação e debates sobre desafios que a juventude negra enfrenta na sociedade racista, patriarcal e capitalista. Nesse sentido, a formação conta com a leitura de teóricos da sociologia e da ciência política que fazem o recorte de raça em suas obras. Entre a bibliografia do setor podemos citar Florestan Fernandes, Clovis Moura, Caio Prado Junior e Lélia Gonzalez.

As demandas de lutas antirracista que surgem dentro do setor são discutidas e apropriadas pelo conjunto dos militantes do setor e posteriormente encaminhadas para a coordenação operativa da célula. Diante dessa dinâmica, há tarefas tocadas pelo setor que são socializadas e tomadas enquanto tarefas que abrangem o corpo inteiro dos militantes da célula. Essa dinâmica organizativa ambientada cidade Salvador - a Roma Negra baiana - faz com que a questão racial por ela evidenciada permeia e atravesse um território em que relações sociais, de poder e econômicas são fortemente racializadas. Assim sendo, as demandas trazidas pelo setor são absorvidas e tocadas adiante como tarefas prioritárias e de engajamento de todo o coletivo de militantes, negros e não negros.

É isso, acho que isso é muito mais presente em Salvador do que em outras cidades do país. Talvez, em outras cidades aqui da Bahia isso aconteça também, porque tem muita coisa com o caráter de negritude aparecendo. Então, um exemplo muito bom foi a Marcha Contra o Genocídio e a Marcha do Empoderamento Crespo (Entrevista 3)

A Marcha contra o Genocídio do Povo Negro é encabeçada pela Campanha Reaja ou será Morta, Reaja ou Será Morto – uma articulação de comunidades e movimentos de negros e negras do estado da Bahia que lutam contra a brutalidade policial, contra o encarceramento em massa e pela responsabilização do Estado frente aos extermínios cometidos pelas forças de segurança pública. A primeira edição aconteceu em agosto de 2013 nas cidades de Salvador e São Paulo com o objetivo de denunciar o genocídio dos jovens negros. A marcha ganhou uma edição anual de caráter internacional que, com o passar do tempo, aglutinou outros organizações e movimento sociais na amplificação da voz contra a Necropolítica (MBAMBE, 2011).

Então, quando surgiu a Marcha contra o Genocídio se não me engano foi em 2015 ou em 2014. A gente já entendia a necessidade de estar com ela, mesmo entendendo a diversidade de movimento que a compunham a marcha. Tanto na organização previa que tinha

um ou duas organizações que tomavam a frente e eram organizadoras declaradamente da marcha. Mas na marcha em si é que conseguia aglutinar vários e vários setores do movimento negro, do movimento universitário e de vários lugares. Vinham gente de vários lugares para virem na Marcha do Genocídio. E aí, setor tem a função de acompanhar esses espaços e ir fazendo essas articulações, essas construções. (Entrevistado 3)

As articulações dos movimentos sociais negros e que pautam a igualdade racial dentro das suas agendas de luta funcionam como forma de dar maior adesão e visibilidade para as pautas da população negra. A exemplo da Marcha contra o Genocídio, outros processos de lutas relativos à questão racial e à afirmação da identidade negra são acompanhados pelo setor de negros e negras da cidade de Salvador.

A época que surgiu a Marcha do Empoderamento crespo uma das militantes que estava na coordenação da marcha era uma militante do Levante. E ela trouxe isso para setor, para as pessoas que compunham o setor. A gente debateu tanto dentro do setor quanto dentro da coordenação municipal, foi ajustando as avaliações sobre o caminho para construir a Marcha, quais atividades eram importante a gente impulsionar, quais a gente queria acompanhar enquanto movimento e e o dia da própria Marcha em si. A gente estar na marcha e consegui contribuir com a marcha. Então, durante a primeira e segunda marcha do empoderamento crespo a gente saiu com um bloco de militantes do Levante dentro da marcha com algum tema. É, no primeiro ano da marcha o tema foi: “Cabelo é só o começo, a senzala vai cair!” e no segundo era Transformar o crespo em posicionamento político” era um pouco dessa afirmação da estética negra ela fosse transformada um pouco na política de negritude (Entrevistado 3)

Esses processos de construção coletiva dos espaços de luta são espaços de formação e compartilhamento de acúmulo político com outros movimentos sociais e são exemplos da organização pela liberdade e pela garantia da existência que se dá nas ruas, nos espaços de sociabilidade, onde surge um novo direito – dinâmico e nascido das lutas sociais – ou, o direito que na teoria crítica do Direito alinhavada por Roberto Lyra Filho (2005) poderíamos chamar de Direito Achado na Rua.

Para se conformar a essas dinâmicas sociais de luta por garantia de direitos para população negra, foi imprescindível dentro da formação teórica dos militantes do Levante Popular da Juventude um viés crítico e atento às relações raciais que perpassam a formação do Brasil enquanto nação. Esses processos de formação se dão através de debates coletivos, de textos produzidos por pensadores acadêmicos

ou militantes, ou por meio de seminários onde militantes com acúmulo político se prontificam a acompanhar a formação dos demais militantes.

Você tinha a pessoa negra não só como a pessoa que foi trazida na condição de escrava, mas ser trazida na condição de escrava implicava na negação do direito de construir família, ao direito da linguagem, toda a identidade que era construída. A linguagem constitui um povo. É uma língua que é compartilhada cheia de símbolos e significados. São bastante concretos também e constrói um povo. E ao mesmo tempo a pessoa escrava, o negro escravizado era colocado na condição de objeto, de parte da máquina de trabalho. Tanto é que, por exemplo, a gente estava tendo uma formação esses dias e utilizando um texto que colocava alguns dados que o Brasil teve um processo de economia colonial e escravagista de super acumulação, tudo era mesmo voltado para fora, até a agricultura. A agricultura era uma das principais matérias de exploração. E ao mesmo tempo em que rolava esse processo tinha mais dois tipos que tinha mais uma agricultura de subsistência, que seria para as pessoas que ocupavam esse território. Enfim, e aí nesse processo a mesma agricultura de subsistência ela também ia tudo para fora, o que ficava de alimentação para pessoa negra escravizada é tipo pouco, quase nada. Era só as sobras mesmo. ( Voz 3)

### **3.4 A abordagem interseccional**

A organicidade, estratégias de luta e formação no Levante popular da Juventude observa em sua atuação a realidade em que se dão os processos sociais por emancipação popular. Nesse sentido, ao se dar conta de que a militância do Movimento se depara com o desafio constante de atravessar as barreiras impostas por uma sociedade racista, patriarcal e capitalista, a criação dos setores de negros e negras, assim como o setor de mulheres e o de LGBTI+, vem no sentido de trazer novas perspectivas de enfrentamento das opressões que estruturam a sociedade de classes em que vivemos.

A sobreposição das relações condicionantes das discriminações, sejam elas de gênero, raça, condição sexual, entre outras, gera outros efeitos nas vivências dos sujeitos e, por conseguinte, um outro olhar ao se combater determinada opressão. Ao analisar as opressões que recaem sobre a mulher negra, Kimberle W Crisshaw pontua a necessidade de “uma estrutura provisória que nos permita identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, de modo a compreender melhor como estas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras.” (CRENSHAW, 2004, p.7)

Nesse sentido, os setores seriam essas estruturas provisórias que apuram o olhar para a sobreposição de opressões e que ajudam a traçar estratégias melhores para as lutas postas permeadas de intersecções. A compreensão do movimento da perspectiva interseccional é posta da seguinte forma:

:

É sobre a luta antirracista e a intersecção com as lutas contra machismo, o classismo e lgbtfobia, a gente entende que nossa sociedade é estruturada e sua estrutura é como se ela fosse um nó por três estrutura entrelaçadas, três sistemas entrelaçados que seriam o capitalismo, o patriarcado e o racismo. E o racismo compreendendo essa opressão de uma raça sobre a outra, o capitalismo, compreendendo a opressão de classe e o patriarcado compreendendo as opressões machistas e lgbtfóbicas. E aí na prática, a partir dessa concepção, o que a gente constrói em termos de lutas, em termos de programa de vida mesmo que a gente propõe para juventude mesmo, sempre está ligado a essa intersecção. E aí, enfim, não dá para desconsiderar a luta antirracista quando a gente está considerando a luta de classes. E isso interfere diretamente na forma que a gente se posiciona enquanto esquerda dentro da esquerda. E também enquanto atuantes no movimento negro se posicionamento também à esquerda. Isso faz com que o fato de haver um projeto de sociedade por trás das nossas lutas antirracistas, por trás das nossas lutas antimachistas, das nossas lutas antilgbtfobia, faz com que a gente se coloque em outra responsabilidade da disputa desses movimentos e coloca nossas lutas, sempre compreendendo esse processo da luta do povo. (Entrevistada 1)

Ao observar a atuação do movimento, percebe-se o olhar atento e sensível à sobreposição de opressões e o combate às intersecções dessas opressões presentes no cotidiano das relações sociais, bem como em relação às dinâmicas internas do movimento. Evidencia-se que o olhar atento a mais de uma opressão faz com que elas não encontrem terreno fértil para a sua reprodução no cotidiano das relações pessoais que se dão no coletivo, nos espaços de organização e nas relações com outros movimentos sociais.

Em alguma medida os debates encontraram-se, ou seja, o racismo e o machismo serão tratados de modo interseccional, o que não significa dizer que não serão tratados de modo setorizado. Mais uma vez pontuamos que a realidade racial que a célula do Levante Popular da Juventude está inserida torna o debate de raça dentro de qualquer abordagem inevitável, e isso não seria diferente em relação ao feminismo.

O feminismo que a gente toca é um feminismo popular que tem muita proximidade com a interseccionalidade e com o feminismo negro também, mas apontando ainda as opressões de classe mais firmemente e as opressões relacionadas à heteronormatividade e

como isso reverbera na LGBTfobia. Então é um debate que está muito entranhado a questão de raça dentro do debate do feminismo que a gente faz e que, enfim, a gente pode chamar de feminismo negro, rola umas discordâncias mais no sentido dos estudos e tal, que estaria mais próximo do interseccional, mas que constrói a questão de raça. E na prática isso se dá. É meio estranho eu falar isso porque Salvador tem a maioria absoluta de mulheres negras e aí fica bastante evidente para todo mundo, não tem como debater, na real, feminismo sem debater a questão racial, sem debater as mulheres negras, tanto na célula, quanto no setor isso é algo que é bem, como é que eu posso dizer, consolidado para nós, esse processo do nó que estrutura toda a sociedade (Entrevistada 1)

O Levante apresenta em sua conformação a construção coletiva do Projeto Popular para o Brasil com o protagonismo do povo brasileiro alinhado a outros Movimentos Sociais, sendo assim um espaço político de disputa de narrativas e ressignificação da história do povo brasileiro solapada por um passado de extermínios, massacres e subjugação. A soberania popular, o rompimento com as normas patriarcais e o fim do racismo genocida fazem parte da construção de novas narrativas pelo Levante Popular da Juventude, colocando o povo brasileiro no centro do debate político.

Logo, se faz necessário adentrarmos ao território e palco da dinâmica viva de uma juventude ameaçada pelas práticas racistas de uma sociedade segregada e racializada. A cidade de Salvador se forjou dentro do imaginário nacional como uma cidade impregnada de estereótipos racistas em que o negro é reduzido a imagens racistas que atrelam a sua figura à características relacionadas à permissividade, à hiperssexualização e à criminalidade. Salvador é a cidade com mais negros fora da África e, por consequência, a questão racial atravessa o cotidiano da sua população e dita a ocupação do território construindo espaços de segregação racial e estabelecendo uma dinâmica racial marcada pela violência.

#### 4. “A JUVENTUDE É O ALVO”: TERRITORIALIZAÇÃO, RACISMO E O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA E PERIFÉRICA

*“O ano terminou e outro já quer nos matar. 2015 canetada e cassetete, Bandeira vai subindo e vai servindo de protect. Proteção manter viva e armada. Manter o punho erguido e não ficar desesperada. E acabou? Acabou não! Iniciou um golpe e destruiu uma nação. Terceirização. Precarização, redução de idade para ir para prisão, Lei que aprova terrorismo nato, qualquer movimento a ser censurado. Já imaginou na boca do ato gritar liberdade e criminalizado. Lei anti terrorista para que? E para quem? Para capa da revista! Claudia e Amarildo foram mortos por polícia. Claudia e Amarildo foram mortos por polícia. A vermelha segue vermelha em dimensão. América latina, fazer revolução!”*

*Amanda Rosa – Militante do LPJ – RAP dos 5 anos LPJ*

Antes de adentrar ao assunto central deste capítulo, é necessário situar territorialmente a juventude negra da qual estamos falando e que representa, dentro da diversidade ontológica da juventude, um grupo racialmente marcado e politicamente marginalizado de acordo com as diretrizes racistas de organização da sociedade forjada com a colonialidade. (QUIJANO,2005)

Territorialização, de acordo com Muniz Sodré, é dotada por uma força ativa compreendida nas relações entres seres e objetos pensados a partir das especificidades de um território. (SODRÉ, 2002). Utilizando a cosmologia africana, que se opõem a modelização universalista típica da racionalidade eurocentrada de se fazer ciência, Sodré apresenta o conceito de território enquanto:

o lugar marcado de um jogo, que se estende em sentido amplo como a protoforma de toda e qualquer cultura: sistema de regras de movimentação humana de um grupo, horizonte de relacionamento com o real. Articulado mobilidade e regras na base de um “fazer de conta”, de um artifício fundador que se repete, o jogo aparece como a perspectiva ordenada da ligação entre o homem e o mundo, capaz de combinar “as ideias de limites, de liberdade e de invenção” (SODRÉ, 2002. p. 23)

Se o território é o palco que atrela homem e mundo em dinâmica viva e em movimento, o território dessa pesquisa é o palco de uma população majoritariamente composta por negros. A entrevistada 1, partindo da comparação entre a cidade de Salvador com outras cidades brasileiras que ela visitou, ressalta que o ponto da composição racial da capital baiana difere da grande maioria das outras cidades brasileiras.

Acho que o primeiro impacto que eu tive nas outras cidades foi perceber o quanto as outras cidades têm muita gente branca. E isso é muito diferente, a primeira diferença gritante assim em relação a Salvador. É surreal! Qualquer outra cidade tem muita gente branca ou com ascendência indígena, e aqui não rola! Boa parte da população é negra, boa parte mesmo. (Entrevistada 1)

A cidade de Salvador, majoritariamente e mais intensamente nas suas periferias, é composta por uma massiva população negra descendente dos africanos sequestrados pelo colonialismo. Estima-se que durante a vigência do tráfico de escravos transatlântico - entre séculos XV e XVIII - desembarcaram na Bahia 1.349.324 africanos para servir de mão de obra escrava para as mais variadas ocupações.<sup>6</sup> Em 2015, a população afrodescendente compunha 82% da população de Salvador vivendo em uma territorialização marcada pela discriminação racial e sobre um relevo acidentado característico que demarca segregações.

O relevo é cortado por vales profundos e estreitas faixas de planícies, tendo como característica marcante a escarpa que divide a cidade em duas regiões conhecidas como Cidade Baixa e Cidade Alta<sup>7</sup>, sendo que a primeira está oitenta e cinco metros abaixo da segunda e se estende pela região litorânea banhada pela baía de Todos-os-Santos. A localização da cidade na entrada da segunda maior baía de água salgada do mundo não só demonstra o posicionamento estratégico da primeira sede de administração colonial em solo brasileiro, como sua construção em cima da escarpa segue os padrões portugueses de edificação. A escolha do lugar que se construiu a cidade tem por objetivo protegê-la contra invasões estrangeiras e sua arquitetura projetada na forma de acrópole opõe-se ao porto localizado na parte litorânea, hoje conhecida como Cidade Baixa. (ANDRADE; BRAQUEIRO, 2009.)

---

<sup>6</sup> RICHARDSON, David; FLORENTINO, Manolo. The Trans-Atlantic Slave Trade: a Dataset on-line

<sup>7</sup> Duas cidades é o nome do álbum da banda soteropolitana Baiana System que faz referência em suas letras a dinâmica social e racial da cidade de Salvador e relaciona o relevo com a segregação racial presente na capital baiana.

Essa primeira dualidade espacial atrelada à racialização e desumanização da população negra determinou os espaços tradicionalmente ocupados por brancos e negros na cidade de Salvador ao longo de sua história. O pequeno núcleo urbano surgido em 1548 protegido na parte alta da cidade se transformou em uma sociedade patriarcal, explicitamente segmentada e com uma forte presença negra no fim do século XVIII e início do século XIX. Desse modo, a sociedade da época era composta por brancos da elite local que ocupavam os solares e sobrados da área central, “brancos locais”, mestiços, mulatos e negros alforriados que ocupavam papéis e espaços periféricos, e os negros escravos dispersos pela cidade de forma excludente.” (ANDRADE; BRAQUEIRO, 2009. p.49)

O mapa abaixo apresenta o relevo da cidade de Salvador, onde se observa que a nível do mar (0 m de alt) na orla marítima banhada pela Baía de todos os Santos é localizada a Cidade Baixa. Por sua vez, no relevo de maior altitude localiza-se a Cidade Alta, e a periferização e expansão ocorrida nas últimas décadas em sentido a orla atlântica e interiorização do território.

Figura 1: Mapa topográfico do relevo da cidade de Salvador – BA.



Fonte: <http://pt-br.topographic-map.com/places/Salvador-4004668/>

O relevo marcado servia de defesa estratégica contra ameaças externas na época colonial ainda não orientava a segregação racial em uma sociedade dependente do trabalho escravo e onde os negros tidos como propriedade compunham o núcleo urbano central.

Com a fim da escravidão, a dinâmica de proximidade espacial das raças sofre uma ruptura, uma vez que o controle social realizado pelo regime escravocrata ruí e ameaça o sistema hierárquico de classes. Nesse sentido, Muniz Sodré infere:

Proximidade física dos antigos escravos, expansão dos cultos negros etc. – torna-se ameaça cultural depois da abolição da escravatura. Brancos e negros, ricos e pobres podiam coexistir em relativa proximidade física, quando o sistema socioeconômico-cultural permitia uma certa “tranquilidade hierárquica”, isto é, um consenso quanto às linhas de diferença entre as etnias e situações de classe. Com esfacelamento da ordem patriarcal-escravagista e o progressivo predomínio nas cidades do sistema comercial-financeiro, era preciso redefinir territorialmente as linhas de distanciamento, já que a nova estrutura social – de características liberais e igualitaristas – ameaça o antigo consenso quanto à hierarquia social. (SODRÉ, 2012. p. 46)

Nesse sentido, os processos de gentrificação e favelização da cidade se intensificaram ao longo do século XX. A industrialização e modernização econômica ocorridas nas décadas de 50 e 60 com a instalação de modernas empresas no Centro Comercial de Aratu e com a criação do Complexo Petroquímico de Camaçari trouxeram à cidade a dinamização dos serviços e expansão territorial. O crescimento desordenado devido ao êxodo rural em direção à cidade, atrelado à ausência de planejamento urbano e de políticas públicas de habitação fez com que acarretasse um processo de “periferização” avassaladora, sem os mínimos requisitos em termos de serviços e habitabilidade para o contingente de pobres. A cidade é envolta em um grande cinturão de pobreza.” (BACELAR, J. 1993. p. 60)

A expressividade numérica negros e negras pode indicar, em um primeiro olhar, que não há no processo de favelização um caráter racial, uma vez que eles compõem cerca 80% da população estão aparentemente por toda cidade. Mas ao observar que a malha urbana desprovida de planejamento e infraestrutura é constante na paisagem de grande parte da cidade, em total desalinho com as pequenas ilhas de concentração de moradias de classe média alta habitadas pela minoritária população branca, percebe-se que a população negra marginalizada economicamente e identificada negativamente através de imagens e estereótipos racistas foi espacialmente alvo do processo de favelização que se deu em Salvador.

Boa parte de salvador é favelizada e a gente não percebi isso. É muito diferente, a galera tem uma identidade: “aqui é comunidade de não sei o que.” E aqui(salvador) essa identidade é muito fluida. Esse é o bairro tal, isso tá dentro da dinâmica da cidade. Nordeste de Amarelina é um bairro. Por mais que hoje tenha uma formação

identitária muito maior enquanto comunidade, enquanto pessoas unidas, é pouco como assim para o geral da cidade. A cidade é muito, realmente, favelizada. Então não gera essa disparidade tão grande. O que eu gera disparidade na cidade são os locais que não são favelas, que é a Pituba, a Barra, a orla norte! Porque a outra parte da orla é a orla do subúrbio ferroviário, é a orla que é a baía de todos os santos, que é completamente favelizada, do ferrebolt para lá... do ferrebolt para barra e litoral norte é uma faixa branca que se dá na cidade. (Entrevistada 1)

As disparidades de moradia e faixas de ocupação do território refletem outras desigualdades raciais que revelam um processo de segregação e negação de cidadania à população negra em constante atualização na cidade de Salvador. Quando se fala de mobilidade urbana, temos outra realidade perversa de segregação racial que nega o direito à cidade para maioria da população. A rede de transporte público apresenta limitações em conectar as diversas regiões da cidade, principalmente as regiões periféricas, sem contar a restrição de horários de circulação e as péssimas condições de conservação da frota.

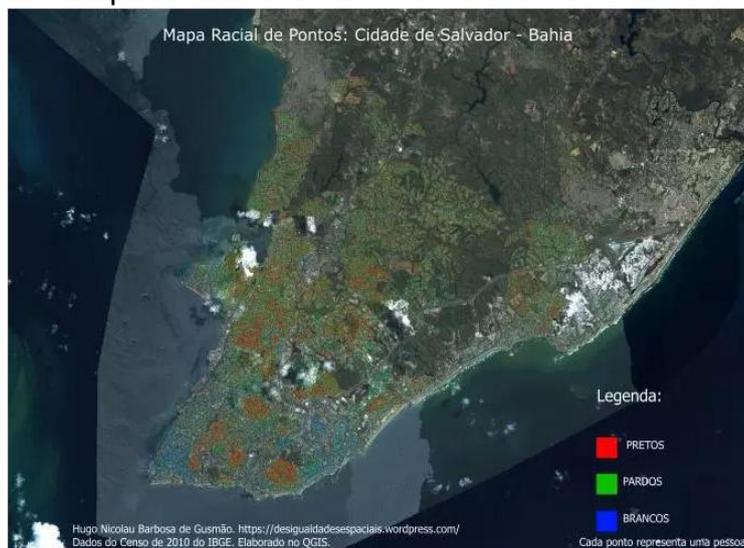
o centro novo reuni shoppings, que é a área do Iguatemi, que é shopping, shopping, shopping... E esse centro aqui reuni teatro, casa de show e vários outras equipamentos de cultura. E aí desse lugar você não tem como chegar na minha casa, por exemplo, que é próximo ao Cabula e que não é um local extremamente afastado da dinâmica do centro da cidade. É uma dificuldade muito grande mobilidade urbana em Salvador. É péssima! Você também não tem como ir de uma periferia para outra, não existe ônibus de uma periferia para outra. Em salvador toda existe basicamente 4 linhas de ônibus: do seu bairro para Pituba; do seu bairro para Barra 1; do seu bairro para Barra 2 e para Lapa, acabou! E estação Mussurunga e estação Pirajá que é as que concentram. Taiguara rola mas já é Pituba.. E os circuitos são bizarros de demora e é para pegar todo mundo num buso só. Salvador não é uma cidade que é territorialmente grande e também não tem para onde crescer em território. Então uma linha direta, tipo, da casa das pessoas ao centro da cidade não rola, porque vai rodar todo o entorno, sai pegando todo mundo, apinhala o ônibus de gente..(entrevistada 1)

Em reflexo à deficitária rede de transporte público, à distribuição desigual de bens e serviços, o incremento da violência policial contra a população negra, a discrepância de acesso à educação, saúde, cultura e lazer nas diferentes regiões da cidade marcadas pela segregação racial, os índices de desenvolvimento humano dos bairros de Salvador apresentam discrepâncias que revelam realidades opostas de desenvolvimento e qualidade de vida.

Outro elemento, que tem um dado que choca muito no sentido de colocar ele de forma mais gritante tudo, que aquela coisa do IDH<sup>8</sup>, que é o índice de Desenvolvimento Humano que mede pelas cidades, estados e países. O UDH é a Unidade de Desenvolvimento Humano, ou seja, ele vai medir também os bairros de Salvador. Aí em Salvador a gente vai ter bairros que tem o UDH equivalente à Noruega, tipo, o maior do mundo. Corredor da Vitória, Caminho das Águas, Itaigara, é aquele miolo da orla do litoral norte que tem índices muitos semelhantes. Ao passo que tem lugares de Salvador que tem o UDH semelhante ao da Colômbia, que é um dos mais baixos do mundo. Que geral que são locais que estão no subúrbio ferroviário, A Ilha, Vista Alegre, Ilha de Maré, Nova Constante (Entrevistado 2).

Representando a distribuição da população negra de acordo com os critérios censitários colhidos pelo IBGE, o mapa abaixo distribui a população que se autodeclara preta, parda e branca pelo território de Salvador. Observa-se uma predominância de pretos e pardos em relação aos brancos, bem como regiões de forte concentração de brancos onde quase não se observa a presença de negros. Enquanto pretos e pardos dividem a maioria do restante do território da cidade.

Figura 2 – Mapa Racial de Pontos da cidade de Salvador - Bahia

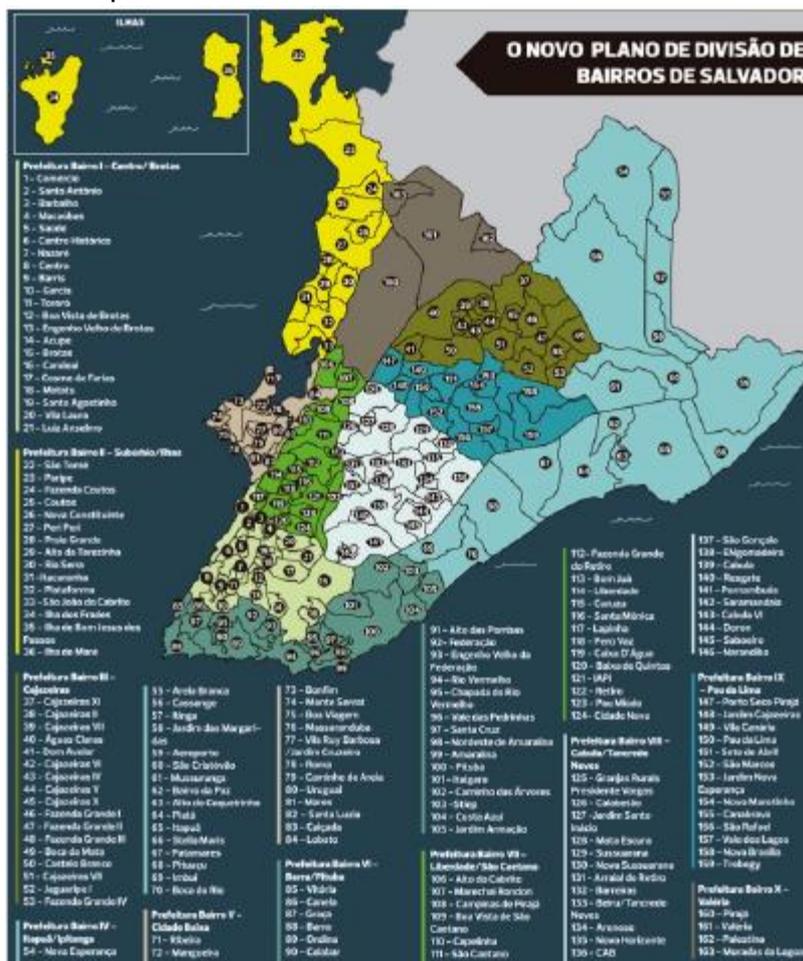


<sup>8</sup> O índice de desenvolvimento de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice comparativo entre os países que mede grau de desenvolvimento econômico e qualidade de vida ofertada para a população. O índice surgiu enquanto contraponto ao outro índice de viés estritamente econômico, o Produto Interno Bruto per capita, ao olhar para outras dimensões do desenvolvimento humano como a saúde e educação. O índice pretende ser uma medida sintética e geral que amplia a visão acerca do desenvolvimento humano sem esgotar todas as aspectos do desenvolvimento humano. O Relatório Anual do IDH é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento(PNUD) e incluem os IDH e outros dados e análises pertinentes a agenda global e abordam políticas públicas que traçam estratégias de enfrentamento ao desafio de desenvolvimento humano. No Brasil, O PNUD, desde de 1998 apresenta de forma sistematizada dados referentes ao desenvolvimento humano das regiões metropolitanas brasileiras com a publicação do Atlas de Desenvolvimento que contém o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal das cidades das regiões metropolitanas e utiliza como metodologia de pesquisa Unidades de Desenvolvimento Humano que afere com mais precisão as áreas mais homogêneas em relação as condições socioeconômicas que levam. <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/atlas-do-desenvolvimento-humano/entenda-o-atlas.html> (acessado em 07/072016)

Fonte: <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/11/24/mapa-racial-de-salvador-bahia/>

Já o mapa abaixo apresenta a divisão oficial dos bairros de Salvador. Com ele, conseguimos nomear os espaços onde negros e brancos vivem sob a lógica racial de segregação espacial em comparação com o mapa anterior.

Figura 3 – Mapa dos bairros da cidade de Salvador – BA



Fonte: <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/11/24/mapa-racial-de-salvador-bahia/>

Não obstante, ao confrontarmos os dados de desenvolvimento com a composição racial das regiões a eles correspondentes, é perceptível que os maiores índices correspondem aos bairros que concentram a população branca e que os índices menos expressivos são relativos aos bairros onde se concentra a população negra.

Reflexo de um processo histórico de marginalização e negação de direitos à população negra implementada em Salvador, desigualdade racial forjou dinâmicas específicas no território, produzindo uma territorialização única com resultados bastante particulares nas dinâmicas raciais em relação a outras cidades e estados da federação.

#### **4.1 Dinâmicas raciais da cidade de Salvador**

A vivência em uma cidade negra estruturada pela lógica racista, patriarcal e capitalista, conforme os processos de colonização que a constituíram, possui nuances que a minha visão externa e centro-sul centrada muitas vezes foi incapaz de apreender. As dinâmicas raciais são frutos de sucessivos apagamentos da história e da identidade da maioria da população negra e de processos de resistência que se contrapõem.

Um fato que chamou atenção nos primeiros dias em que eu estive residindo na cidade, e que revela as especificidades das formas de controle racial que se estabelecem, é em relação ao trânsito da população durante a noite. O trânsito de pedestres nas regiões centrais da cidade e nas proximidades das regiões em que se concentram a população branca não se estende muito além do início da noite e, antes das dez horas da noite, as ruas se tornam desertas, com exceção dos poucos carros que por elas trafegam.

E outro elemento é que o estado cria um sentimento de insegurança muito grande. Então, mesmo quando as pessoas reconhecem que ação da polícia é genocida, existe uma rapidez muito grande de individualizar isso ‘existem alguns policiais que são assim!’ O problema não é polícia enquanto instituição porque se tem muito medo do que vai acontecer se não houver polícia. A polícia é responsável pela segurança, o debate que segurança pública faz muitas vezes é de que segurança pública é igual vigília, patrulhamento, enquanto os investimentos são em melhoria dos carros, em melhoria dos armamentos, da estrutura do espaço físico, do armamento, do preparo dessa galera. (Entrevistado 3)

Há um discurso propagado pelas autoridades públicas e disseminado no imaginário da população que cria a sensação de uma intensa violência urbana nessas regiões e que, de certo modo, são usadas para validar as políticas de segurança pública ostensivas e violentas. Entretanto, quando observadas as regiões periféricas onde os índices de violência oficiais são ainda maiores, constata-se o trânsito e a ocupação dos espaços públicos durante a noite, o que, inclusive,

fomentam o funcionamento do comércio local. Podemos inferir, assim, que há um processo de promoção do medo que se serve do controle racial e da segregação espacial.

Dentro das periferias de Salvador as coisas ficam abertas até meio noite, não falta gente circulando a noite. É por isso, porque são prédios, condomínios (na região central) não tem gente circulando. Salvador as pessoas que moram em prédios têm muito medo dos que moram fora, porque as pessoas que moram em condomínio em geral são brancas. Aí sim é uma dinâmica bem explícita. Vou sair do meu muro e caos.” (entrevistada 1)

Para além da manipulação do medo enquanto forma de controle racial, a reiterada segregação racial nos espaços públicos e privados é assimilada como natural e compreendida pelas setores da população enquanto regra básica de sociabilidade. Em meados do ano de 2012, se espalhou, inicialmente nos grandes centros urbanos, a prática dos “Rolezinhos” por grupos de jovens e adolescentes moradores da periferia. Com objetivo de acesso ao consumo e à diversão oferecidos por *shopping centers* e galerias comerciais, os jovens marcavam passeios em grupo nesses espaços. Entretanto, os “rolezinhos” revelaram a segregação social e racial que estes espaços praticam ao expor em escala ampliada os conflitos gerados pela ocupação desses espaços por jovens periféricos e em sua maioria negros.

teve épocas que rolaram os rolezinhos por todos o Brasil e que em Salvador não foi diferente. Rolaram em Salvador e eu lembro muito da sensação, eu era ensino médio na época. Então, a gente foi com nossa fardinha de colégio todo mundo para shopping e aí eu lembro muito bem a sensação de estranhamento e de desespero no rosto das pessoas, porque Salvador tem uma lógica muito perversa. Assim muito, como é que fala... assentada! Assim de que todo mundo sabe o seu lugar, mas todo mundo aqui sabe o seu lugar, não tem a pessoa negra que não vai ser cordial ou que não vai saber seu lugar. Estou com meu dinheiro aqui, passando pelas alas das grifes comprar um vestido de 600 reais porque foda-se eu ganho oito mil por mês, eu posso pagar. É a relação, o olhar de estranheza, é visto e é lido como normal. Não é algo que “ó que absurdo” Nem repara assim, sabe? e isso é muito certo em Salvador. E quando rolou o rolezinho o maior susto das pessoas era esse! “Essa galera não sabe o lugar deles?” “como assim o que eles estão fazendo aqui?” Desse jeito andando em bandos?” Então o afastamento físico mesmo, das pessoas se protegerem era muito marcante. (Entrevistada 1)

Os processos de racialização que operaram com a ingerência da colonialidade tem por objetivo marcar a diferença e estabelecer os espaços em que os corpos racializados podem ocupar, impondo limites para sua circulação e trânsito dentro do que seria seguro e que evitasse ameaças ao grupo hegemônico.

(MBEMBE, 2014). Há no processo de racialização a tentativa de marcar os corpos considerados ameaças para que posteriormente, por meio de outros métodos de controle, se possa neutralizá-los, prendê-los ou exterminá-los. Mbembe entende racialização enquanto um dispositivo de segurança que permite o controle da população e, nesse sentido, age sobre a territorialização determinando muros invisíveis em que se estabelece os processos de segregação racial.

Para Fanon (2008), em seu livro *Peles Negras, Máscaras Brancas*, o racismo introjetado no negro faz com que ele lute para escapar da zona do não ser - lugar de morte ontológica que o olhar do branco aprisiona os negros. Para tanto, vestir máscaras brancas seria a forma de sair da zona do não ser na tentativa de ocupar a zona do ser e se sentir integrado à comunidade. Assim, a reprodução da linguagem, dos hábitos e preconceitos típicos do comportamento hegemônico branco pelos negros e negras faz parte do processo de efabulação sobre qual se debruça Fanon.

Romper com a segregação racial que a estrutura racista e colonial forjou perpassa, para além da denúncia das estruturas racistas do Estado, pelo processo de ressignificação do negro e da negritude e pelo rompimento da lógica de negação ontológica do negro imposta pela colonialidade. Os processos de valorização e construção da identidade negra levados a cabo pelo movimento negro, ativistas e comunidades negras, esbarram a todo momento no racismo estrutural manifesto pela desvalorização da estética, da história e da cultura negra, e também é fruto da repetição das ideias e imagens negativas dos negros, que, por mais que sejam fictícias, criam alucinação e fantasia sobre sua imagem e cultura. Por efabulação entendemos a capacidade de alterar a verdade por meio de fábulas e foi por meio da efabulação que o discurso europeu, tanto o erudito quanto popular, passou a orientar, pensar e organizar mundos distintos.

A dificuldade de desconstrução da visão racista e colonial e dos processos de efabulação sobre a negritude é expressa nos resultados das pesquisas censitárias com recorte de cor/raça.

Esse é outro elemento chave, pegar esse outro elemento que a entrevistada 1, coloca! De como é rápido, de como esse ataque ideológico ao povo negro de salvador foi grande é que os bairros de salvador tem uma média de 65% a 80% de negros, só que a estatística do IBGE coloca que negros são pretos e pardos, aí quando você olha pro dado estatístico tem lá pretos e pardos, esse número vai ser bastante dividido, porque você tem bairros que 40% da

população vai se dizer parda. Aqueles que têm qualquer traço de pele um pouco mais clara ou um cabelo um pouco mais cacheado vai se dizer pardo para fugir desse estigma do negro, o negro que é o que há de pior na face da terra que é como se construiu a narrativa. (ENTREVISTADO 3)

Na contramão da narrativa hegemônica, setores do movimento negro, ativistas, comunidades negras e quilombos urbanos vêm há muito tempo disputando a narrativa com o objetivo de afirmação da identificação da população com a identidade negra reavivando por meio do legado ancestral a humanidade negada e, por conseguinte, o desejo de luta e resistência.

Uma das maiores construções do movimento negro daqui de Salvador é processo de construção de identidade, das pessoas se afirmarem enquanto pessoas negras. Apesar de Salvador ser uma cidade extremamente negra, qualquer pessoa que tem a pele minimamente mais clara assim já se reivindica enquanto não negra. E isso é muito real, para as galeras de outros estados pode parecer surreal, mas isso é assim: a galera mostrar a parte de dentro do braço e dizer que foi o sol da cidade que me deixou dessa cor aqui. É um absurdo! Essa é a luta principal. (ENTREVISTADA 1)

O processo de construção de identidade perpassa, além do processo de valorização da estética, por elementos culturais e artísticos que remontam à história e à origem que conformou essa identidade. Ao se tratar de Salvador, cidade de expressões artísticas mundialmente conhecidas e fortemente influenciadas por elementos da cultura africana, as suas inúmeras festas populares que acontecem ao longo do ano misturam elementos da cultura e de religiões de matriz africana, fomentando os processos de valorização e fortalecimento da identidade negra e constituindo verdadeiros espaços de resistência negra frente ao racismo estrutural.

É muito doido quando você pensa assim, as grandes expressões culturais de salvador, tipo o que sai no Carnaval, por exemplo. Você olha o carnaval de Salvador e você olha tudo! Aquilo ali é o suprasumo daquilo que é construídos anos e anos todos os dias nas periferias de Salvador. A expressão do que é um Gandhi<sup>9</sup>, o que é o Ilê Aiyê<sup>10</sup>, um Malê de Balê<sup>11</sup>, até o pagode e o axé são coisas que

---

<sup>9</sup> Afoxé Filhos do Ganhdi Fundado por estivadores portuários de Salvador em 18 de fevereiro de 1949, tornou-se o maior Afoxé do Carnaval da Bahia. Com seu 'tapete branco', batuque contagiante e mensagens de paz, inspiradas no líder indiano Mahatma Gandhi, o bloco mantém a tradição da religião africana ritmada pelo agogô nos seus cânticos de ijexá na língua Iorubá. Disponível em

<sup>10</sup> O Ilê Aiyê, primeiro bloco afro da Brasil, nasceu no Curuzu, Liberdade, bairro de maior população negra do país, com aproximadamente 600 mil habitantes. Fundado em 1º de novembro de 1974, com o objetivo de preservar, valorizar e expandir a cultura afro-brasileira.

foram construídas na periferia. Tipo assim, por pessoas que tiveram uma cultura negada para elas e descobriram formas de fazer cultura, sabe? Tipo, como é que você lida com cultura, que cultura é forma de produzir vida, e sendo que tudo é negado, isso que estava falando da mobilidade, se você não tem como ir no Castro Alves, se você não tem como ir no passeio público, como é você consegue chegar para uma galera de escola pública fora do centro e perguntar: quem aqui já passou uma tarde no passeio público? Primeiro que irão te perguntar o que é o passeio público. (Entrevistado 3)

Os processos de resistências na cidade de Salvador, nascidos nas periferias, convivem hoje com as diversas formas de violências que o racismo angaria em seu projeto genocida contra a população negra. Falar de dinâmica racial é falar dos processos de resistências que se forjam frente aos sucessivos ataques, extermínios e massacres.

#### **4.2 “Não é a que mais mata, é a que mais morre!”: a economia de morte do Estado brasileiro**

Nós temos uma leitura do Genocídio como parte constitutiva do estado brasileiro. Acho que no debate que se produziu sobre “Brasil nação é possível?” quando isso foi produzido na época da abolição, da independência, tinha uma questão fundamental até depois, ali nos anos 20, anos 30, uma questão fundamental que era: é possível construir um país de maioria negra? É possível construir um país que a força de trabalhadores será negra? E as elites brasileiras responderam que não. Responderam que não e por isso há forte imigração europeia para estabelecer as fábricas, e etc. O deslocamento da economia daqui do Nordeste para Sudeste e por aí vai. E desde lá, quando a gente faz o debate no setor, existe esse processo de encarceramento e extermínio. Isso é fundamental, a criação de leis como a lei da vadiagem, ela tem um alvo fundamental sem precisar dizer, sem precisar colocar negros na lei, é uma lei extremamente racista. E aí os processos de matança, de chacina, eles foram se tornando mais comuns ao longo dos anos. (Entrevistado 3)

A violência do Estado contra as classes populares e a criminalização da pobreza remontam à época do Brasil imperial e foram se atualizando durante a História, lançando mão de discursos que ora buscavam a purificação das raças através de processos de branqueamento da população, ora pregavam a falsa harmonia entre as raças, o que na realidade servia para camuflar a violência contra

---

<sup>11</sup> O bloco é considerado o maior balé afro do mundo. Realiza apresentações com 2.000 dançarinos atuando conjuntamente. O nome do bloco é uma homenagem à Revolta dos Malês, levante de negros mulçumanos que ocorreu em 1835, em Salvador. O termo “malê” deriva do iorubá “imale”, designando o muçulmano. O Malê foi o primeiro bloco a ser campeão, no Carnaval de 1980, na categoria de bloco afro de Salvador.

a população negra.

Nas últimas décadas, esses discursos foram descreditados pela ciência e a luta dos movimentos sociais negros avançou no sentido de se considerar o recorte racial em toda pesquisa oficial do Estado que subsidia a formação e implementação de políticas públicas. Nesse sentido, o recorte racial implementado em pesquisas acerca da violência letal no país e do sistema de justiça desvelou uma realidade brutal de violência contra negros e negras.

Em 2016, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do seu Alto Comissariado dos Direitos Humanos, envia ao país uma relatora especial para levantar dados acerca do sistema de justiça e da violência letal no país. Rita Izak, relatora em missão, alerta em seu relatório sobre o alto índice de assassinatos contra a juventude, especialmente a masculina e negra. Em sua conclusão, a relatora aponta o número de 23 mil jovens negros assassinados por ano no Brasil, muitos deles vítimas da violência praticada pelas forças pública do Estado<sup>12</sup>.

Corroborando as conclusões apresentadas pelo alto Comissariado das Nações Unidas, o Atlas da Violência, publicação anual produzida pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que sistematiza dados sobre a temática geral da criminalidade e violência, com a implementação do recorte racial em suas análises, desvelou a vulnerabilidade maior à violência letal a que está exposta a população negra.

Ao confrontar os índices de homicídios de negros e não negros, a edição de 2016 demonstrou que um indivíduo afrodescendente possui probabilidade significativamente maior de sofrer homicídio no Brasil quando comparado a outros indivíduos. A discrepância entre as raças fica mais acentuada entre os jovens de 21 anos: segundo a pesquisa, um jovem negro com essa idade tem 147% de chances a mais de ser assassinado do que um jovem não negro.<sup>13</sup>

Ao apresentar os números de homicídios de homens negros em cada estado da federação, a mesma publicação demonstrou que o estado da Bahia apresentou o maior número de assassinatos de negros no Brasil em 2016 – foram 6.132

---

<sup>12</sup>NAÇÕES UNIDAS DIREITOS HUMANOS. **Report of the Special Rapporteur on minority issues on her mission to Brazil.** Disponível em: < [http://ap.ohchr.org/documents/dpage\\_e.aspx?si=A/HRC/31/56/Add.1](http://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/31/56/Add.1) >. Acesso em 05.01.2017.

<sup>13</sup>NINSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICAS APLICADAS. **Atlas da Violência 2016.** Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/160322\\_nt\\_17\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2016\\_finalizado.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf) >. Acesso em 05.01.2017.

homicídios de homens negros contra 392 homicídios de homens brancos. Em relação às mulheres, o estado da Bahia também apresentou em 2016 o maior número de homicídios de mulheres negras entre todos estados da federação – 379 mulheres negras assassinadas contra 50 mulheres brancas mortas no mesmo período. Entre as vítimas de 15 a 29 anos, a Bahia também lidera os números de mortos com 4.165 assassinatos.

Os dados apresentam uma realidade que contradiz os discursos oficiais que tentam legitimar a militarização da polícia e o incremento da violência como linha central de atuação das forças de segurança pública. Nesse sentido,

Outra coisa que deixa isso evidente é os dados do atlas de violência do IPEA. Acho que eles fizeram uma nota técnica na época da redução da maioridade penal e aí, 40 % das pessoas que estão presas de até 18 anos é por roubo, 23% é por tráfico, são dois crimes contra o patrimônio, não são crimes contra a pessoa. 8,5% é por homicídio, ou tentativa. E aí da galera que morre com essa mesma faixa de idade: 53% morre por homicídio. Morre muito mais do que mata, porque esses 8% no Brasil inteiro significa 13 mil jovens, então é barril. (ENTREVISTADA 1)

Não obstante, a CPI dos Assassinatos de Jovens instaurada pelo Senado Federal em seu relatório final divulgado 8 de julho de 2016, além de ressaltar o assassinato massivo de jovens negros no Brasil, aponta também a responsabilidade do Estado para o agravamento desse quadro.

Em um ambiente onde a omissão do poder público suscita o aparecimento de grupos organizados de traficantes, bem como de milícias, os índices de violência contra a juventude negra atingem o paroxismo. De outro lado, o crescimento da violência policial contra esses jovens também é uma chocante realidade. Situações envolvendo a morte de jovens negros, sobretudo aquelas cujas justificativas da ação policial se apoiam nos chamados autos de resistência<sup>14</sup>.

Os autos de resistências são autos lavrados em caso de morte em um suposto confronto em uma abordagem policial, no qual o policial afirma ter atirado para matar como única forma de defesa. Tal conduta é prevista no Código Processo Penal Brasileiro, Artigo 292: por meio dele, o policial está liberado para usar os meios necessários para se defender ou cessar a resistência, sendo categoria herdada do processo ditatorial vivenciado no Brasil. Ocorre, porém, que os autos de resistência escondem muitas execuções em situações em que não ocorrem

---

<sup>14</sup> SENADO FEDERAL. Relatório final da CPI dos Assassinatos de Jovens. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>>. Acesso em 06.01.2018.

confrontos ou resistência alguma por parte do indivíduo que passa pela abordagem policial.

O projeto de lei nº 4471 de 2012<sup>15</sup> versa sobre procedimento de perícia, exame de corpo delito, necropsia e da instauração de inquérito nos casos em que o emprego da força policial resulte em morte ou lesão corporal na tentativa de buscar maior apuração dos casos em que as forças policiais se utilizam dos autos de resistência como justificativa ao emprego de violência. O projeto ainda não foi apreciado e votado no plenário da Câmara e sofre resistências por parte de deputados que defendem projetos de segurança pública voltados à lógica militar.

Segundo pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre 2009 e 2013 as polícias brasileiras mataram 11.197 pessoas em casos listados como autos de resistência - seis mortes por dia. Somente em 2014 foram contabilizadas 3.022 mortes sob a justificativa dos autos de resistência, número elevadíssimo se comparado a países com população semelhante ou superior, como os EUA <sup>16</sup>. Ademais, esses números tendem a crescer se consideramos as mortes não registradas por meio dos autos de resistências e a precariedade dos registros e transmissão dos dados referentes aos homicídios em algumas regiões do país.

Outra faceta da violência que assola os negros e negras em todo país se dá por meio do sistema prisional. A criminalização e hiperencarceramento da população negra é outra realidade no país que mata um jovem negro a cada 23 minutos.<sup>17</sup> No relatório elaborado por Rita Izsák, o Sistema Prisional Brasileiro é denunciado por sua superlotação e seletividade racial. Dados revelam que 75% da população carcerária do Brasil é composta por negros. Para a relatora, essa discrepância estaria associada à abordagem discriminatória da polícia. Pesquisas também indicam que, quando acusados, afrodescendentes são mais propensos a serem mantidos na cadeia e a serem condenados à privação da liberdade do que a receberem penas alternativas.

Nesse sentido, diante da realidade de violência e criminalização constante

---

<sup>15</sup> - Câmara dos Deputados – Projeto de Lei nº4471/2018. Disponível em < <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=556267>> Acesso em 07/01/2018

<sup>16</sup> FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Disponível em:< <http://www.forumseguranca.org.br/publica/> Acesso em 06.01.2017.

<sup>17</sup> Dados do relatório final da Comissão de Inquérito Parlamentar do Semana Federal disponível em: Disponível em:< <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>>. Acesso em 06.01.201.

que é exposta a população negra e periférica do país, setores do movimento negro sustentam a tese de que a população negra e periférica brasileira vive em constante e permanente Estado de Exceção. Sob uma perspectiva histórica, temos o Estado de Exceção enquanto períodos em que parcelas expressivas da população têm furtados seus direitos garantidos na norma constitucional e seus corpos estão submetidos ao poder de morte do Estado, que os configuram inimigos do Estado.

Giorgio Agamben, no livro *Estado de Exceção*, compreende que esse estado não é comum somente nas formulações estatais totalitárias, mas também nos de formulação democrática:

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal, que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos.” (AGAMBEN, 2007, p. 13)

O resultado do Estado de Exceção que submete os corpos negros à economia da morte é o genocídio sistemático da população negra que foi historicamente atualizado no país e se sofisticava a cada dia. Os processos de resistências populares que se estabelecem enfrentam o desafio de renomear e ressignificar as narrativas que, sob a lógica racista, encobrem as verdadeiras causas da violência racial e naturalizam desigualdades.

O que é um desafio grande para caralho, porque a gente tem muito aquele debate da democracia racial mesmo, que é tipo nadar contra a corrente quando essa é corrente muito maior e constrói todos os dias um discurso, uma ideia, uma noção, enraizada na construção da sociedade. Nas vidas das pessoas constantemente, do genocídio como uma política do estado. E ao mesmo tempo como algo muito maior do que apenas o genocídio físico também e que cumpre uma função que não de simplesmente de controlar a violência, mas que mostra necessariamente que a juventude negra é quem produz a violência, mas pelo contrário, é justamente o inverso... (ENTREVISTADO 2)

O genocídio da população negra pensado por Abdias do Nascimento abrange todas as tecnologias de poder do Estado que, por ação e omissão, agem no sentido da eliminação física, simbólica, epistemológica, social e política da população negra. No tocante ao extermínio físico, a violência policial sob a lógica militar de eliminação de um inimigo da sociedade é o braço desse genocídio que age preferencialmente contra a vida dos jovens negros nas periferias.

Quando que pra nós, e para o movimento negro como um todo, a avaliação começa antes até do período da ditadura militar, mas entra muito com a institucionalização do espaço de polícia militar pela lógica do militarismo. O exército existe porque ele combate um inimigo externo em caso de guerra ou ameaça das fronteiras. Uma polícia militar combate um inimigo interno que para o estado brasileiro é o povo negro.(ENTREVISTADO 3)

De acordo com a legislação, a polícia militar tem a função de policiamento ostensivo enquanto as polícias civis têm papel investigatório. Ambas em conjunto deveriam ter como função primordial resguardar direitos e proteger a cidadania de todos por meio de uma atuação preventiva. Entretanto, a violação de direitos humanos por meio do abuso de autoridade, da tortura e do assassinato são práticas rotineiras que, sob a lógica racista, são direcionadas à população negra moradora da periferia.

“Essa é a questão extremamente delicada: é muito difícil para a população no geral ter a compreensão de que o estado ele não é neutro, né? Esse é um debate muito difícil, que não chega para maioria das pessoas. Quando você fala assim: a polícia precisa ser desmilitarizada, precisa perder a sua lógica de que existe na sociedade um inimigo que precisa ser exterminado. As pessoas rapidamente associam a isso a tipo que não vai ter uma polícia e eu vou estar mais inseguro. E o estado facilita esse processo porque para ele é vantajoso ter a polícia. É parte do movimento de conter a população e é um processo muito difícil de você refazer (Entrevistado 3)

Nesse sentido, o patrulhamento diário e ostensivo dos bairros pobres e periféricos, quando não se dá por meio de ocupações permanentes nos moldes das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) na cidade do Rio de Janeiro ou das Bases de Polícia Comunitárias de Segurança implementadas no Estado da Bahia, vem no sentido de resolver a questão da violência urbana com mais violência, sob a lógica militar de combate ao inimigo da sociedade. Longe de mitigar a violência nessas regiões, essas políticas de segurança pública geram revoltas e impotência naqueles que passam a enxergar enquanto inimigos.

As pessoas, quando a gente fala de desmilitarização da polícia, o reconhecimento da população do barril que é a polícia é muito grande para não dizer assim perto dos 100%, porque é algo que é muito gritante. É bizarro! Chama atenção, as pessoas sabem que tem outras pessoas da sua família ou próximas sendo assassinadas sem motivos, quer dizer, sem motivo é a primeira leitura. (Entrevistada 1)

A pesquisa realizada pelo FBSP aponta que a militarização da polícia gera custos econômicos e sociais elevados e baixa efetividade no combate à violência. A guerra contra o tráfico de drogas empreendido nos bairros pobres e periféricos gera

uma violência excessiva e desnecessária, uma vez que as pessoas presas, na maioria das vezes, são consumidores e pequenos vendedores. Nesse contexto, em 2017, 1 policial morreu por dia em trabalho ao passo que 14 pessoas foram mortas todos os dias pelas polícias brasileiras.

E outro elemento é que o estado cria um sentimento de insegurança muito grande. Então, mesmo quando as pessoas reconhecem que ação da polícia é genocida, existe uma rapidez muito grande de individualizar isso 'existem alguns policiais que são assim. O problema não é polícia enquanto instituição porque se tem muito medo do que vai acontecer se não houver polícia. A polícia é responsável pela segurança, o debate que segurança pública faz muitas vezes é de que segurança pública é igual vigília, patrulhamento, polícia, enquanto os investimentos são em melhoria dos carros, em melhoria dos armamentos, da estrutura do espaço físico. Do armamento, do preparo dessa galera. (Entrevistado 2)

A construção ideológica e midiática do papel da polícia enquanto instituição que protege a sociedade da violência produzida por determinados grupos representados por estereótipos e fenótipos racializados legitima o recrudescimento da violência empregada pelas forças de segurança pública. O extermínio dos jovens negros, nesse contexto, é amplificado, legitimado e ganha defesa por parte da opinião pública.

E também, eu acho que isso esbarra, a pauta da desmilitarização, esbarra muito em outras esferas também, por exemplo, a própria mídia, que ao passo tem toda uma dificuldade na construção de uma identidade do que é o povo negro, ou mesmo, de o papel da PM, que está muito desvelado para um conjunto da sociedade, a gente tem um mídia que constrói um discurso diário e sistemático de criminalização da juventude negra ao associar a condição e identidade de jovem negro a condição e situação de violência. E é um discurso também histórico, mas que ganha alguns contornos maiores.(ENTREVISTADO 2)

Nesse sentido, a atuação ostensiva e violenta das polícias, atrelado ao racismo estrutural que conforma o Estado, fortalece a economia da morte denominada de Necropolítica pelo filósofo camaronês Aquile Mbembe. Em obra homônima, o filósofo apresenta as formas de massacre de cunho racista que se deram na história a partir do sequestro e escravidão dos negros africanos. Nesse sentido, o racismo é entendido como parte integrante de um processo que, junto da colonialidade, distribui o poder e o medo moderno.

A economia da morte em que vivemos coloca a Bahia enquanto o 12º estado com maior índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ:0,400) e o índice de homicídios de negros atinge o número de 52,2 por 100 mil habitantes enquanto de brancos é de 15,6, segundo o Anuário de Brasileiro de

Segurança Pública 2018<sup>18</sup>. Além disso, O ABSP/2018 revela outra realidade impactante no que se refere à violência policial: tendo como referência o ano 2017, o estado da Bahia apresentou o crescimento de 137% de mortes perpetradas por policiais em relação a 2014. No ano de referência, foram 668 mortes.

Nos casos em que ação policial termina em confronto com civis e que, por mais que algumas mortes sejam legítimas, pouco se sabe das circunstâncias e razões que motivaram as mortes, uma vez que os procedimentos investigatórios são poucos divulgados e esclarecidos. Nesse sentido, o estado da Bahia se encontra na 20ª posição no *ranking* de qualidade de informação envolvendo mortes violentas intencionais, de acordo com indicadores elencados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

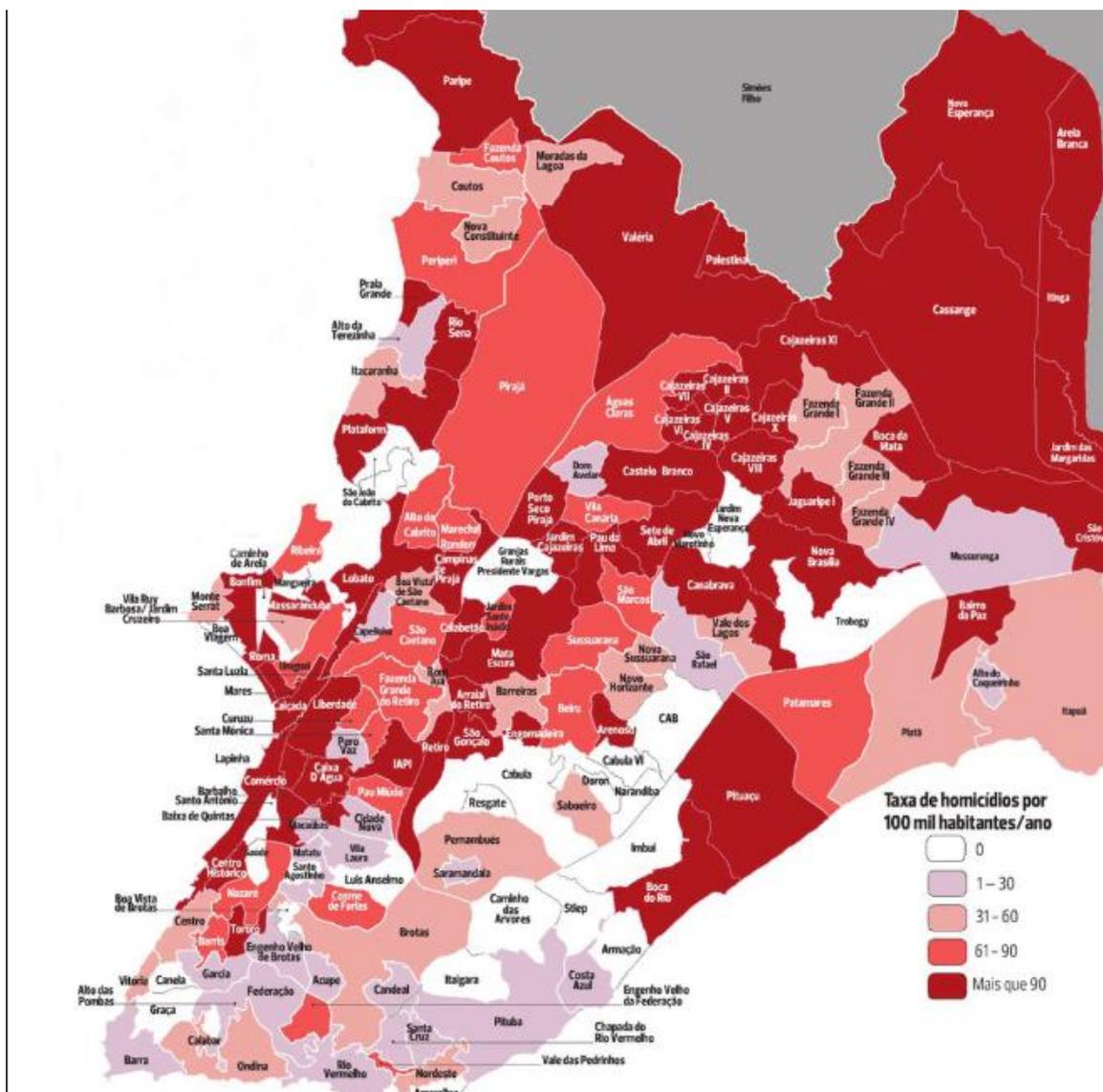
As conclusões do ABSP/2018 indicam o fracasso do sistema de segurança pública do estado da Bahia na medida em que, no período analisado, aumentou o número de mortes em intervenções policiais, os homicídios, o número de desaparecidos e da superlotação e ilegalidades do sistema prisional. Nesse contexto, a opção por estratégias de policiamento brutais e ostensivas nas regiões periféricas sem o devido planejamento e investimento em prevenção e inteligência é umas determinantes desse fracasso.

Adentrando o território de Salvador, a Necropolítica se faz presente com a ausência de infraestrutura e a precarização do acesso à direitos fundamentais em bairros pobres e favelizados da cidade, e se perfaz com presença intensificada da violência nessas áreas. O mapa abaixo apresenta o índice de homicídios dos bairros da cidade, deixando clara a diferença entre as áreas periféricas e o subúrbio ferroviário, onde há alta concentração de homicídios, e as áreas nobres da cidade, que apresenta baixos índices de assassinato.

Figura 4 - Mapa dos homicídios em Salvador, com base nos dados divulgados pela Secretaria da Segurança Pública (SSP) cruzados com informações do IBGE.

---

<sup>18</sup> Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Edição de 2018 – Disponível em < [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP\\_ABSP\\_edicao\\_especial\\_estados\\_faccoes\\_2018.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf) > acessado em



Fonte: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mapa-deixa-clara-a-concentracao-de-homicidios-em-bairros-pobres>

O alto índice de homicídios ocorridos nos bairros periféricos de Salvador enquanto resultado da necropolítica imposta nesses territórios configuram assassinatos e chacinas ocorridos cotidianamente e que tem, muita das vezes, a mão do Estado enquanto perpetradora. Dentre os inúmeros casos ocorridos nas periferias de Salvador, um, em especial, ganhou repercussão mundial ao desvelar a realidade de naturalização da violência e das violações de direitos humanos a que está submetida população negra de Salvador.

Tipo assim, porque se tem alguém que está morrendo, tem alguém que está matando. De onde está vindo essa ordem para matar? Porque são essas pessoas que estão morrendo e tal? (ENTREVISTADO 3)

### **4.3 A Chacina do Cabula**

Em 6 fevereiro de 2015, policiais da Rodesp (Rondas Especiais da Bahia) cercaram dezoito jovens na Vila Moisés, bairro do Cabula. Os jovens foram encurralados perto de uma mata local e doze deles foram exterminados sumariamente enquanto os outros seis conseguiram sobreviver. As circunstâncias levantadas pelos laudos periciais e pelo procedimento investigatório criminal autônomo (PIC 003.0.2134/2015) produzido pelo Ministério Público do Estado da Bahia contrariam as versões relatadas pelos policiais de que houve resistência à abordagem, inclusive com troca de tiros entre os jovens e a polícia.

O inquérito policial (nº 5/2015/ DHM/DHPP) instaurado no dia do ocorrido ressalta os antecedentes criminais dos dezoito jovens e a alta periculosidade da região, comumente patrulhada por ser um local dominado pelo tráfico de drogas. Mas, em fase posterior ao inquérito, não foi comprovada a existência de antecedentes criminais dos jovens assassinados ou qualquer prova de sua participação no tráfico de drogas local.

O testemunho dos sobreviventes e de moradores da região também contradiz a versão dos policiais na medida em que há relatos de policiais atirando contra os meninos que corriam desarmados e que, mesmo depois de feridos e caídos no chão, tiveram tiros desferidos pelos policiais na intenção de matá-los. Outro ponto controverso que diz a respeito da emissão de sinal do GPS das viaturas dos policiais envolvidos, desativada durante toda operação e restabelecida logo após o término da chacina, revela que as viaturas estavam estacionadas dentro do condomínio residencial Morada do Sol, que dá acesso por meio de um portão à mata vizinha ao campinho de futebol, palco da chacina. Entretanto, nenhum policial disse que estava dentro do condomínio antes de iniciar o suposto confronto. Testemunhas afirmaram que, na noite do extermínio, duas viaturas adentraram o condomínio Morada do Sol se dirigindo à saída que dá acesso ao local da chacina e, na tarde seguinte, o portão da saída mencionada encontrava-se violado.

O transcurso do inquérito policial e da ação penal até a sentença de absolvição sumária protelada pela juíza substituta Marinalva Almeida Moutinha, que cumpria a função de juíza na vara criminal do caso excepcionalmente por uma semana, seguiu sem observar os procedimentos legais de investigação e instrução dos autos. A reprodução simulada dos fatos foi realizada no mesmo dia em que o Juiz oficializou o Departamento de Polícia Técnica, determinando a sua realização, e foi feita sem a fiscalização e participação do Ministério Público. A conclusão do inquérito policial corrobora a versão de legítima defesa e de confronto alegada pelos policiais e se baseia na ausência de lesões típicas de defesa e na suposta apreensão de armas sob o poder dos jovens.

O fato mais evidente da não instrução adequada do processo diz respeito a sentença de absolvição foi protelada no dia 24 de julho de 2015 – pouco mais de cinco meses da ocorrência do crime - antes mesmo dos réus apresentarem defesa. Em consequência a celeridade processual anormal em relação ao comumente observado no judiciário brasileiro, a juíza substituta absolveu sumariamente todos os policiais envolvidos e até mesmo um policial que sequer tinha sido denunciado pela autoria do crime. Estes fatos deixam claro que a condução do processo que culminou na sentença descabida e eivada de erro não observou com cuidado e tempo necessários à oitiva de testemunha - que não foi considerada e se quer contraditada; a contradição à reprodução simulada e os demais elementos probatórios necessários para fundamentar uma decisão judicial de um caso que configura massacre e insinua violações graves de direitos humanos.

O inquérito policial militar instaurado na corregedoria da Polícia Militar do Estado da Bahia contra os policiais à frente da operação também os absolveu, alegando de forma sucinta que o local do ocorrido era conhecido por atividades ligadas ao tráfico de drogas e que os laudos cadavéricos não apresentaram sinais de execução, não configurando assim crime militar por parte dos policiais.

A respeito da sentença sumária de absolvição, a Juíza substituta julgou considerando única e exclusivamente o inquérito policial, ignorando todas as questões levantadas pelo Ministério Público e dispensando a produção da prova com base na qualificação das vítimas, o que revela um prejulgamento que deixa a impressão de que as vítimas eram os verdadeiros acusados com base nas suposições da juíza, conforme trecho da sentença abaixo:

As vítimas, embora não tivessem registro de antecedentes criminais, como mencionado na denúncia, não estão isentas de terem envolvimento em práticas de condutas delitivas, até porque portavam armas de fogo em quantidade de grosso calibre, drogas, objetos que se deduz para a prática de ações criminosas de explosão de caixas de autoatendimento bancário, e a menoridade de alguns, junto com a ausência de registros de ocorrências criminais e policiais, não servem, por si só, para afastar indícios de condutas de envolvimento de práticas delitivas.

Nesse sentido, as suposições da juíza comprometem as vítimas na participação de atividades criminosas que não configuram o objeto da ação criminal por ela julgada e vem no sentido de legitimar a ação dos policiais e justificar o extermínio de jovens que, por serem considerados criminosos, devem morrer. É o discurso hegemônico do poder judiciário que chancela o extermínio da juventude negra e periférica ao conduzir e julgar com critérios racistas velados em discursos que individualizam e criminalizam as vítimas.

Ao mesmo tempo existe nesse discurso, um processo de individualização, porque em nenhum momento esse discurso ele desvela o caráter racial ou traz o debate no sentido de ter mais uma caracterização mais coletiva, mas “é aquele jovem”. Ao mesmo tempo que são “aqueles jovens” que precisam reduzir a maioria penal. Ao mesmo tempo que colocam o discurso da redução para toda juventude para um debate mais coletivo, tipo, o discurso é construído no sentido de individualizar e ao mesmo tempo coletivizar. Porque você cria um discurso que é para o indivíduo e ao mesmo tempo está construída uma política que é de extermínio para toda juventude negra..(Entrevistado 2)

A Procuradoria Geral da República, após apresentação da representação na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de autoria da ONG Justiça Global, relatando as recorrentes ameaças sofridas pelos integrantes do movimento social “Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto” contra a violência policial no Estado da Bahia, instaurou um Incidente de Deslocamento de Competência para que a Chacina do Cabula seja reexaminada e passada por um novo julgamento no âmbito da Justiça Federal.<sup>19</sup>

O Incidente de Deslocamento de Competência previsto no art. 109, inciso 5 da Constituição Federal possui requisitos de admissibilidade, quais sejam: a constatação de grave violação de direitos humanos; possibilidade de responsabilização internacional decorrente do descumprimento de obrigações assumidas em tratados internacionais; e a evidência de que os órgãos estaduais não

---

<sup>19</sup> IDC Nº 10/2016 – ASJTC/SAJ/PGR disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/idc-10-chacina-do-cabula>.

mostram condições de seguir o desempenho da função de apuração, processamento e julgamento do caso.

Os requisitos elencados são facilmente observados diante das especificidades da chacina e das sucessivas violações ocorridas no transcurso da investigação e do julgamento. No que tange a grave violação de direitos humanos, o direito à vida é direito humano essencial e instrumental na medida em que serve de veículo para os demais direitos. Atentar contra vida de alguém com requintes de execução - quando a motivação do assassinato se baseia em preconceitos de classe, raça, gênero, etnia ou orientação sexual – configura um grau elevado de violação de direitos humanos ao violar o direito à vida com base nas características que constroem a identidade e subjetividade do sujeito. No caso em questão, configura-se execução motivada por preconceitos de raça e classe e ainda há o agravante de ter sido cometida por agentes do Estado em serviço, o que revela o racismo estruturante do Estado brasileiro.

Quanto à possibilidade de responsabilização internacional decorrente do descumprimento de obrigações assumidas em tratados internacionais, a Chacina do Cabula, diante das violações presentes, possibilita a responsabilização do Estado brasileiro por descumprimento de inúmeras obrigações contidas em tratados internacionais. A título de exemplificação, podemos citar as obrigações contidas na Convenção Americana de Direitos Humanos<sup>20</sup>, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, expressas nos artigos:

Artigo 1º Obrigação de respeitar os direitos

1. Os Estados-Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e as liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma, por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

2. Para efeitos desta Convenção, pessoa é todo ser humano.

Artigo 4º Direito à vida

1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.

---

<sup>20</sup> A Declaração Americana dos Direitos Humanos foi ratificado pelo estado brasileiro e incorporado ao ordenamento jurídico por meio do pelo decreto presidencial 678, de 6 de novembro de 1992 assinado pelo então presidente da República Itamar Franco. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1992/decreto-678-6-novembro-1992-449028-publicacaooriginal-1-pe.html>> acessado em 08/07/2018.

#### Artigo 5º Direito à integridade pessoalmente

1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral.
2. Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano.

#### Artigo 8º Garantias judiciais

1. Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.
2. Toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas:
  - a) direito do acusado de ser assistido gratuitamente por um tradutor ou intérprete, caso não compreenda ou não fale a língua do juízo ou tribunal;
  - b) comunicação prévia e pormenorizada ao acusado da acusação formulada;
  - c) concessão ao acusado do tempo e dos meios necessários à preparação de sua defesa;
  - d) direito do acusado de defender-se pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua escolha e de comunicar-se livremente e em particular, com seu defensor;
  - e) direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio, nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei;
  - f) direito da defesa de inquirir as testemunhas presentes no Tribunal e de obter o comparecimento, como testemunhas ou peritos, de outras pessoas que possam lançar luz sobre os fatos;
  - g) direito de não ser obrigada a depor contra si mesma, nem a confessar-se culpada; e
  - h) direito de recorrer da sentença a juiz ou tribunal superior.
3. A confissão do acusado só é válida se feita sem coação de nenhuma natureza.
4. O acusado absolvido por sentença transitada em julgado não poderá ser submetido a novo processo pelos mesmos fatos.
5. O processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça.

#### Artigo 11. Proteção da honra e da dignidade

1. Toda pessoa tem direito ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade.
2. Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, na de sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação.
3. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais ingerências ou tais ofensas.

#### Artigo 25. Proteção judicial

1. Toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição, pela lei ou pela

presente Convenção, mesmo quando tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções oficiais.

2. Os Estados-Partes comprometem-se:

a) a assegurar que a autoridade competente prevista pelo sistema legal do Estado decida sobre os direitos de toda pessoa que interpuser tal recurso;

b) a desenvolver as possibilidades de recurso judicial; e

c) a assegurar o cumprimento, pelas autoridades competentes, de toda decisão em que se tenha considerado precedente o recurso.

(Organização dos Estados Americanos, 1969)

Por último, a evidência de que os órgãos estaduais não têm condições de seguir o desempenho das funções de apuração, processamento e julgamento do caso fica clara através do embate entre a Polícia Civil e o Ministério Público, o que inviabilizou a coordenação entre as instituições no processo de apuração do caso, bem como falta de harmonia na convivência institucional. Um fato que revela o conflito entre as instituições se refere às ameaças que membros do MP designados para o caso vêm sofrendo. Tais ameaças estão sendo apuradas no âmbito da Procuradoria Geral da República e prejudicam a apuração adequada do caso.

Ademais, a parcialidade implícita em toda a condução do processo criminal a favor dos réus - agentes estaduais -, a desqualificação das vítimas expressa na sentença e as declarações oficiais de autoridades para a mídia confirmam a incapacidade das instituições do estado da Bahia de prover a devida resposta ao caso, colocando em xeque a atuação das forças de segurança baianas.

O IDC impetrado em 21 de junho 2016 aguarda julgamento no plenário do Superior Tribunal de Justiça. Em início do procedimento de admissibilidade do IDC, os réus já foram ouvidos, bem como o Ministério Público Estadual e a Procuradoria Geral do Estado, não tendo sido estabelecido um prazo para o julgamento. Em 24 de setembro de 2017, um representante do Ministério Público Federal foi até a cidade de Salvador e realizou um encontro com os familiares das vítimas e com entidades do movimento negro para esclarecer o andamento do IDC.

O IDC 10 foi colocado em pauta da sessão de julgamento do dia 13 de dezembro de 2017. Porém, um dia antes, foi retirado da pauta sob a justificativa de número elevado de julgamentos reservados para o dia e teve o seu julgamento protelado para o início de 2018 conforme decisão monocrática do ministro designado para o caso, Reynaldo Soares da Fonseca<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> O andamento processual do IDC 16/ 2016 pode ser acompanhado pelo site do STJ através do link: <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/>

Quanto ao julgamento do caso na esfera da Justiça Estadual, o MP-BA apresentou a apelação da sentença de absolvição sumária apresentando as incongruências na condução do processo em primeira instância. Em 4 de outubro de 2018, a Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia anulou a sentença de primeiro grau para que o processo siga de forma linear e a defesa seja apresentada antes da apreciação do mérito.<sup>22</sup>

A Chacina do Cabula segue impune e teve como resultado o extermínio de doze jovens negros, seres matáveis segundo os requisitos raciais em se baseia a economia de morte gerida pelo Estado nas periferias. Sem pesar ou preocupação com o término da apuração do caso, o Governador Rui Costa, do Partido do Trabalhadores, representante máximo do Estado da Bahia à época, em entrevista à imprensa dias após extermínio, compara a atuação da Rondesp na Chacina do Cabula a uma partida de futebol, chancelando a atuação racista e genocida das polícias baianas.

É como um artilheiro em frente a um gol, que tem que decidir em alguns segundos como é para colocar a bola para fazer um gol. Depois que a jogada termina, todos os torcedores da arquibancada, se foi feito o gol vai dizer que fez um golaço e vai repetir várias vezes na televisão. Se o gol foi perdido, o artilheiro vai ser condenado, se tivesse chutasse desse ou daquele jeito teria entrada”, afirmou o governador. Segundo ele, no entanto, a polícia deve agir como determina a legislação. “A polícia, assim como manda a constituição e a lei, tem que definir a cada momento, e nem sempre é fácil fazer isso. Qual o limite de energia e de força? Tem que ter a frieza necessária e a calma necessária e a escolha muitas vezes não resta muito tempo. São alguns segundos que nós temos para decisão (Entrevista coletiva, Bahia notícias: <http://www.bahianoticias.com.br/noticia/167091-rui-compara-policiais-no-confronto-do-cabula-com-um-artilheiro-pretas-a-marcar-um-gol.html>)

Foram disparados cerca de 183 tiros pelos policiais e ao menos 88 deles atingiram os jovens: Jefferson Pereira dos Santos (22 anos), Adriano Souza Guimarães (21 anos), Rodrigo Martins de Oliveira (17 anos), Ricardo Vilas Boas Silva (27 anos), Agenor Vitalino dos Santos Neto (19 anos), João Luis Pereira (21 anos), Natanael de Jesus Costa (17 anos), Caíque Bastos dos Santos (16 anos), Evson Perreira dos Santos (27 anos), Bruno Pires do Nascimento (19 anos), Vitor Amorim de Araújo (19 anos), Vitor Amorim de Araújo (19 anos), e Thiago Gomes das Virgens (18 anos) foram executados sumariamente, e Arão de Paulo Santos (22

---

<sup>22</sup> Jornal a Tarde - Chacina no Cabula; Julgamento que inocentou policiais é anulado – disponível em < <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1991525-chacina-no-cabula-julgamento-que-inocentou-policiais-e-anulado>> acessado em 06.10.2018.

anos), Elemilson Santana da Conceição (22 anos), Luan Lucas Viera de Oliveira (20 anos), Lailson Mendes Barros (15 anos), Luiz Alberto de Jesus Filho (28 anos) e Diego Santos Silva (19 anos) foram feridos pelos disparos.

O laudo pericial juntado ao inquérito policial mais uma vez contraria a tese de legítima defesa sustentada pelos policiais. Inúmeros ferimentos desferidos de trás para frente revelam que os tiros foram desferidos enquanto as vítimas estavam de costas, além de ferimentos nos braços e nas mãos, configurando posição de defesa. Quanto a tese de que houve confronto de grande proporção entre policiais e os jovens que estavam munidos de forte armamento bélico, a perícia também atestou que apenas quatro dos jovens possuíam vestígios de pólvora nas mãos, fato que configura o manuseio de armas de fogo. E em dois dos jovens, os vestígios foram encontrados na mão esquerda sem que se haja a confirmação de que esses jovens eram de fato canhotos.

A Chacina do Cabula é mais uma manifestação da necropolítica levada a cabo pelo uso da violência letal dos agentes do Estado contra a população considerada descartável sob ótica da colonialidade. Ela evidencia o caráter racista da ação do Estado no trato com população negra quando submetida ao sistema de justiça, seja na eliminação física dos corpos negros, seja na criminalização de sua existência e legitimação de seu extermínio.

No próprio cabula, na região há várias favelas na região em que o caso aconteceu. O Cabula é um bairro dentro da lógica de Salvador um bairro mais classe média, classe média baixa comparada ao resto do Brasil, mas classe média. E o local onde caso aconteceu reuni diversas periferias. Então tem muito perto ali a Mata Escura, o Castelo Branco, muito perto o presídio, muito perto a Estação Pirajá, muito perto o Tancredo Neves, Arandiba, Arenoso, Sussuara são muitas periferias novas na cidade porque são construções recentes mesmo, da década de 60 para cá e são pontos em que o tráfico de drogas passa a organizar em grupos, enfim... Em grupos de tráficos de fato como a organizações a pouco tempo, né?! Comparado ao resto do país. Isso faz também com que a polícia aqui já tinha uma resposta ostensiva com a população tenha mais alibi, mais abertura e tal . E rolaram outras chacinas muito próximo pouquíssimo tempo depois como o caso de 4 pessoas assassinadas na mesma configuração... é, enfim, rolaram outros casos depois. (Entrevistada 1)

Ana Flauzina, ao se debruçar sobre do sistema penal brasileiro e do racismo imposto com a colonização, e partindo das reflexões feitas por Lélia Gonzáles, chama atenção para a atualização do racismo que se deu na América Latina com o intuito final de extermínio da população negra e indígena. Nesse sentido, os

extermínios físicos são resultado de um projeto genocida que absorve vários mecanismos de subjugação simbólica.

Assim, a América Latina, em verdade, configura-se enquanto América Latina, em que o racismo, desde a própria nomeação conferida, opera para a subjugação dos segmentos vulneráveis. Atentando para os usos da linguagem, que assume para si os embates da arena social, percebemos a cristalização de uma imagem que abre as frestas da exclusão simbólica dos segmentos, como pressuposto fundamental à produção do extermínio físico. (Flauzina, 2008, pg 30)

Nesse sentido, a Necropolítica avança com a conjugação de velhas e novas tecnologias de dominação com o objetivo de submeter populações inteiras à condições precárias de vida e reduzindo-as à condição de mortos-vivos (MBEMBE, 2011). O racismo reduz o negro à condição de animal, objeto, e, deste modo, desprovidas de humanidade, populações vulneráveis e reificadas são submetidas às tecnologias de dominação que reproduzem os massacres sistemáticos na intenção de eliminar os indesejáveis.

Si el poder depende siempre de un estrecho control sobre los cuerpos( o sobre su concentración em campos), las nuevas tecnologías de destrucción no se ven tan afectadas por el hecho de inscribir los cuerpos em el interior de aparatos disciplinarios como por inscribirlos, llegado el momento, en el orden de la economía máxima, representadno hoy por la <<massacre>>. (MBAMBE,2011, 34)

As chacinas e assassinatos ocorridos hoje nas periferias do país são uma parcela pequena do massacre historicamente perpetrado no país contra negros e indígenas. Como já ressaltado, a colonialidade e o racismo são faces de um mesmo projeto de hegemonia e dominação branca e europeia das populações não europeias reduzidas em sua diferença à inferioridade. Nesse sentido, o Brasil nasce com o racismo, com ele é estruturado e por ele exterminou e extermina.

o contrário de tudo que se procura construir em torno da ideia de Brasil, o racismo está na base fundamental de sua gestação. É a partir da noção de inferioridade, relacionada a determinados segmentos pelo não-recebimento da mensagem cristã, que a colonização pode ser levada a efeito. Foi pela justificativa racista das debilidades desses setores que todos os genocídios e arbitrariedades puderam se concretizar. (FLAUZINA, 2008, PG44)

O que significa que o extermínio dos doze jovens no bairro do Cabula não pode ser considerado de outra forma a não ser como uma das facetas do genocídio

da população negra. Esse genocídio que historicamente vem criando mecanismos de manutenção da população indesejada na zona do não ser. Segundo Abdias do Nascimento, genocídio se refere ao “uso de medidas deliberadas e sistemáticas (como morte, injúria corporal e mental, impossíveis condições de vida, prevenção de nascimento) calculadas para a exterminação de um grupo racial, político ou cultural” (Nascimento, 84).

O Estado historicamente vem produzindo condições para que o genocídio de forma ampla seja materializado e perpetuado. O entrevistado 2 relata a experiência que teve enquanto estagiário na vara de Execuções de Medidas Alternativas do Tribunal de Justiça do estado da Bahia com o atendimento de adolescentes que cometeram atos infracionais, em sua maioria negros e moradores de periferia. As experiências de vidas compartilhadas nesses atendimentos configuram a materialização da morte em vida negra, produzindo o genocídio na esfera civil e social.

No período que eu comecei a atender esses casos que são mais tensos, comecei a atender mais da segunda metade do estágio da metade para o final, atendi mais de 100 casos nesse sentido, de pessoas que contavam essa mesma história e ao mesmo tempo de perceber as marcas que ficam disso. E não é só o fato de terem sido presas, passados dois anos sem julgamentos, e isso já bastante coisa, mas de compreender que depois daquilo a vida da pessoa acabou, que ela não consegue mais ter uma relação fortalecida com a família, com os vizinhos, ou mesmo, não consegue mais ter um emprego, não consegue mesmo, não consegue mesmo... e, as vezes, dependendo dos casos, a pessoa nem fica fixada, mas a história percorre tanto, todos os lugares, onde quer que ela chega, o estigma dela chega muito antes, chega muito antes, quando ela chega já está tudo, enfim, acabado... é então, essa dimensão também do genocídio, né, que no sentido de que poda as oportunidades, ou que enfim, não que não garante, tipo, a perspectiva, de futuro, de oportunidades também, é um dimensão bastante fudida, cruel mesmo.(Entrevistado 2).

A morte em vida da população negra se dá pelo rompimento das relações comunitárias, familiares e de trabalho por meio dos estigmas raciais que os processos de construção da raça incutem ao negro. Indigno de vida por ser a materialização da existência marginal e objectual, o negro, quando não exterminado fisicamente, é submetido à condições de vida precárias: falta de acesso à educação, saúde, cultura, lazer, saneamento básico, moradias dignas e assistência social.

Outra faceta do racismo estrutural perpetrador do genocídio negro se relaciona com a naturalização da violência contra as mulheres negras no atendimento

ginecológico e obstétrico. O Sistema Único de Saúde, enquanto conquista social ao acesso gratuito à saúde, também é permeado por práticas racistas e no trato com a mulher negra, perpetua as violações históricas que as mulheres negras sofrem com base, mais uma vez, em estigmas raciais. Os estereótipos racistas excluem as mulheres negras de gozar em plenitude do SUS, fazendo com que elas sejam expostas à violência obstétrica e sejam vítimas de óbito em decorrência de tais violências, assim como é inegável que não deter plenamente o controle sobre seus próprios corpos em relação aos seus direitos sexuais e reprodutivos as torna mais vulneráveis.

Nos serviços de saúde, como um braço também. Ao mesmo tempo que é um debate contraditório que a gente tem uma política de saúde como a do Sus, que sem dúvida nenhuma é um ganho super importante, que faz com a população negra tenha de fato um acesso mínimo e de qualidade a muito serviços, que é um serviços bastante amplo e tem serviços de bastante qualidade. Por outro lado é um vetor do genocídio mesmo. Eu fiz um estágio de humanização na maternidade aqui em Salvador na periferia, lá no Pau Miúdo, e era violência obstétrica quase naturalizada. Você respirava acontecia e eram todas mulheres negras. Só eram mulheres negras do início até o fim, e 7h da manhã, até o dia seguinte e sendo violentadas em todos os sentidos, não só no procedimento médico com a enfermeira. Mas desde chegar na porta, chegar no serviço, Enfim, de muitas das vezes serem culpabilizadas pela condição de gravidez e estarem sentido dor, ou por estarem no processo de trabalho de parto, e aguentar a dor, por exemplo. São culpabilizadas não recebendo a anestesia e uma série de coisas. (Entrevistado 2)

Nesse contexto, a dor física da mulher negra é considerada pelos profissionais da saúde como sintoma menos urgente, que pode esperar e não precisa ser amenizada. O racismo determina as condições de nascença, vida, parto e morte das mulheres negras. Como reflexo dessa realidade de violência racial, dados divulgados pelo Ministério da Saúde revelam que a mortalidade materna entre as mulheres negras corresponde a mais de 60% das mortes contra 36% entre as mulheres brancas.<sup>23</sup>

Nas diversas esferas da vida da população negra a ação genocida do Estado age no sentido do massacre físico e simbólico. Na produção do conhecimento, na preservação e proteção da memória, história, cultura e práticas religiosas o racismo

---

<sup>23</sup> Redução da Mortalidade Materna – Portal SuS – Disponível em <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/43325-ministerio-da-saude-investe-na-reducao-da-mortalidade-materna> - acessado em 13/08/2018

também incide com o objetivo de apagamento e destruição das heranças culturais. A perseguição às religiões de matriz africana no território de Salvador se constitui uma prática reiterada de racismo religioso. O terreiro enquanto espaço de prática e preservação das crenças e mitologias africanas se forjou durante a história como verdadeiro espaço de resistência negra frente aos sucessivos ataques e violações.

hoje tem um processo de resistência, que permite que hoje por exemplo tenha outras condições, mas tipo, já teve momentos e épocas muito mais duras, em vista da repressão mesmo. Na época de ACM, tipo, a repressão aos terreiros de candomblé eram muito forte na época de 60, 70.(ENTREVISTADA 1)

O racismo religioso, a precarização do acesso aos direitos social, a violência policial, a naturalização da segregação racial, a violência obstétrica, o extermínio físico e simbólico são manifestações da emergente Necropolítica na Roma Negra baiana. Diante dessas violações de direitos humanos os processos de resistência permeiam a história dos negros da cidade e se reproduzem com a criação de espaços coletivos de organização política e social e de fortalecimento da identidade negra. Levantes de escravos, formação de quilombos, a revolta dos Alfaiates, a Revolta dos Malês e a Balaiada são exemplos dessa resistência na cidade de Salvador.

Atualmente, a territorialização de Salvador apresenta, em paralelo a segregação racial e violência, espaços de resistência, valorização e produção cultural negra que ressignifica processos de exclusão e permite à população negra expressar suas subjetividades e seu arcabouço cultural. Nesse sentido, as periferias são o *lócus* dessa resistência, onde redes de solidariedade são estabelecidas em resposta à violência racial.

## **5. “JUVENTUDE É REVOLUÇÃO”: PRÁXIS ANTIRRACISTA DO LEVANTE POPULAR DA CIDADE DE SALVADOR**

O Levante Popular da Juventude é um movimento de juventude que coloca os jovens no protagonismo do debate político e das ações de mobilização popular de transformação da sociedade brasileira. As pautas aglutinadas em seu projeto político vêm no sentido de fortalecer a soberania popular com a participação e o protagonismo de negros e negras, mulheres, indígenas e da classe trabalhadora como um todo. A juventude enquanto construção sócio-cultural marcada pela pluralidade reflete as múltiplas demandas do povo brasileiro por reconhecimento, dignidade e acesso às esferas de poder.

Nesse contexto, a juventude negra assume um papel fundamental na construção de projetos políticos que rompam com as estruturas de opressão do Estado no trato autoritário e violento com as minorias políticas. Por sua constituição marcada por processos históricos de resistência aos sucessivos sequestros, massacres e exclusões executados pela branquitude<sup>24</sup> na tentativa de manter o *status quo* e a manutenção de poder e, também, de sua hegemonia.

Aí para nós trabalhar com esses sujeitos, com os negros e negras do Brasil é dizer pelo menos, no mínimo, a metade da população do Brasil que elas podem determinar o seu lugar na história. Que elas não precisam se ver como algo inferior, enquanto algo negado né? A história do povo negro no Brasil é a história do povo negado, desde sequestro dos nossos antepassados africanos para cá, um passado de escravização, que é colocada sempre a frase “você é descendente de escravo” e escravo é menos, escravo não é gente, escravo não tem beleza, escravo não tem cultura, escravo não tem nada. Não tem um processo de humanidade. Então, quando a gente começa trabalhar com negros e negras é inverter essa lógica. É apresentar essa lógica hoje que conformou essa situação que elas vivenciam. (ENTREVISTADO 3)

O processo de racismo institucional permeia as instituições brasileiras gerando danos materiais concretos na realidade da população negra. O *modus operandi* de instituições como a Polícia Militar, o Sistema Único de Saúde e as estruturas formais de ensino apenas chancelam a lógica racista traduzida pelas práticas de agentes estatais.

Tal constatação materializa-se por meio de dados, seja pelo extermínio da juventude negra, seja pelo índice de óbitos maternos referentes às mulheres negras ou a taxa de evasão escolar relacionada à população negra. Reconhecer que tais fatos estão diretamente relacionados entre si caminha em consonância

---

<sup>24</sup> A branquitude se dá como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo. As definições sobre branquitude. disponível em <https://www.geledes.org.br/definicoes-sobre-branquitude> acessado em 08.08.2018

com Agamben pois, segundo o mesmo, o estado de exceção transmuta-se de uma condição temporal para algo cotidiano e, sobretudo, contínuo.

Neste sentido, perceber-se negro é compreender que o racismo coloca determinados corpos sistematicamente na iminência da violação de direitos individuais e coletivos.

O movimento negro conseguiu ter uma grande entrada na vida do povo, de ganho, que é o processo de se reconhecer como negro, de reconhecer que a violência policial, por consequência, é causada por conta de que as pessoas são negras, por conta da criminalização tanto da raça quanto da pobreza. (Entrevistada 1)

O processo de construção da polícia brasileira, de modo geral, representa o papel de reprimir e controlar determinados grupos sociais expressos no centro dessa juventude negra. Os movimentos sociais, especialmente o movimento negro, na luta pelo fim da violência policial elabora processos que permeiam a denúncia da violência policial de forma sistemática até possibilidades de resistência e elaboração da tomada de consciência da violência sofrida como ferramenta de resposta à violação a direitos humanos.

Quando que pra nós, e para o movimento negro como um todo, a avaliação começa antes até do período da ditadura militar, mas entra muito com a institucionalização do espaço de polícia militar pela lógica do militarismo. O exército existe porque ele combate um inimigo externo em caso de guerra ou ameaça das fronteiras. Uma polícia militar combate um inimigo interno que para o estado brasileiro é o povo negro. (ENTREVISTA 3)

A resignificação da concepção de segurança pública a partir da concepção de desmilitarização, assim como quais seriam os papéis desempenhado pela polícia em uma perspectiva que preza pela prevenção em detrimento do caráter ostensivamente violento da atuação policial

E alguns setores do movimento negro tem isso como pauta, conseguir colocar para população o que significa de fato a desmilitarização da polícia, o que seria uma espécie de casamento entre as polícias civis e militares perdendo essa lógica de combate ostensivo ao crime, fazendo um processo muito mais de investigação e preventivo. (ENTREVISTA 3)

A violência policial é parte de um sistema que abrange o extermínio da juventude negra, o hiperencarceramento e a criminalização das manifestações e expressões culturais e vinculadas diretamente com as dinâmicas raciais presentes na sociedade brasileira. Nesse sentido, tem-se construído enquanto prática de

denúncia a agitação em torno do extermínio físico de jovens negro a partir de atos públicos que visam publicizar as violências cotidianas sofridas por tais sujeitos, compreendendo assim que parte da ferramenta de luta contra tais práticas perpassa necessariamente a publicidade dos assassinatos.

aí a atuação do levante é sempre de publicizar essas coisas e tentar explicitar todo esse sistema, porque o primeiro momento a comoção muitas vezes é inevitável. 53% da população é negra no Brasil. As pessoas vão se chocar necessariamente com isso,, mas uma, duas, semanas depois isso vai sendo esquecido, né. Então o papel que o levante cumpre, o movimento negro como um todo, é de organizar as vigílias cívicas em relação, acompanhar o desdobramento do caso, construir as notas públicas, né, e de articulação dos setores jurídicos, colocando os mandantes mesmo, né. (Entrevistado 3)

No contexto nacional em que episódios de extermínios da população negra são cotidianos, o Levante Popular da Juventude traça estratégias a partir da mobilização nacional de seus militantes através de ferramentas organizativas dispostas pelo movimento como o desenvolvimento de rodas de conversas, ações de intervenção, aulas públicas, atividades culturais e engajamento nas redes sociais. Tais ações confirmam o caráter potente e mobilizador presente na essência e na prática do LPJ, sendo que tal essência se reafirma na parceria firmada com outros movimentos sociais e com setores que denunciam as violências e negligências sistemáticas cometidas pelo Estado brasileiro.

Acho que um caso marcante foi uma rodada nacional de mobilização que o levante fez foi em relação ao caso do Carandiru, O Carandiru foi massacre sim, foi outro caso que foi julgado de forma tosca. Os culpados pegaram muito pouco tempo e de condenação, não cumpriram a condenação toda. Foi um processo extremamente leve se você compara um caso como esse e qualquer outro realizado por um civil, né, se você faz essa comparação são abordagens completamente diferentes. Então, acho que o processo do Levante, do setor de negros e negras pelo Brasil, é muito isso. É conseguir relacionar esses acontecimentos com uma estrutura de poder maior que a gente chama de Estado Capitalista, Racista e Patriarcal. (entrevistado 3)

As expressões culturais apresentam-se como método de ressignificar o local individual e coletivo que os sujeitos negros ocupam na sociedade brasileira. O *hip hop*, como outras manifestações culturais, ultrapassa o caráter cultural e atinge o aspecto de ferramenta política e organizativa para que esses sujeitos se reconheçam e respondam aos processos de violência racista.

A gente do levante teve um seminário ano passado, foi primeiro seminário sobre o hip hop. E fizemos uma análise de que a gente não chega no hip hop porque ele seja o único estilo que a periferia ouve, a periferia ouve de tudo vai do gospel ao sertanejo universitário, música clássica, mas o hip-hop é para além de música. O hip-hop conta uma realidade que é a realidade que essa galera vive e é uma parada muito fácil de se fazer. Então, a construção do rap brasileiro é um rap que nasceu do nada, ou do muito pouco, que é a mesma história do rap lá dos EUA, quando a galera começou a fazer rap nos Estados Unidos as mesas e os toca discos eram lixo que estava vindo o boom de cd. Então, os ricos jogavam os tocam discos foram e a galera pegava e a partir disso começou, sabe? Então, uma parada que você estala o dedo e está produzindo. É uma galera que está muito na poesia, muito na dança, muito no grafitti, sabe? Bomba muito a periferia de salvador! Acho que não tem uma periferia que você entre e diga não tem um espaço cultural assim sabe, um espaço cultural informal, sabe? aquela praça em que a galera reuni. Aquele grupo que está ali sempre batendo pé, marcando e fazendo. É muito essa linha. (ENTREVISTA 3)

Nesse sentido, o *hip-hop* é produto das contradições e dos mecanismos de resistência desenvolvidos por populações periféricas e demonstra que as periferias podem responder às inquietações que são geradas pela reprodução do capital perpetrado pela lógica racista. Além disso, ele age no sentido de dar novos sentidos e reforçar uma identidade que seja intersseccionalizada pelas questões vinculadas à raça e classe.

### **5.1 Processos de fortalecimento da identidade de negra**

Em um contexto onde a negritude é forjada por arquétipos e estereótipos negativos e com sentidos criminosos, ressignificar a identidade passa por um processo individual e coletivo no sentido de compreender o processo de formação do povo Brasileiro e de que forma a identidade negra pode auxiliar na superação da lógica racista e na construção de práticas antirracistas.

acho que uma das questões fundamentais desse meu projeto de me identificar tanto quanto jovem negro, quanto ser coletivo é que essas duas coisas estão muito juntas. Mesmo quando alguma pessoa percebe o racismo, ou racismo, é tão incisivo que não existe a possibilidade de fugir dele, ainda permanece as saídas individuais. Então, para todos os negros e negras que tem a pele retinta, ou seja, que não tem a condição de se afirmar outra coisa se não negro e negra. Que não pode se dizer pardo porque a sociedade não vai aceitar que você se diga pardo. Ainda que a categoria parda seja uma construção para enfraquecer a identidade negra, algumas pessoas não podem nem se quer se afirmar isso, todas as soluções que são apontadas são individuais. (ENTREVISTADO 3)

Diante dos mecanismos de controle e dominação racial se faz necessário desenvolver e aprimorar meios para resistir. O Levante Popular da Juventude opta pela organização coletiva, entendendo que o racismo é uma problemática coletiva e estrutural que, dessa forma, deverá ser superada coletivamente e através de mudanças estruturais. Ou seja, para problemas coletivos, saídas coletivas; a organização política é vista como ferramenta e saída para dar visibilidade aos problemas sociais e também para apontar quais seriam as possíveis formas de resolver os conflitos sociais presente em nossa sociedade.

E aí, só a partir do momento que eu me organizei, né? Me tornei militante, que eu consegui identificar o porquê disso, porque existe um processo de cobrança o tempo todo, porque existe um processo de pré julgamento. De pré conceito sobre a pessoa, que eu possa simplesmente entrar no lugar e haverá um conjunto de olhares sobre mim, que vai ter decidir sobre mim, se eu valho ou não valho a pena, se eu sei ou não sei alguma questão, por um padrão estético, fenotípico que sócio histórico. (ENTREVISTADO 3)

A junção do processo de se identificar enquanto negro e compreender a negritude como um fator primordial na conformação do povo brasileiro atrelado ao fato da valorização de sua identidade por meio de espaços auto-organizativos que gerem cisão com o ideal racista e colonial de negação ontológica do negro. Sendo estes espaços de compartilhamento das experiências que as dinâmicas racializadas imputam na formação da subjetividade por meio da violação ou da efetivação de direitos.

Eu não me reconhecia enquanto pessoa negra antes de chegar na faculdade, antes de conhecer o levante, e o contato que tive muito através do diretório acadêmico e um trabalho que a gente construiu e constrói até hoje no diretório acadêmico de psicologia, que é o curso que eu faço. E aí nesse processo eu passei a me reconhecer enquanto pessoa negra e comecei a perceber na verdade o quanto isso sempre me era negado desde que eu era muito pequeno. Eu lembrava que não só comigo, mas com todos na cidade que eu morava, eu morava em uma cidade do interior, é tinha uma coisa de um discurso meio que de que você não é negro, é moreno, pardo, aquela coisa quase branca. E aí, ou seja, essa identidade e a noção do que é ser negro e do que é que envolve tudo isso, foi sempre muito negada.(ENTREVISTADO 2).

## 5.2 Processos coletivos de emancipação e a inclusão perversa

Os espaços auto-organizados são necessários para o processo de rompimento com o ideário racista por meio da síntese política de uma linha de atuação coletiva que incida na superação dos estereótipos e concomitantemente nas causas de perpetuação das desigualdades raciais. O convívio no coletivo fortalece laços e dinâmicas para superar o racismo justamente porque a superação do mesmo não se dará apenas por uma consciência política individual.

A coletividade expressa não somente o processo de luta coletiva e conjunta mas de estratégia para que a desigualdade racial seja superada coletivamente e sua superação também gere transformações no tecido social brasileiro como um todo.

Sim, acho que fica meio certo nas outras perguntas o quanto a construção coletiva de projeto político faz com que, inclusive, fez com que eu me reconhecesse não quanto mulher negra porque isso eu já me reconhecia antes de ter de fato um projeto político no qual eu guiasse minhas ações e organizasse minha vida e tudo mais, mas me fez me entender enquanto sujeito histórico e coletivo. (Entrevistada 1)

Os processos de construção coletiva rompem com valores meritocráticos e individualistas incutidos pelo sistema capitalista e que são necessários ao acúmulo de capital e às perpetuações de desigualdades.

No sentido de compreender que não sou só eu a mulher negra que sofre opressões, mas existem muitas outras mulheres negras que sofrem opressão, e que eu não teria condições de me colocar em uma bolha, de sair, de decidir de escolher de ignorar as opressões raciais ou acreditar que eu conseguiria superar, digamos assim, todas as opressões por mérito próprio. E isso é um projeto muito individualista e muito irreal que certamente com muita rapidez ia ser mostrado totalmente falido pela sociedade que temos. Então, esse processo de reconhecimento não só de mim, mas também de outros, de iguais em termos de construção de muita coisa na sociedade, de pessoas e de grupos na verdade de pessoas que você constrói a identidade e fazer essa identidade um processo mais coletivo e um negócio mais firme mesmo, mas forte e saber que tem uma história de resistência por trás. E aí, isso fortalece muito o meu processo de identidade, o compartilhamento de símbolos, o compartilhamento de dores, o compartilhamento de felicidades. Isso é massa!! (Entrevistada 1)

A organização coletiva, ao possibilitar a conjunção de anseio individual por efetivação de direitos, qualifica a perspectiva individual para compreensão coletiva acerca da estrutura capitalista, patriarcal e racista mantida pelo Estado e demais atores sociais que visam a perpetuação do poder. Esta compreensão fornece

subsídios teóricos e metodológicos para retirar da esfera do indivíduo as ingerências que as estruturas opressivas colocam em direção da totalidade dos grupos subalternizados.

Skivak (2002), ao descrever as formas de subalternização e silenciamento impetrado pelo sistema de produção colonial, descreve o sujeito subalterno enquanto pertencente “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak, 2010, pg 10). Dentro da dialética dos movimentos sociais, a subalternização será superada pela transposição da compreensão individual para compreensão coletiva das violências e por meio das formas de lutas coletivas por garantia de direitos.

Então, o direito de ser isso e de se reconhecer nesse processo e de que inclusive a partir disso pensar qual é o meu papel nesse processo como um todo é muito fundamental. Isso foi muito o Levante que contribuiu, é um papel fundamental das organizações como um todo. E acho que a expressão completa também para mim pessoalmente de como um projeto que se construa é um projeto que tem sentido para pessoas e que dá respostas concretas também, porque isso é muito importante. Me veem muito a aquela reflexão que diz de ter direito a reconhecer a sua própria história. O povo negro sempre teve sua história muito negada. Conhecer essa história e ajudar a contá-la é fundamental assim. (Entrevistado 2)

A partir da inserção em movimentos sociais e populares, torna-se possível superar a historiografia contada sob o viés daqueles que detém o poder. Assim, inicia-se o processo de fortalecer a consciência no sentido de reescrever a história a partir do resgate da memória e das lutas e resistências passadas, ou seja, experiências anteriores de resistir às estruturas violentas tornam-se exemplos de como resistir às violências contemporâneas.

As lutas construídas pelos movimentos sociais que historicamente leem as tensões sociais enquanto expressões da divisão da sociedade em classes – trabalhadores *versus* burguesia - atrelada a questão racial fornecem meios para a compreensão do racismo como fundante do sistema capitalista colonial.

Os movimentos sociais do campo popular compreendidos junto a todas as formas de mobilização e organização de pessoas das classes populares diretamente vinculadas ao processo produtivo, tanto na cidade quanto no campo, são diretamente responsáveis pelo avanço do processo democrático e fundamentais na conquista de direitos.

Perceba, tudo que a gente conquistou ao longo da nossa história foi fruto de pessoas juntas e organizadas construindo lutas para transformar uma realidade que estava colocada e que era uma realidade excludente e cada vez mais desigual. Então, acho que o papel do movimento social é de conseguir questionar a realidade que está colocada, essa desigualdade que está colocada e conseguir apontar um projeto de sociedade, conseguir apontar uma história de transformação (entrevistado 2)

O acúmulo político que a organização coletiva dos movimentos sociais traz à esfera pública, seja ela institucional ou no âmbito dos espaços públicos de reivindicação de direitos, faz com as esferas institucionais absorvam as pautas e demandas trazidas por eles, possibilitando assim o avanço da democracia. Ao mesmo tempo, colocam em xeque a atuação do Estado enquanto perpetuador de discriminações, extermínios e genocídios.

Na minha avaliação, o que eu acho, há uma garantia formal de direitos, no Brasil e de certa medida chega para o povo negro, e que no Brasil chega de uma forma extremamente precarizada, tem um cara chamado Jessé de Souza que ele analisa, pensa, o processo de inclusão perversa que é um processo de incluir pessoas em determinado segmento da sociedade para dar conta de continuar a exclusão total. (entrevistado 1)

Jessé de Souza, sociólogo brasileiro, apresenta em suas análises o processo de formação histórica do país através da exploração econômica capitalista baseada na subcidadania dos setores racializados. Para ele é imprescindível compreender que as desigualdades sociais contemporâneas são parte da continuidade do passado colonial e se perpetuam através de seus novos mecanismos de validação. Nesse sentido, é compreender que as ferramentas de dominação neocoloniais são travestidas de novo caráter, mas com uma mesma essência baseada no colonialismo.

A denúncia de falta de políticas públicas de médio e longo prazo para o reerguimento desses setores sociais, assim como toda a reconstrução teórica do tema da naturalização da desigualdade e dos princípios opacos da dominação social na modernidade periférica, só são compreensíveis segundo esse pano de fundo (SOUZA, 2006, p. 91).

Os dados acerca das desigualdades raciais expostos nos capítulos anteriores dessa dissertação evidenciam a ineficiência intencional do Estado em garantir direitos sociais e fundamentais aos negros e negras que compõem majoritariamente os setores pobres da população brasileira. Segundo Mario Teodoro,

parece razoável falar não de uma exclusão nos moldes do que ocorre em outros países, mas sim de uma inclusão perversa no que tange à população mais pobre. Uma inserção desigual, que faz com que parte

significativa de nossa população, em sua maioria negra, assuma posições sociais indistintamente mais precárias. (TEODORO, 2018, pg.82)

A promoção da inclusão desigual da população negra que, por um lado expõe as deficiências das políticas públicas, se configuram enquanto mais um braço do genocídio em curso. Em termos de inclusão ou exclusão social, necessariamente coloca-se em xeque o conceito de sujeito de direitos enquanto autores e destinatários da lei e do provimento jurisdicional, que remete a uma ideia de ampla proteção social através de políticas públicas sociais que garantam vida digna e participação política.

Eu tenho certa dificuldade de estabelecer esse paralelo entre o sujeito de direitos e a população negra em Salvador e no Brasil como um todo na verdade. Não só o povo negro, mas toda a classe trabalhadora, porque a gente é construído em país que é totalmente voltado para fora e que vem de um processo de desenvolvimento que consequentemente não garante direitos básicos. Tipo, esse estado de direitos nunca foi consolidado na verdade. Como ele esteja construído como nos últimos anos, que foram anos que permitiram um processo de ampliação de direitos. A gente vinha caminhando em um processo importante. Um processo de articulação com outros países da América Latina, como era o BRICS e tudo mais. A gente chega caminhando em um processo importante, mas a gente nunca teve um processo de Estado de Direitos totalmente garantido e consolidado, sabe? Então, eu tenho certa dificuldade de pensar dessa forma. E acho que a gente nunca teve em uma condição plena de estado de direitos e tudo mais. Porque sempre tivemos essas questões atuando de uma forma totalmente estrutural, tipo, agido em toda sociedade e em suas dimensões assim. Então essa fase de Estado de Direitos nunca foi muito bem consolidada. (Entrevistado 2).

Percebe-se que a impossibilidade de relacionar os negros à humanidade é parte central do discurso racializado e o fato de estarmos numa sociedade dividida em grupos raciais demonstra que os acessos, bem como a concepção de direito e seus efeitos, não atingirão a todos indistintamente.

o jovem negro é muito mais um cidadão de deveres do que de direitos, mas isso sem dúvida! Mas ainda assim existe uma assistência mínima do estado que impede uma decomposição total do espaço da periferia assim. Se não tivesse, por exemplo, o conjunto básico de saúde e escola nas periferias a capacidade dessas periferias se revoltarem contra o Estado ou contra essas figuras públicas desse Estado seria algo maior, algo latente. Então, um conceito que ajuda a entender essa questão é o da inclusão perversa ou inclusão excludente, que se eu não me engano é do Jesse de Souza. Né que, vai falar um pouco tipo assim, existem momentos ao longo da sociedade que as comunidades vão avançando e vão impondo a sua vontade sobre o conjunto dos dominantes. O processo da luta mesmo, por condições de vida mais justa que em alguns momentos vai esbarrar com os próprios anseios do capitalismo. Você

tem uma comunidade extremamente doente, extremamente despreparadas técnica e intelectualmente chega um momento que isso não é possível porque ela não vai servir enquanto força de trabalho. Aí, o conceito que o Jessé formula é de que o Estado concede essas coisas que ele afirma enquanto direito, mas concede de forma planejadamente precária. É o posto de saúde que não vai ter os profissionais suficientes para cuidar daquela população ainda que existam profissionais para serem contratados. É a escola que tem um modelo notadamente disfuncional que se assemelha muito mais com prisão do que um espaço de intelectualidade, formação de caráter e por aí vai. A ausência de cultura nos espaços, dos espaços de cultura, teatro, cinema, biblioteca, nesses espaços é que mascadas a presença desses espaços de culturas que é mais presente nas cidades, que são colocados nas cidades e se as pessoas são livres para ir e vir não vai atrás quem não quer estar nos espaços de cultura. (ENTREVISTADO 3).

Nesse sentido, compreendendo na ação dos movimentos sociais o potencial revolucionário de barrar processos de negação de direitos e genocídios, o sujeito de direitos assume outra dimensão atrelada a uma legítima organização social de liberdade.

### **5.3 Sujeitos Coletivos de Direitos**

O Sujeito de Direitos, nesse contexto, surge enquanto uma construção relacional, constituída na presença do outro e tendo a alteridade como presença. (CARBONARI, 2007, p.177). Alguns expoentes da sociologia moderna, dentre eles Emile Durkheim (2003), preconizavam a irredutibilidade da sociedade aos indivíduos. Para ele, o papel da sociologia seria estudar os fenômenos atrelados à sociedade em geral ao invés de se reduzir as ações individuais.

Em sua obra *Crítica da Modernidade*, Alian Tourine afirma que o indivíduo é “a unidade particular em que se misturam a vida, o pensamento, a experiência e a consciência” (TOURINE, 1992, pg 243.). Nesse sentido, ele faz a distinção entre ator social e sujeito e infere que o primeiro se torna o segundo em meio a contextos de conflitos sociais.

Em termos da sujeição presente nas relações de poder das sociedades contemporâneas, seja fruto da colonialidade do poder, seja de ordem de dominações patriarcais, sexuais e culturais, podemos medir a construção do sujeito a partir de sua capacidade de se rebelar contra tais dominações. O indivíduo, nesse contexto, não nasce sujeito, “existe uma potencialidade, uma mola psíquica que lhe empurra a se tornar” (GAULEJAC, 2009, p 21). O sujeito surge da tentativa do

indivíduo de desvencilhar-se das sujeições em geral e, antes de tudo, passa por uma compreensão das forças a que está originalmente submetido. “O indivíduo é produto de uma história da qual ele busca tornar-se sujeito.” (GAULEJAC, 1999, p 11).

Para Dussel (1998, p. 559), sujeito é “cada sujeito ético da vida cotidiana, cada indivíduo concreto em todo seu agir”. Nesse sentido, o sujeito na condição de alvo das opressões e sujeições que estruturam a sociedade é aquele a quem cabe “fundamentar normas, realizar ações, organizar instituições ou transformar sistemas de eticidade” (Idem). Ou em outras palavras “Sujeitos não são naturais nem mesmo permanentes; eles se fazem a si mesmos, se constituem, se constroem e, “[...]para se tornar sujeito é necessário efetuar uma crítica autoconsciente do sistema que causa vitimização” (Idem, p 527; 2000, p. 533).

Nesse sentido,

É uma construção relacional; é intersubjetividade que se constrói na presença do outro e tendo a alteridade como presença. A alteridade tem na diferença, na pluralidade, na participação, no reconhecimento seu conteúdo e sua forma. O compromisso com o mundo como contexto de relações é, portanto, marca fundamental da subjetividade que se faz, fazendo-se, com os outros, no mundo, com o mundo. Diferente das coisas, com as quais se pode ser indiferente, a relação entre sujeitos têm a diferença como marca constitutiva e que se traduz em diversidade e pluralidade, elementos que não adjetivam a relação, mas que se constituem em substantividade mobilizadora e formatadora do ser sujeito, do ser sujeito de direitos.(CARBONARI, 2017, p. 9)

Essa perspectiva de sujeitos de direitos permeado pela alteridade e pela força mobilizadora vem ao encontro da concepção de sujeitos coletivo de direitos cde direitos ao compreender que as ações dos movimentos sociais transferem para dimensão coletiva a construção relacional e o compromisso com a superação de violação de direitos humanos.

Segundo Lyra Filho (1986, p. 307), “A liberdade não é um dom; é tarefa, que se realiza na História, porque não nos libertamos isoladamente, mas em conjunto”. Na esfera coletiva, as dinâmicas dos movimentos sociais reforçam laços de solidariedade e pertencimento que incidem na construção de projetos políticos alternativos e revolucionários.

Nesse sentido,

Emergem no cenário brasileiro como atores e sujeitos coletivos que reivindica a sua legitimidade para efetivamente participar do processo de deliberação política, e sua capacidade instituinte de direitos nos

três níveis de exigências da cidadania, não apenas do ponto de vista semântico (como fonte de argumentos que ajudam a criar novas interpretações para velhas categorias), mas também do ponto de vista pragmático (como fonte de práticas que inspiram novas formas de operabilidade do fenômeno jurídico). (ESCRIVÃO FILHO, A; SOUZA JUNIOR, J. G, 2016, pg. 101)

Exemplos dessa emergência de sujeitos coletivos são confirmados e reforçados pelas narrativas, cerne dessa pesquisa, seja na constituição da mobilização coletiva de atores sociais específicos, seja ao apresentar a capacidade coletiva de organização e formulação de saídas para as ingerências individuais e coletivas do racismo estrutural e das opressões de classes e de gênero.

Na práxis do Levante Popular da Juventude, os processos de fortalecimento de identidades se estendem a construção de demandas compartilhadas por dignidade e pelo direito a uma existência não vilipendiada. As práticas antirracistas assumem o papel de dar respostas coletivas ao processo sistemático de extermínio da juventude negra, caracterizadas pela luta por igualdade racial e pelo fim da violência policial. Nesse contexto, os espaços coletivos de organização política ganham uma dimensão ainda maior quando diminuem a exposição aos mecanismos de dominação e extermínio do Estado direcionados ao jovem negro.

O jovem, quando organizado, tem possibilidade de transferir sua dedicação às atividades formativas, organizativas e culturais da organização de modo a se distanciar das possibilidades organizativas das violências, representadas nas periferias pelo crime, em especial o tráfico de drogas; tornando-se alvos ainda mais vulneráveis à letalidade policial e à violação de direitos.

Então, essa leitura que a gente vem fazendo é de que o papel do levante muita das vezes é salvar vidas. É quando você organiza o militante, quando você traz ele para dentro do espaço coletivo da célula, dos acampamentos, da construção desse projeto de sociedade, você tira ele de uma perspectiva em que ele poderia estar mais ainda na mira do Estado. Na mira do aparelho repressor do estado, da polícia. Podia ser um alvo mais fácil para o tráfico de drogas, para organização do tráfico de drogas, ele podia inclusive não ter perspectiva de vida. (Entrevistado 3)

A tomada de consciência dos processos de opressão – racial, de gênero, de orientação sexual – impulsiona a construção de sujeitos de direitos que, munidos da pulsão por transformação da realidade de subjugação a que são submetidos, se

colocam enquanto sujeito coletivo e assumem novas formas de mobilização social e de luta por direitos.

A partir da constatação derivada dos estudos acerca dos chamados novos movimentos sociais, desenvolveu-se a percepção, primeiramente elaborada pela literatura sociológica, de que o conjunto das formas de mobilização e organização das classes populares e das configurações de classes constituídas nesses movimentos instaurava, efetivamente, práticas políticas novas em condições de abrir espaços sociais inéditos e de revelar novos atores na cena política capazes de criar direitos (SOUSA JÚNIOR, 2011, p. 47)

O Levante Popular da Juventude, nesse sentido, se torna uma experiência única e inovadora que busca concatenar em suas práticas e ações os pressupostos abarcados em movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e também agrega em suas bandeiras de luta e atuação conflitos inerentes à realidade da juventude brasileira, ou seja, incorpora dentro de si, em sua teoria e prática, a formação teórica e a construção de lutas sob uma perspectiva coletiva interseccional para superar os conflitos presentes em nosso tecido social.

E acho o Levante tem um papel muito fundamental nesse processo. Nós somos um movimento que é jovem, a gente se nacionalizou em 2012, mas já tinha uma experiência de construção desde 2006. Mas nacionalizou em 2012, nós temos aí seis anos. Então, somos relativamente jovens, mas com bastantes desafios. Chega, nasce juntamente numa época justamente de golpe, que já vinha se desenhando, enfim, esse processo de golpe e tudo mais. E de estabelecimento de um período neoliberal. Um neoliberalismo muito mais voraz. Então, acho que a gente tem muitos desafios na verdade, mas acredito que nós temos e aí, uma coisa muito pessoal, acredito que o Levante tem muito potencialidade assim. (entrevistado 2)

Diante dos desafios apresentados no atual contexto político e social após o golpe institucional, jurídico, político e midiático em 2016, que gerou uma ruptura democrática para efetivar o realinhamento do Brasil com uma agenda neoliberal e projetos autoritários. A Constituição Federal completou em outubro de 2018, 30 anos de existência, cercada de riscos do esvaziamento material que agora se concatenam com os esvaziamentos formais.

A conjuntura brasileira atual reflete o acirramento das lutas de classes e o recrudescimento de discursos e práticas racistas. O projeto de governo pautado por um candidato à presidência em específico se apresenta por meio de discursos autoritários, antinacionalistas e que negam direitos políticos, sociais e humanos garantidos em nossa constituição federal e em diversos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.

Assim sendo, as lutas dos movimentos sociais por se constituir enquanto expressão da organização social da liberdade se faz necessária e urgente no contexto político atual. É através dos processos de lutas sociais por garantia e efetivação dos direitos políticos e sociais que podemos conter o avanço de discursos autoritários que pretendem implementar um projeto de país que vai ao encontro do modos estatal de governança da morte (Pinho, 2015).

De coisas boas e coisas ruins e coisas que são boas e ruins ao mesmo tempo. Então, esse é um aspecto positivo. E um aspecto negativo é que tem muita coisa para ser feita, tá ligado? De que todo movimento social tenha ele quanto tempo tenha e aí eu normalmente uso como base de comparação o MST que já tem aí mais de 30 anos, vai se deparando com novos desafios o tempo todo pelo movimento de evolução da sociedade e do capitalismo.

O projeto em ascensão da extrema direita no Brasil é reflexo da ausência de debates e responsabilização acerca de processos genocidas históricos brasileiros. Acerca do processo escravizatório, o extermínio massivo de indígenas, o processo ditatorial cívico militar, o genocídio da população negra, os conflitos fundiários e a subalternização das mulheres e a não garantia de seus direitos sexuais e reprodutivos. Todos esses elementos conjuntamente relacionados e atrelados a uma desigualdade social abissal deu substrato para a emergência de uma extrema direita bélica traduzida por narrativas e práticas de violação e alinhamento ideológico com o neofascismo.

## **6. CONCLUSÃO**

A pesquisa apresentou em percurso exploratório e metodológico as configurações da territorialização da cidade de Salvador (BA), bem como de que maneira as dinâmicas racializadas se expressaram e se efetivam através da violência institucional ou não.

Nessa esteira, buscou-se compreender de que modo as dinâmicas racializadas se fazem presentes neste território, seja por meio da segregação espacial, da letalidade da violência policial ou ainda pela criminalização da pobreza, que consequentemente atinge apenas determinados setores específicos.

Tais elementos supraditos, na verdade, compõe o conceito de Estado de Exceção permanente que deu ensejo à Chacina do Cabula e que está atrelado à marginalização dos negros. Ora, a negritude baiana é compreendida majoritariamente como sujeito de deveres e não de direitos, e tal afirmação pauta-se em nossas estruturas racializadas e entende esta Chacina como consequência de uma estrutura racista que fundamenta toda nossa sociedade brasileira.

Através desse fato, compreende-se que são necessárias construções de mecanismos de resistência da população negra frente ao cotidiano de violações perpetradas pelo Estado e seus agentes, e que esta resistência é construída por meio da organização política, representada neste trabalho pelo Levante Popular da Juventude.

Então um movimento jovem como é o Levante que não tem nem dez anos de nacionalizado, ele ainda está identificando os seus desafios de fundo enquanto novos desafios aparecem. Os desafios de um movimento de massa não são os mesmos desafios de uma organização que está no seu processo de crescimento, uma organização que se pretende representar a juventude brasileira como um todo, não são os mesmos desafios de uma organização que pretende organizar somente a juventude secundarista ou somente a juventude universitária ou somente a juventude periférica que está nos bairros e por aí vai... e uma camada a mais desse desafio é quando essa organização se pretende trabalhar com as questão de raça, classe e gênero. E aí vão apresentando novos níveis de dificuldades o tempo todo assim. Então, acho que é uma fala mais geral assim que ajuda contextualizar um pouco do levante no momento atual. (Entrevistado 3)

Durante o tecer deste trabalho ficou explícito que o sujeito se conscientiza individual e coletivamente e, por meio deste último elemento, torna-se capaz de responder de modo organizado e politizado às violências também sistemáticas efetivadas pelo Estado e seus agentes, constituindo-se assim como sujeito coletivo de direitos.

As narrativas que teceram este trabalho também elucidam as contradições que estão no bojo da sociedade brasileira e de que maneira a construção de um Movimento Social de juventude precisará compreendê-las para que sua superação seja possível.

A compreensão de raça, gênero e classe, de modo que tais categorias se transversalizem e atuem de modo conjunto e distinto na mesma sociedade, exige do Levante Popular da Juventude e de seus militantes alinhamento teórico e

compromisso com o povo brasileiro a ponto de entender que sua atuação não está condicionada apenas aos elementos conjunturais mas, sobretudo, aos elementos estruturais que exigem de nós, enquanto povo, firmeza ideológica e desejo de transformá-lo.

Eu acho que é um processo muito complexo e ao mesmo tempo muito importante, o estar em uma organização social, estar no movimento social como é o Levante assim. Por um lado, pelo aspecto positivo, ele apresenta vivências, experiências e uma forma de pensar que nenhum outro espaço da sociedade apresenta. A vivência em um movimento social é algo que você não consegue encontrar ou consegue reproduzir em nenhum outro espaço da sociedade, mesmo uma empresa com um modelo de gestão mais democrático não vai funcionar como um movimento social, mesmo o grupo de amigos mais focados em um determinado objetivo não vai funcionar como um movimento social. Então, é experiências muito única para quem quer que faça parte e ao mesmo tempo é uma experiência cheia de contradições. (Entrevistado 3)

A compreensão de que a história é cíclica e de que somos nós os seus protagonistas também foi combustível deste trabalho. No sentido de fortalecer a compreensão de que os grupos subalternizados podem e devem falar, assim como, traduz na garantia e exercício do direito de se organizar e dos direitos políticos uma forma de linguagem.

A língua da representatividade, da organização e da coletividade se opõe à linguagem da exclusão e da morte, cotidianamente apresentada a esses sujeitos. A militância coletiva, com objetivo coletivo, ressignifica os sujeitos, os lugares e até mesmo nossa história passada, presente e futura.

## 7. REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**AGAMBEN**, Giorgio. **Crítica do contemporâneo**. Agamben. Marramo. Rancière. Sloterdijk. Política. Conferências Internacionais Serralves: 2007.

**ANDRADE**, A.B.; **BAQUEIRO**, P.R. **Geografia de Salvador** - 2. ed. - Salvador : EDUFBA, 2009.

**BACELAR, J. O Negro em Salvador: Atalhos Raciais.** RevHistória. São Paulo-SP. N.129-131. 1993. p. 53-65.

**CHAUÍ, Marilena. Simulacro e poder.** São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2006.

**CARBONARI, P. C. Sujeitos de direitos humanos: questões abertas e em construção.** In: SILVEIRA, R. M. G. et. al. (Orgs.). Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 169-186.

**CARNEIRO, A. S. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser.** Feusp, 2005.

**DANTAS, C. V. Racialização e mobilização negra nas primeiras décadas republicanas.** Revista do Programa de Educação sobre o negro na Sociedade Brasileira. Cadernos PENESB, Niterói, n. 12, p. 390, 2010.

**DELGADO, R.; STEFANCIC, J. (eds.). Critical race theory: An introduction.** New York :New York University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. **Introduction. Critical race theory: The cutting edge,** 2nd edition (pp. xv-xix).Philadelphia: Temple University Press, 2000.

**DURKHEIM, Emile. As Regras do método Sociológico.** São Paulo, Martins fontes.

**DUSSEL, Enrique. 1492: O Encobrimento do Outro. A Origem do "mito da modernidade".** Cidade: Editora Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_, Enrique D. **Ética de la Liberación en la Edad de la Globalización y de la Exclusión.** Madrid: Trotta, 1998. [Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão. Trad. Jaime A. Clasen et al. Petrópolis: Vozes, 2000].

\_\_\_\_\_, Enrique. **Derechos humanos y ética de la liberación.** In: \_\_\_\_\_. Hacia una Filosofía Política Crítica. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001, p.145-157.

**ESCRIVÃO FILHO, A; SOUZA JUNIOR, J. G. Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos –** Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

**ESTEVES, L. C. G.; ABRAMOVAY, M. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas.** In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E . R.; ESTEVES L.C.G.(orgs.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2007, p. 19-54.

**FANON, Frantz. Pele negra máscaras brancas.** Salvador: Ed. UFBA, Centro de Estudos AfroOrientais, 2008.

**FANON, Frantz. Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

**FERNANDES, F. A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** vol. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1978. p.20.

**FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau Ed. 1996.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: vontade de saber.** Rio de Janeiro:Graal, 1997.

\_\_\_\_\_. **Poder - corpo.** In: **Microfísica do poder.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

\_\_\_\_\_ (1976a) Aula de 28 de janeiro de 1976. In FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade– Curso no Collège de France.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_ (1976b) Aula de 17 de março de 1976. In FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade –Curso no Collège de France.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Direito de morte e poder sobre a vida.** In FOUCAULT, M. *História da sexualidade – A vontade de saber.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

**FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo Negro Caído no Chão.** O Sistema Penal e o Projeto Genocida do Estado Brasileiro. Rio de Janeiro. Contraponto. 2008.

**FREIRE, Paulo. Pedagogia dos Sonhos Possíveis:** Editora UNESP, São Paulo, 2001.

**FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido.** São Paulo, 2005.

**FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. São Paulo, 2011.**

**GAULEJAC, Vicent de. L'histoire em héritage: roman familial et trajectoire sociale. Paris, Desclée de Brouwer, 1999.**

\_\_\_\_\_, **Quis est'j'?** Sociologie clinique du sujet. Paris, Seuil, 2009.

**GOHN, M. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. Caderno CHR, Salvador, V. 21, n. 54, p. 439-455, set./dez.2008a.**

\_\_\_\_\_. **História dos movimentos e lutas sociais: uma construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 2013.**

\_\_\_\_\_. **Novas teorias dos movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 2008b.**

\_\_\_\_\_. **Sociologia dos movimentos sociais. São Paulo: Cortez, 2014a.**

\_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2014b**

**GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro: nº 92/93 (jan./jun.). 1998, p. 69-82.**

**GROPO, L. A. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.**

**GROPPO, L. A.; Z Aidan Filho, M.; Machado, O. L. Sob o impacto de novos movimentos estudantis. In:\_\_\_\_\_.(orgs.) Movimentos juvenis na contemporaneidade. Recife: EDUPE, 2008.**

**HASENBALG, C., 1996. Os Números da Cor. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos.**

**LYRA FILHO, R. O que é direito? São Paulo: Brasiliense, 2005**

**MAGNOLI, Demétrio. Uma gota de sangue: história do pensamento racial. São Paulo, Contexto, 2009. (Capítulo 1: Uma história do sangue).**

**MANHEIM, K. O problema da juventude da sociedade moderna. In: Brito, S.(org.). Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.**

**MBEMBE, Achile. Crítica da Razão Negra. Lisboa: Ed. Antígona, 2014.**

**MBEMBE, Achile. Necropolítica.** Espanha : Ed . Meusina, 2011.

**MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Em BRANDÃO, André Augusto P. (Org.), Cadernos Penesb 5. Niterói: EdUFF, 2004. p. 17-34.

\_\_\_\_\_. **Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo.** Revista do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Cadernos PENESB, Niterói, n. 12, p. 390,2010. p. 169-203.

**NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro: processo de racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

**NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito emergente do processo historicocultural da população afro-brasileira.** In NASCIMENTO, Elisa Larkin. Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. 1ª ed. São Paulo: Selo Negro, 2009, pp. 197-218.

**NASCIMENTO, Elisa Larkin. O olhar afrocentrado: introdução a uma abordagem polêmica.**

\_\_\_\_\_, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.** 1ª ed. São Paulo: Selo Negro, 2009, pp. 181-196.

**PASSOS, J. C. / A Juventude Negra no EJA: Os desafios de uma política pública.** UFSC, SC, 2010.

**SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Em defesa das políticas sociais. In: Políticas sociais para um novo mundo necessário e possível. Caderno Ideação, 1º Seminário Balanço e Perspectivas das políticas sociais no cenário mundial atual. II Fórum Social Mundial, Porto Alegre: 2002(b)**

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências.** Porto: Edições Aforamento, 2010.

**SANTOS, W. G. Cidadania e justiça.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

**SOUZA, Jessé. Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira.** Lua Nova, São Paulo. N° 65, p. 43-69. 2005. Disponível

em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010264452005000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264452005000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12/08/2018.

\_\_\_\_\_, Jessé. Por uma teoria da ação social na modernidade periférica. In: SOUZA, Jessé. (org). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte. Editora: UFMG, 2006. [p. 55-69]

\_\_\_\_\_, Jessé. A **visibilidade da raça e a invisibilidade da classe**. In: SOUZA, Jessé.

(org). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte. Editora: UFMG, 2006.

**SOUZA JUNIOR**, José Geraldo de. **Direito como liberdade: o direito achado na rua**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2011.

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais. A emergência social de novos Sujeitos - o Sujeito Coletivo de Direito. Belo Horizonte: XIX Conferência Nacional da OAB, (Anais), 1990.

**SINHORETO, J.; SILVESTRE, G.; SCHLITTLER, M. C.** **Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante**. São Carlos, SP: UFSCar, 2014.

**SOLÓRZANO**, Daniel G.; YOSSO, Tara J. **Critical Race Methodology: Counter-Storytelling as an Analytical Framework for Education Research**. *Qualitative Inquiry*, Volume 8 Number 1, pp. 23-44, 2002.

**SOLÓRZANO**, Daniel G.; YOSSO, Tara.; VILLALPANDO, Octavio.; BERNAL, Dolores Delgado. **Critical Race Theory in Chicana/O Education**. National Association for Chicana 84 and Chicano Studies Annual Conference, Paper 9, pp. 89-104, 2001. Disponível em<<http://scholarworks.sjsu.edu/naccs/2001/Proceedings/9>> Acesso em 029 de agosto de 2018.

**SPIVAK**, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

**THEODORO, M. Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo.** Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas, v. 8, n. 1, 2014. p. 205-219.

**THEODORO, M. | Exclusão ou inclusão precária? O negro na sociedade brasileira.** Revista Inclusão Social, v 3, n.1, 2018. p. 79-82.

**THEODORO, Mário (Org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: Ipea, 2008.

## ANEXO 1 – ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

- 1) Considerando a composição étnico racial da cidade de Salvador, na qual a população preta e parda corresponde cerca de 80% da população. Como vocês enxergam as dinâmicas raciais estabelecidas no território de Salvador?
  - 1.1) Marcada pela segregação espacial da população de acordo com marcadores raciais, como se dá trânsito da população negra nos espaços reservados a população branca?
  - 1.2) Vocês conseguem identificar espaços de resistências negras nas periferias e bairros favelizados de Salvador e a partir de que práticas eles se constituem?
  
- 2) Considerando que a pauta da desmilitarização da polícia militar, das políticas de ação afirmativa e do genocídio da população negra e periférica são prioritárias na agenda dos movimentos negros tradicionais, como o Levante Popular da Juventude se relaciona com elas?
  - 2.2) Especificamente quanto a genocídio da população negra expresso entre outras formas no extermínio da juventude e periférica, qual a leitura do Levante Popular em relação a esse fenômeno?
  - 2.3) Em relação da Chacina do Cabula e outras chacinas do povo negro na cidade de Salvador, qual foi a resposta política do movimento?
  - 2.4) Quais às estratégias de lutas criadas pelo Movimento para combater a genocídio do povo negro?

## **ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADO A**

- 1) Você poderia me contar sua trajetória no Levante Popular da Juventude?
  - 1.1) Porque você optou por compor o setor de negros e negras?
  - 1.2) Você militou ou militava em outro movimento social antes do Levante Popular da Juventude?
  
- 2) Você enxerga uma perspectiva interseccional na pratica do Levante Popular da Juventude?
  
- 3) As questão de gênero assim como questão de raça são elaboradas pelo movimento em sua prática cotidiana, como se dá a construção do feminismo dentro do movimento?
  
- 4) Qual é papel da juventude negra do Levante Popular da Juventude na construção do projeto politico da Organização?
  
- 5) Como se deu seu processo de se reconhecer enquanto uma jovem negra? Esse processo se deu antes ou depois de organizar no movimento social?
  
- 6) Você considera a juventude negra enquanto sujeito de direitos?

## **ANEXO 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI ESTRUTURADO B**

- 1) Você poderia me contar sua trajetória no Levante Popular da Juventude?
  - 1.1) Porque você optou por compor o setor de negros e negras?
  - 1.2) Você militou ou militava em outro movimento social antes do Levante Popular da Juventude?
  
- 2) Como se deu processo de compor a Diretoria de Combate ao Racismo da União Nacional dos Estudantes?
  - 2.2) Como o trabalho desenvolvido na diretoria dialoga com as práticas internas do setor de negros e negras do Levante Popular da Juventude?
  
- 3) Qual é papel da juventude negra do Levante Popular da Juventude na construção do projeto político da Organização?
  
- 4) Como se deu seu processo de se reconhecer enquanto jovem negro? Esse processo se deu antes ou depois de organizar no movimento social?
  
- 5) Você considera a/o jovem negra/o enquanto sujeito de direitos?

## **ANEXO 4 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO C**

- 1) Você poderia me contar sua trajetória no Levante Popular da Juventude?
  - 1.1) Porque você optou por compor o setor de negros e negras?
  - 1.2) Você militou ou militava em outro movimento social antes do Levante Popular da Juventude?
  
- 2) Sobre a organização do Levante Popular da Juventude:
  - 2.1) Como se deu a formação da célula do Levante Popular da Juventude na Cidade de Salvador?
  - 2.2) Quais são os territórios em que os militantes se organizam e estão presente?
  
- 3) Sobre a organização do setor de negros e negras:
  - 3.1) Como se deu a formulação e formação do setor de negros e negras?
  - 3.2) Qual a metodologia de trabalho do setor?
  - 3.3) Qual é a importância da constituição do espaço auto-organização de negros e negras?
  - 3.4) Quais são as formas de mobilização dos militantes contra o extermínio da juventude negra e periférica levadas a cabo pelo setor?
  
4. Qual é papel da juventude negra do Levante Popular da Juventude na construção do projeto político da Organização?
  
5. Como se deu seu processo de se reconhecer enquanto jovem negro? Esse processo se deu antes ou depois de organizar no movimento social?
  
6. Você considera o/a jovem negro/a enquanto o sujeito de direitos?

## **ANEXO 5 – CARTA COMPROMISSO DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE**

Nós, do Levante Popular da Juventude, no momento em que fundamos nossa organização, em nosso I Acampamento Nacional, com a participação de 1200 jovens de 17 estados brasileiros, nos comprometemos com a transformação profunda da realidade em que vivemos.

Enxergamos um mundo dividido entre aqueles que exploram, e as trabalhadoras e os trabalhadores que têm o fruto de seu trabalho roubado. Esse é o sistema capitalista-patriarcal-racista, que mundialmente estabelece as formas de organização da sociedade na sua forma imperialista. Ele cria uma relação de dominação entre culturas e povos, destrói o meio ambiente, oprime e explora as mulheres, assassina a juventude negra, silencia gays e lésbicas e tolhe, cotidianamente, todos os nossos sonhos.

O Brasil é um país de natureza e cultura fantásticas, mas carregamos as dores da escravidão, o saqueio das grandes potências, e uma história de uma elite dependente, mas que sempre concentrou o poder em suas mãos. Os meios de comunicação, a terra, a água, energia, a educação, o lazer e a oferta de saúde de qualidade ainda estão nas mãos dessa elite. Aos trabalhadores, restaram somente as periferias das grandes cidades, as encostas de morro e as beiradas de rio, extensas jornadas de trabalho e salários miseráveis; no campo, a reforma agrária e a produção de alimentos foram deixadas de lado e substituídas pela utilização de transgênicos e agrotóxicos, tudo orientado para a exportação.

Nós, jovens, estamos no meio desse furacão: no campo, nas periferias e favelas, nas escolas e universidades, no trabalho. Somos constantemente disputados pelo projeto capitalista. É em contraposição a este projeto que nos lançamos ao desafio da construção do Projeto Popular.

Por isso, nos comprometemos:

Com a luta pela construção de uma democracia popular, que socialize com qualidade as terras, a água, a energia, os meios de comunicação, o acesso à saúde, à educação, à moradia, ao transporte.

Com a luta pela soberania, porque os povos devem tomar seu país e sua história nas mãos, sem serem sujeitados pelo imperialismo ou outros poderosos. O desenvolvimento deve ser ambientalmente sustentável e estar voltado ao interesse do povo.

Com a prática permanente de solidariedade com todos os povos que sofrem e lutam. Com atenção especial para nossos hermanos latino americanos, que carregam a mesma história de opressão e luta que nós.

Com a luta contra o machismo, na sociedade e dentro de nossa organização, pois, se os trabalhadores são explorados pelo sistema capitalista, as mulheres são duplamente oprimidas e exploradas: enquanto trabalhadoras, e enquanto mulheres, pelo sistema patriarcal. Temos que estar lado a lado com as organizações do movimento feminista no combate ao patriarcado, à violência sexista e à mercantilização do corpo e da vida das mulheres, assim como fomentar a auto-organização das mulheres do Levante.

Com a luta contra o racismo, dentro e fora de nossa organização, porque a população preta é a mais explorada da classe trabalhadora e mesmo depois de 124 anos da falsa abolição continua sendo o alvo preferencial da violência de Estado. É necessário lutarmos junto ao movimento negro e outras organizações antirracistas para que possamos construir uma sociedade livre do racismo.

Com a luta contra a lesbofobia, a transfobia e a homofobia, também dentro e fora de nossa organização, porque não existem relações afetivas mais normais e comuns que outras, e nenhuma orientação sexual deve ser motivo para legitimar desigualdades e opressões.

Com a luta por um projeto de educação que sirva aos interesses do povo. Por isso, defendemos que exista um número suficiente de vagas tanto em creches quanto em escolas secundárias e universidades, bem como cotas sociais e raciais, no campo e na cidade. Por isso, também reivindicamos os 10% do PIB para a educação; a

educação só terá qualidade se estiver voltada para os interesses do povo, atendendo todas e todos.

Com a luta por transporte público, gratuito e de qualidade, enfrentando os aumentos nos preços de passagem.

Com a luta por ampliação do acesso à cultura e ao lazer, contra sua mercantilização. Lutaremos para que existam mais possibilidades de produção e troca culturais, como música, teatro, artes visuais, cinema, dança, e tantas outras formas de expressão. Também utilizaremos da cultura e do lazer como formas de resistência, de resgate da nossa história e da nossa identidade de povo brasileiro.

Com a luta contra o trabalho precarizado e informal. A luta pela garantia e expansão dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras (exploradas duplamente, no local de trabalho e em casa) é essencial para a criação de um país menos desigual. Pela jornada de 40 horas semanais, sem a redução de salários.

Sabemos que para isso é extremamente necessária a massificação desta luta, trazendo cada vez mais jovens para o nosso projeto, porque só a juventude tem a força necessária para transformar essa sociedade. É com o trabalho coletivo, combatendo o individualismo e a estagnação, que tomaremos o futuro em nossas mãos. Esse é o caminho para a liberdade com que tanto sonhamos e precisamos para viver.

Construiremos uma organização com coerência: devemos fazer o que dizemos e dizer o que fazemos; com autonomia, construída por aqueles que trabalham no Levante; com estudo e disciplina, para dar cada passo com firmeza, conhecendo com profundidade o caminho que devemos trilhar; com o exercício de crítica e autocrítica, porque não devemos temer ou ocultar os erros, mas enfrentá-los de frente, para, então, superá-los.

Entendemos que serão esses compromissos que garantirão a construção do Levante Popular da Juventude, do Projeto Popular e da Revolução Socialista brasileira. A tarefa não é fácil: não esperamos ter todas as respostas nem construir

tudo isso sozinhos, mas nos desafiaremos a dar tudo o que pudermos, porque devemos nos construir como a juventude que ousa lutar, que constrói alternativas e que é parte do povo brasileiro. Somente com alegria, amor e muita animação chegaremos lá!

Juventude que ousa lutar constrói o poder popular!

I Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude, 5 de fevereiro de 2012, Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

## ANEXO 6 – RAP DOS 5 ANOS

Compositora: Larissa Rosa

E aí, Levante!! Somos herdeiros da luta! MST, via campesina por toda América Latina! LPJ começou 2012, ano feitos dos amantes. Amantes de um povo querendo seguir a diante. Segue como? Sendo rastro do comum, nos bebe do passado, mas vai ser com 10 pra 1.

E começou... nosso primeiro acampamento. Juventude organizada era só 1200. E acampou... Então, formou! Memória, Verdade e Justiça e escrachou torturador. 2013 joga no mar e destrói a rede. Aqui não tem conversa de caiu na rede é peixe. E olha o peixe, analise sua escama. Furando as empreitadas, corte fundo e não reclama. E nesse instante a Rede Globo se excedeu. Defendeu torturador, LPJ apareceu. E é só merda que a rede globo oferece: Alienação, mentindo pro povo a situação. Brincando com a vida da população, passando só merda na televisão. Não! Essa merda vai voltar. Rebobinando a fita a rede globo escrachar.

Vai pra cima! Nosso povo levantou. O povo foi pra rua, Juventude é o terror. 2014 a Babilônia se instaurou. Pensamento despertado, mas o povo dispersou. Agora não! O que fazer? Segundo o velho Lenin, organizar, tomar o poder. Tomar como? Pra onde ir? Se o poder emana do povo vamos ocupar, vamos invadir. E decidir o novo rumo da nação e pra isso acontecer mexer na constituição, não é rasgar, é consulta ao nosso povo, uma consulta popular. E olha nós chegando no segundo acampamento, Juventude aumentou e foi pra 3500. Nossa voz. Ousou lutar, organizando a juventude no Projeto Popular. E não tem como não entender por onde veio. Saber por que vos falas e que fala nos convém. Por ora, já começou e vai terminar.

O ano terminou e outro já quer nos matar. 2015 canetada e cassetete, Bandeira vai subindo e vai servindo de protect. Proteção manter viva e armada. Manter o punho erguido e não ficar desesperada. E acabou? Acabou não! Iniciou um golpe e destruiu uma nação. Terceirização. Precarização, redução de idade para ir para prisão, Lei que aprova terrorismo nato, qualquer movimento a ser censurado. Já imaginou na boca do ato gritar liberdade e criminalizado. Lei ante terrorista para

que? E para quem? Para capa da revista! Claudia e Amarildo foram mortos por polícia. Claudia e Amarildo foram mortos por polícia. A vermelha segue vermelha em dimensão. América latina, fazer revolução. Veja bem, foi um ano desgraceira.

Chegou 2016 triplicando toda treta. Outra luta, mas trabalho para fazer. Bandeira lá em cima, ou sobe os trutas ou mata os reis. É o cão! Esse ano deu pra ruim. Golpe atrás de golpe de cara não dá pra mim. Acende aí a chama da revolução. Terceiro acampamento juventude é treta, irmão. Ô, nós de novo no acampamento, agora é 7000 pensando juntos novos tempos. O povo no poder é a nossa rebeldia, e povo rebelado se faz ele como guia, caminemos. Exu abriu nossos caminhos. Machado de xangó não se levantou sozinho. Sopra o vento por um momento, iansã passou trazendo o corpo em movimento. E fechou enfim ano acabou.

Agora chegou oxum nos dando força e amor. 2017, dois mil e dezessete, começou metendo o louco! Acordei que nem a Gretchen ou Glória sem mais saber opinar. Trump nos EUA, Crivela no Rio, Brasil no mesmo nível. Doria apagando até nossos pixos, assim não dá. Se saia, fi! O povo te quer longe. O povo quer decidir! De improviso: Michel Temer sai para lá. Queremos diretas já. E um projeto popular. Diretas já e um Projeto Popular.